

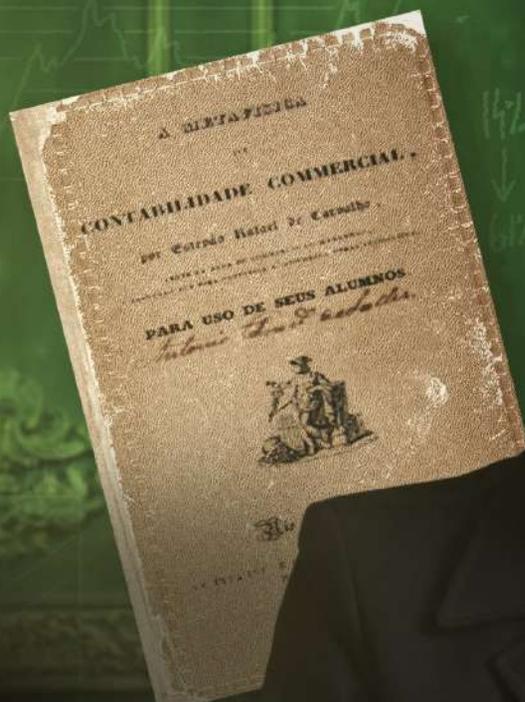
ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis

SABER

O primeiro livro brasileiro de Contabilidade: A Metafísica da Contabilidade Comercial

Francisco Patrik Carvalho Gomes, Thais Alves Lira



Exclusiva Abracicon

Métodos de Custeio Hospitalar
segundo a literatura científica:
revisão integrativa

Artigo Científico

O papel dos incentivos fiscais para
o desenvolvimento socioeconômico

Perfil

Aécio Prado
Dantas Júnior -
Presidente do
Conselho Federal
de Contabilidade
(CFC)



ABRACICON
ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



online
**QUINTAS DO
SABER**
ABRACICON

AGENDA 2022

- 23.MAR** As novas normas contábeis para Pequenas Empresas e Microentidades
- 7.ABR** IFRS e Sustentabilidade: o papel do International Sustainability Standards Board
- 19.MAI** Eleições 2022 e a Contabilidade Eleitoral
- 9.JUN** Contabilidade Aplicada ao Setor Público: quais são os próximos pontos a serem tratados pelo IPSASB?
- 24.JUL** Contabilidade no Brasil: uma história para nos orgulharmos
- 17.AGO** Os impactos da tecnologia para a Contabilidade
- 14.SET** Influencers da Contabilidade: o uso de novos meios de comunicação

 **YouTube**
DA ABRACICON

15H30
ÀS 17H

PROGRAME-SE!



EXPEDIENTE

REVISTA ABRACICON SABER
EDIÇÃO N° 38 – NOVEMBRO/DEZEMBRO de
2021 /JANEIRO DE 2022 ISSN: 2357/7428

Editor

Academia Brasileira de Ciências Contábeis
(Abracicon)

Endereço:

SAS - Quadra 05 - Bloco J - Edif. CFC, 4º andar,
CEP: 70070-920 – Brasília (DF)

Contato:

(61) 3314-9453
abracionsaber@abracicon.org.br

I. DIRETORIA DA ABRACICON

Presidente

Maria Clara Cavalcante Bugarim (AL)

Diretor de Administração e Finanças

José Antonio de França (DF)

Diretora Operacional

Gardênia Maria Braga de Carva lho (PI)

Diretor de Ensino e Pesquisa

Fábio Moraes da Costa (ES)

II. CONSELHO FISCAL

Membros efetivos

Irineu De Mula (SP)
Presidente
Jucileide Ferreira Leitão (RN)
Washington Maia Fernandes (MG)

Membros suplentes

Lucilene Florêncio Viana (AM)
Roberta Carvalho de Alencar (CE)
José Corrêa de Menezes (AM)

Coordenadora do Conselho Editorial

Acadêmica Dra. Gardênia Maria Braga de
Carvalho

Conselho Editorial

Acadêmico Clovis Belbutte Peres
Acadêmico Elias Dib Caddah Neto - Ms.
Acadêmico José Antonio de França - Dr.
Acadêmico José Eustáquio Giovannini - Ms.
Acadêmico Vicente Pacheco - Dr.
Acadêmico Fábio Moraes da Costa - Dr.

Revisão: Maria do Carmo Nóbrega

Colaboradoras: Fernanda da Silva Costa e
Luciana Martins da Silva Sousa

Projeto Gráfico, Redação e Diagramação

CQueiroz Comunicação – (81) 3429.5846

Fotos: Cedidas pelas Academias Regionais e
Abracicon

Permitida a reprodução de qualquer matéria,
desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em
artigos assinados são de exclusiva responsabilidade
de seus autores.

www.abracicon.org.br

Edição n° 38

Uma vez passados os festejos de fim de ano, tivemos como metas a realização de um balanço das atividades do exercício anterior e o planejamento das ações para a gestão seguinte. Como de rotina, iniciamos cada ano com a perspectiva de novos cenários e de futuras realizações, com o compromisso solene de promover o desenvolvimento das Ciências Contábeis e, conseqüentemente, o aprimoramento dos profissionais da contabilidade.

Dessa forma, cabe a nós, gestores dos vários segmentos relacionados à classe contábil brasileira, promover e incentivar ações que levem à plena capacitação da classe contábil, com a certeza de que poderemos dar uma contribuição ainda mais efetiva à sociedade brasileira. Nesse sentido, estou certa de que cada profissional tem cumprido muito bem a sua parte.

Nesta primeira fala de 2022, asseguro que a nossa revista Abracicon Saber tem cumprido fielmente o seu compromisso primordial em divulgar as nossas principais ações e tem trabalhado (melhorando continuamente) para dar voz e publicidade às atividades realizadas por nossas competentes Academias de Ciências Contábeis pelo Brasil afora. Nesta edição, trazemos ações muito importantes realizadas pelas nossas Academias. Desse modo, convido o leitor a conhecer de perto o que temos feito pela classe e pela Ciência Contábil.

Aproveito para agradecer, de todo o coração, os nossos incansáveis e competentes acadêmicos brasileiros, que não mediram esforços, no ano de 2021 (apesar da pandemia de coronavírus),

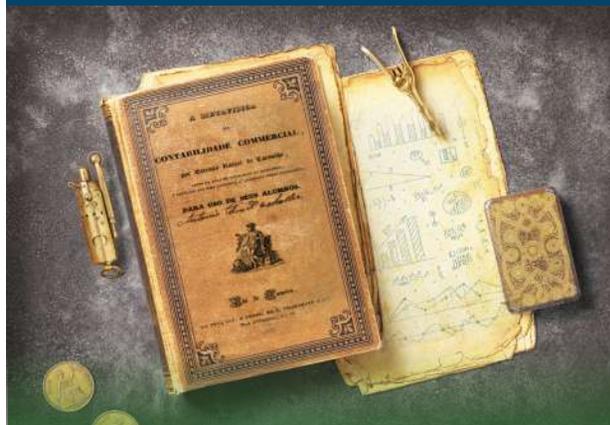


Maria Clara Cavalcante Bugarim
Presidente da Abracicon

para realizar o grande trabalho de apoio na imprescindível construção do pensamento contábil brasileiro. A todos vocês, o meu MUITO OBRIGADA.

Quero dar um destaque à realização da posse da nova Diretoria da Abracicon para a gestão 2022-2025. Agradeço aos meus pares que me conduziram mais uma vez à presidência da nossa honrada Abracicon. Estarão comigo neste exercício os competentes acadêmicos: José Antonio de França; Gardênia Maria Braga de Carvalho; Fábio Moraes da Costa; Irineu De Mula; Jucileide Ferreira Leitão e Washington Maia Fernandes. Para finalizar, e como não poderia deixar de ser, quero manifestar ao meu amigo Aécio Prado Dantas Júnior as mais sinceras congratulações e os votos de uma excelente gestão à frente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) pelo próximo biênio. Conhecendo a sua competência, experiência e entusiasmo, tenho a mais absoluta certeza de que a classe contábil brasileira está em boas mãos.

Boa leitura.



40

O primeiro livro brasileiro de Contabilidade: A Metafísica da Contabilidade Comercial

11

Nova diretoria Abracicon
Gestão 2022-2025

6

regionais

Apecicon: XI ACADEMICON e Solenidade de Posse dos novos acadêmicos e diretoria 2022

14

exclusiva abracicon

Métodos de Custeio Hospitalar segundo a literatura científica: revisão integrativa

24

artigo científico

Métodos de Custeio Hospitalar segundo a literatura científica: revisão integrativa

jovem profissional



12

O início do recomeço

54

mural do acadêmico

Antônio Lopes de Sá – In memoriam

52

especializando-se

O mestrado foi ótimo, agora "quero mais"

espaço do acadêmico



65

Um up nas aulas de contabilidade: o uso das redes sociais no processo de aprendizagem

56

socializando o conhecimento

A Concentração do Conhecimento Produzido no Brasil: Desenvolvimento da Economia Regional

perfil



64

Aécio Prada Dantas Júnior – Presidente do Conselho Federal de Contabilidade

67

indicações

Ruído: Uma falha no julgamento humano

Accpr realiza entrega da Comenda de São Mateus

No dia 26 de novembro de 2021, a Academia de Ciências Contábeis do Paraná (ACCPR) realizou a sessão solene especial de entrega da Comenda de São Mateus ao Acadêmico Contador Luiz Fernando Torres Cardozo. A solenidade foi realizada presencialmente na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR) e transmitida simultaneamente pelo Canal do YouTube da Academia (<https://www.youtube.com/watch?v=mXzUkOprfw>). O evento, com número controlado de participantes presenciais em função da criteriosa observação dos protocolos sanitários em face da pandemia da Covid-19, contou com a prestigiosa presença de acadêmicos, autoridades de instituições

representativas da classe contábil, familiares e ex-alunos do homenageado.

A Comenda de São Mateus é uma distinta honraria conferida pela Academia de Ciências Contábeis do Paraná (ACCPR) a profissionais da contabilidade brasileiros que tenham se destacado em prol da valorização da Contabilidade como Ciência Social Aplicada ao Desenvolvimento do Brasil e de suas instituições. Já foram condecorados com a distinção os seguintes renomados profissionais: Orlando Rodrigues Teixeira; Maria do Carmo Godoy Ehlke; Pedro Steiner Junior; Sergio de Iudicibus; Ranoel de Souza Ribeiro; Maria Clara Cavalcante Bugarim; Edilton José da Rocha; Waldemar Ponte Dura; Eliody Werneck Andrade; Dionísio

Olicshevis; e Dalvino Nunes da Lapa Junior.

O agraciado, Contador Luiz Fernando Torres Cardozo, atua na área contábil há mais de 50 anos, ocupando cargos e funções de destaque em entidades públicas e privadas e da sociedade civil organizada. Também tem reconhecida atuação como professor e na representação profissional da classe contábil paranaense. Há 37 anos, ingressou na Academia de Ciências Contábeis do Paraná ocupando a Cadeira n.º 21 e tendo como Patrono o saudoso Acadêmico Augusto Monteiro Junior. Nesse período, atuou como presidente no biênio 2008-2009 e atualmente é o diretor Tesoureiro Adjunto.



Acad. Nilva Amália Pasetto, ex-presidente e atual diretora Institucional da ACCPR, o homenageado Acad. Luiz Fernando Torres Cardozo, e o atual Presidente da ACCPR, Acad. Moacir Carlos Baggio

Apecicon: XI Academicon e Solenidade de Posse dos novos acadêmicos e diretoria 2021



O 11º ACADEMICON, Encontro de Contadores com a Academia Pernambucana de Ciências Contábeis, foi marcado por reconhecimento, a solenidade de posse dos novos acadêmicos e diretoria da Apecicon 2021.

Realizado no dia 15 de dezembro de 2021, o evento contou com as palavras do presidente da Apecicon, Francisco Galvão que deu às boas-vindas aos presentes. Logo em seguida, contamos com a Posse dos Acadêmicos, um evento importante e emocionante, confira a lista dos empossados:

Contador Eduardo Carlos Pessoa de Amorim, ocupando a cadeira nº 19, cujo patrono é o contador José Amauri Correia.

Contador Erico Xavier de Moraes Pinto, ocupando a cadeira nº 21, cujo patrono é o contador Juracy Da Costa Rocha.

Contador Geraldo José Moura de Almeida Braga, ocupando a cadeira nº 24, cujo patrono é o contador Marcílio Dias Beltrão.

Contador Ítalo de Melo Mendes, ocupando a cadeira nº 34, cujo patrono é o contador Clovis Barreto De Oliveira.

Contadora Sabrina Gomes Santos De Lacerda, ocupando a cadeira nº 35, cujo patrono é o contador Antonio Belchior De Melo.

Os discursos dos novos empossados foram repletos de expressões de gratidão e muita emoção pelo reconhecimento e honraria.

O CRCPE esteve representado na solenidade, pelo vice-presidente de Administração e Finanças, Claudio Lino Lippi, que também é acadêmico da

Apecicon, e participou da mesa de honra do evento.

Para deixar o evento ainda mais emocionante, a MEDALHA DE MÉRITO CONTÁBIL PROFESSOR DR. JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO FILHO e o agraciado de 2021 foi Arnaldo Marques Guimarães.

Durante a programação, os presentes puderam acompanhar uma palestra, com o tema, "De Platão ao Capital Intelectual", ministrada pelo acadêmico, doutor e professor Jerônimo Libonati.

Encerrando as atividades, os presentes acompanharam o corte do bolo, alusivo aos 44 anos de existência da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis.



Novo Estatuto Social – Amicic

Com o objetivo principal de promover pesquisas e estudos relacionados com a Ciência Contábil, divulgando os resultados de seus trabalhos, a Academia Mineira de Ciências Contábeis, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2021, aprovou uma comissão de três Acadêmicos indicados pela Diretoria para elaborar um novo Estatuto Social, atualizado com o desenvolvimento tecnológico e científico.

Após a apresentação da minuta do novo Estatuto e aprovação pela Diretoria da Academia, que encaminhou para uma nova Assembleia Extraordinária, o normativo também foi aprovado pelos acadêmicos presentes. "A atual Diretoria da Amicic tem incentivado a produção científica por parte dos seus acadêmicos, fato que tem se apresentado muito positivo."

José Eustáquio Geovanini - Presidente da Amicic



Amacic realiza Assembleia e empossa novos acadêmicos e nova diretoria



Na Assembleia Geral da Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis (Amacic), realizada em 26 de novembro no Auditório do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso, estiveram presentes os associados acadêmicos: AcyCastrillon Ferreira, Agda Eduarda Salcedo, Aloisio Rodrigues da Silva, Aroldo de Luna Cavalcanti, Benedito

Albuquerque da Silva, Cristiane Otília Colossi Bernhardt, Edelmira Rodrigues da Costa, Ederaldo José Pereira de Lima, Fernanda da Silva Rodrigues, Hudson Douglas de Aguiar, Ivan Echeverria, Jonas da Costa Cruz, José Ricarte de Lima, Jovane Marconi Zago, Luciênio Rosa e Silva Júnior, Luiz Gonzaga Warmling, Maila Karling Vieira, Maria Felicia Santos

da Silva representada por procuração anexada pelo acadêmico Benedito Albuquerque da Silva, Marinês Nunes Tubino, Marisa Brito Aguiar, Nilza Queiroz Freire, Reginaldo Martins del Colle, Sílvia Mara Leite Cavalcante, Sirio Pinheiro da Silva e Thiago Silva Guimarães.



A mesa de autoridades da Assembleia Geral foi composta dos seguintes Acadêmicos: Ivan Echeverria (presidente), Aloisio Rodrigues da Silva (vice-presidente e conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade), Sílvia Mara Leite Cavalcante (diretora de Administração e Conselheira do Conselho

Federal de Contabilidade), Luiz Gonzaga Warmling (diretor de Finanças), Jovane Marconi Zago (diretor Operacional) e Sirio Pinheiro da Silva (presidente do Conselho Fiscal). Abertos os trabalhos pelo presidente Ivan Echeverria, o Hino Nacional Brasileiro foi cantado e apresentado no telão.

Foram entregues os diplomas para os Acadêmicos empossados em 2020: Aroldo de Luna Cavalcanti, Cristiane Otília Colossi Bernhardt, Luciênio Rosa e Silva Junior, Thiago Silva Guimarães, e aos empossados em 2021 foram entregues para: Fernanda da Silva Rodrigues, Hudson Douglas de Aguiar, Jonas da



Para a gestão 2022/2024, foram eleitos para compor a Diretoria Executiva: presidente – Aloisio Rodrigues da Silva; vice-presidente – Jovane Marconi Zago; diretora de Administração – Maria Felícia Santos da Silva; diretor de Finanças– Silvia Mara Leite Cavalcante; diretor Científico e de Desenvolvimento Profissional – Benedito Albuquerque da Silva.

Para o Conselho Fiscal foram eleitos nos cargos de presidente - Ederaldo José Pereira de Lima; Titular - José Ricarte de Lima; Titular – Edelmira Rodrigues da Costa; e Suplente – Luciênio Rosa e Silva Junior.

Foi apresentado o Parecer do Conselho Fiscal: "O Conselho Fiscal da Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis



(Amacic), por meio de seus membros, após exames das Documentações Contábeis e Fiscais, inclusive as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2020, emite seu Parecer favorável à aprovação do referido exercício. Cuiabá, 12 de novembro de 2021. Membros do Conselho Fiscal: Sirio Pinheiro da Silva,

Agda Eduarda Salcedo, Deosdete Gonçalves da Silva, com as assinaturas dos dois primeiros, cujo parecer foi aprovado pelos Acadêmicos presentes por unanimidade.

A Diretora de Administração, Acadêmica Silvia Mara Leite Cavalcante, apresentou as alterações do Regimento Interno, informando à plateia tratar-se de matéria relevante pela alteração do Estatuto Social, tendo aprovação unânime dos Acadêmicos presentes.

De acordo com o art.11 do Regimento Interno, foram declaradas abertas pelo presidente Ivan Echeverria as Cadeiras de números 21, 26, 35 e 37, ocupadas, respectivamente, pelos Patronos: Estevão Torquato da Silva, Austecínio Baptista, Elpidio Gonçalves Preza e Sebastião Clemente Rodrigues.

A seguir, o presidente Ivan Echeverria fez o discurso de encerramento com as palavras:

- Rogo a Deus para continuar a abençoar e iluminar nossas vidas e nossos labores!

"VENI, VIDI, VICI" é uma expressão latina significando em português: "VIM, VI e VENCI", frase utilizada pelo Imperador Romano Júlio César em carta ao Senado Romano por sua vitória na batalha de Zela. (...)

Senhoras e Senhores, deixo a Diretoria Executiva, mas continuo firme para apoiar suas ações futuras. Agradeço aos diletos componentes do corpo social da AMACIC por terem confiado em minha pessoa para gerir seus destinos sociais.



Ascc empossa Nova Diretoria para o biênio 2022/2023

A Academia Sergipana de Ciências Contábeis vem tomando força e visibilidade no Estado de Sergipe nos últimos anos. Após duas gestões contínuas à frente da Academia Sergipana de Ciências Contábeis, a presidente Erenita Sousa foi

reeleita por votação na Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em novembro do último ano. A nova Diretoria e Comissão de Contas que seguirão na gestão da ASCC no biênio 2022/2023 tiveram sua posse administrativa no dia 5 de janeiro.

"Que Deus abençoe a todos que fazem parte dessa entidade e da nova diretoria e que juntos possamos gerir e cumprir com o principal papel da academia", diz a presidente Erenita Sousa.



Diretoria da ASCC - Biênio 2022/2023

Presidente: Erenita Silva Sousa Mendonça (cátedra 28)

Vice-Presidente: João Teles de Menezes (cátedra 14)

1º Tesoureiro: José Valter de Sá Santos (cátedra 15)

2º Tesoureiro: Edson Souza de Jesus (cátedra 07)

1º Secretário: Alvoní Bomfim de Sousa Júnior (cátedra 16)

2º Secretário: Sildeno Dantas dos Santos (cátedra 39)

Diretora Bibliotecária: Maria Mazzarello Andrade de Mendonça (cátedra 01)

Comissão de Contas

EFETIVOS:

Dailton de Castro Silveira (cátedra 36)

João Raimundo Braga (cátedra 11)

Cantidiano Novais Dantas (cátedra 18)

SUPLENTES:

Jádson Gonçalves Ricarte (cátedra 24)

Márcia Karina da Silva Santos (cátedra 30)

Paulo Silva Santos (cátedra 31)

Nova diretoria Abracicon Gestão 2022-2025

A academia Brasileira de Ciências Contábeis – Abracicon realizou no dia 29 de novembro de 2021 Assembleia Geral Extraordinária, na sede da Abracicon, em Brasília (DF), para eleição de nova Diretoria.

Com participação da presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim e dos demais diretores e acadêmicos da Abracicon, marcaram presença: Sandra Maria de Carvalho Campos; Jucileide Ferreira Leitão; Lucilene Florêncio Viana; Vidigal Fernandes Martins; Diana Vaz de Lima;

José Martonio Alves Coelho; Antônio Carlos Nasi; Washington Maia Fernandes; Irineu de Mula; Gardênia Maria Braga de Carvalho; José Antônio de França; Tomislav Rodrigues Femenick e Ivaniildo Messias por procuração.

Conheça a nova diretoria:



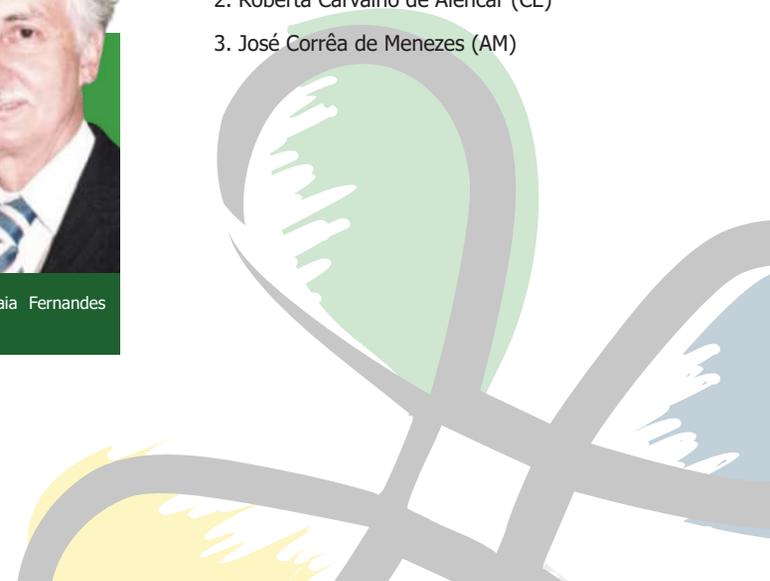
II. CONSELHO FISCAL

Membros efetivos



Membros suplentes

1. Lucilene Florêncio Viana (AM)
2. Roberta Carvalho de Alencar (CE)
3. José Corrêa de Menezes (AM)





O início do recomeço

Ana Cristina Soares Maciel Mendes

A convite de alguns mestres que admiro, vou relatar um pouco sobre objetivo, foco, desejo de mudança e a escada que me propus a subir.

Quando completei 35 anos, já graduada em Letras e pós-graduada com um MBA em Gestão de Negócios, com experiência profissional no mercado automobilístico e no mercado de ensino desempenhando funções como auxiliar administrativo, analista de compras, analista de contratos e professora de Língua Portuguesa, deparei-me com uma insatisfação imensa.

Essa insatisfação impulsionou o reencontro com a sede de conhecimento muito característico desta autora e assim resolvi que era hora de me desafiar. Esse desafio veio na forma de obtenção de um novo título em Ciências Contábeis, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG), provando para

mim mesma que poderia alterar o que o traçado da vida tinha me mostrado na adolescência, mas, por teimosia, não quis ouvir.

Assim, iniciei o curso de Ciências Contábeis, em que o maior desafio era vencer o medo da matemática. Enganada e ingênua mal sabia: contábeis era muito mais que matemática e como eu sempre digo: "Ciências Contábeis é a arte da ciência que une a aplicabilidade do conhecimento técnico, humano e de gestão". Minha turma era formada de pessoas muito jovens e inteligentes, e lá estava eu, a "tia" da turma, vencendo cada cadeira e me apaixonando, sim, porque a Contabilidade para mim vai além de profissão: é uma paixão, especialmente as aulas de Contabilidade Básica, Avançada, Análise das Demonstrações Contábeis, o entendimento do fluxo de caixa e suas diferenças de métodos de elaboração,

contabilidade de agronegócios e o encontro de todos os conhecimentos até então adquiridos na disciplina. Mas o que fez meus olhos brilharem foi a Perícia Contábil. Nessa disciplina, encontrei onde estava o amor e foi a função que exerceria após me formar. Lembro-me como se fosse hoje de o professor José Vuotto entrar na sala com uma mala e eu passar a ler o meu primeiro processo! Como foi maravilhoso! Um colega disse: "quem gosta de problema achou o problema certo." E realmente foi assim!

Formei-me e, imediatamente, passei na prova do Conselho Regional de Contabilidade. Após isso, iniciei o curso de pós-graduação em Perícia Contábil, sendo que, conjuntamente, realizei o cadastro como prestadora de serviços no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, iniciando minha carreira e função como perita contábil. Posteriormente, realizei o cadastro no Tribunal Regional do Trabalho

de Minas Gerais e no Tribunal Federal e no Ministério Público de Minas Gerais para prestar serviço de perita credenciada. O cadastro do CNPC também foi realizado, para assim, legalmente estar em dia com minha função e profissão.

Junto com o credenciamento do MPMG, desenvolveu-se a necessidade de eu me transformar em pessoa jurídica, nascendo assim, no ano de 2020, a ACM Perícia Contábil LTDA, nome fantasia, Vero Perícia. A escolha se deveu à certeza de que a perícia é a busca da verdade em que os fatos são provados a partir dos documentos, da perspicácia e do conhecimento técnico.

Como perita, percebi a falta de mais qualificação e, em seguida, outra pós-graduação foi realizada: o MBA em Controladoria Financeira pela PUC-MG. Mas, para uma pessoa inquieta e em busca de ser cada vez ser melhor como profissional e ser humano, eu queria voltar ao magistério, então, no ano de 2021, fui aprovada no processo seletivo do Mestrado em Controladoria e Finanças da Universidade Federal de Minas Gerais. Objetivo alcançado? Não. Faltava conseguir repassar o conhecimento e assim melhorar a qualidade de outros peritos, que, como eu, também têm sede de conhecimento. Então comecei a ministrar cursos de curta duração na área de perícia sobre diversos temas, tais como: cheque especial, apuração de haveres, prestação de contas, contratos bancários, e o que eu entendo ser um diferencial: Língua Portuguesa para Peritos.

Esses cursos foram o início da retomada do magistério. Fui convidada a ministrar três disciplinas no MBA em Perícia Financeira no Instituto de Educação Continuada PUC-MG (IEC) e no Instituto Tecnológico de Ciência e Pesquisa (ITCP). Desafio aceito e realizado no ano de 2021.

Uma vez lendo Rafael Di Souza, a seguinte questão me foi apresentada: um homem sábio uma vez disse: "Você pode ter tudo na vida se estiver disposto a sacrificar todo o restante para isso". O que ele quis dizer é que tudo tem seu preço(...). Acredito nessas palavras. A minha inquietude em sempre buscar conhecimentos, repassar o que aprendi e fazer pela Contabilidade e pela Perícia o que acredito impulsiona a mim e aos meus colegas de função a sermos cada dia pessoas melhores.

“Perícia vai muito além de cálculos matemáticos(...) Um perito precisa ser um ótimo observador, um ouvinte (...) disposto a inquietar-se com verdades, mentiras, fatos e provas, sendo capaz de assumir riscos e de fazer com que seu laudo seja o elucidador de todas essas qualidades”

Com muita humildade, sei que meu caminho ainda é longo, mas a cada perícia realizada, cada aula ministrada, cada curso para melhorar o meu aprendizado e cada conversa com colegas de função e profissão, sei que estou no caminho certo. Pago o preço de horas de sono, de finais de semana sem descanso, de não

visitar minha família nos finais de semana e de tantos outros afazeres para construir uma carreira da qual me orgulho do caminho que está sendo traçado.

Sempre digo: "Perícia vai muito além de cálculos matemáticos(...)". Um perito precisa ser um ótimo observador, um ouvinte maravilhoso, um ser disposto a inquietar-se com verdades, mentiras, fatos e provas, sendo capaz de assumir riscos e de fazer com que seu laudo seja o elucidador de todas essas qualidades.

Concluindo, a profissão e a função que escolhi fazem-me a pessoa mais feliz do mundo, pois consigo unir muitas competências e ainda olhar para dentro de mim mesma e perceber que posso e devo ajudar, aprender e conhecer. Espero, caro leitor, ter conseguido demonstrar que nada é motivo para que tenhamos receio, ou não, de mudarmos de vida, pois a vida nos chama a sermos felizes todos os dias.



Ana Cristina Soares Maciel Mendes

Contadora, Mestranda do Curso de Ciências Contábeis (UFMG), Pós-Graduada em Perícia Contábil; MBA – Gestão de Negócios no Contexto Empreendedor e Controladoria Estratégica Financeira. Perita Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas, Perita Credenciada do Ministério Público-MG. Perita Extrajudicial com ênfase em Contratos Bancários e Avaliação de Sociedades. Co-autora do livro: Perícia Bancária-Casos Práticos



Métodos de Custeio Hospitalar segundo a literatura científica: revisão integrativa

Elias Dib Caddah Neto, Helen Maria da Silva Gomes, Liana De Abreu Paz dos Santos - Universidade Federal do Piauí - UFPI

Resumo

A contabilidade de custos permite analisar os custos quanto à produção de um bem, realização de uma atividade ou prestação de um serviço, auxiliando no processo de gestão e tomada de decisões. A análise do sistema de custos pode ser: (1) Absorção; (2) Variável; (3) Reichs kuratorium für Wirtschaftlichkeit (RKW); (4) Custeio Baseado em Atividades (ABC) e; (5) Unidade de Esforço de Produção (UEP). A saúde no Brasil apresenta um alto custo e dificuldade em financiá-la, gerando uma preocupação maior quanto a sua gestão. Assim, com a finalidade de representar as dificuldades relacionadas ao controle de custos e impactar positivamente uma gestão hospitalar, esta pesquisa objetivou avaliar os métodos de custeio hospitalar utilizados na literatura entre primeiro de janeiro de 2014 a primeiro de janeiro de 2019. A Prática Baseada em Evidências

resultou em metodologias de trabalho para a revisão bibliográfica sistemática, sendo estas: (1) meta-análise, (2) revisão sistemática, (3) revisão qualitativa e (4) revisão integrativa. Através da revisão integrativa, método de pesquisa aplicado neste estudo, apresenta-se o termo de busca "Custo Hospitalar" na base de dados Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Analisaram-se 5 artigos, que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, e a análise das pesquisas permitiu a formação de quatro tópicos temáticos, apresentando os critérios de rateio utilizados na referente literatura: Custeio Baseado em Atividades; Custeio por absorção; Método Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit; e outro método utilizado foi o de Micro costing. Esta revisão produziu dados relevantes acerca da necessidade de

um gerenciamento melhor do custeio hospitalar e a aplicação deste na pesquisa.

Palavras-chave: Sistema de Custos, Custos Hospitalares, Métodos de Custeio.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade de custos permite analisar os custos quanto à produção de um bem, realização de uma atividade ou prestação de um serviço auxiliando no processo de gestão e tomada de decisões (SUZART, 2012). Para o custeio dos produtos, há a necessidade de separação entre custos e despesas, podendo os custos serem subdivididos em custo de mão de obra direta, materiais diretos e

custos indiretos de fabricação, enquanto as despesas podem ser: despesas administrativa, de venda e financeiras (QUEIROZ & RENTES,2010).

A saúde no Brasil apresenta um alto custo e dificuldade em financiá-la, gerando uma preocupação maior quanto a sua gestão. Um fator vantajoso para a geração de lucros é que a empresa conheça os custos dentro da unidade de saúde. O avanço na tecnologia, de equipamentos da indústria farmacêutica, de equipamentos e materiais geram um maior gasto, dificuldade de controle e carência de recursos (SCHUTZ & SIQUEIRA, 2010; ZULIANI DE CARVALHO, DE CASTRO & SOLER, 2012).

Os custos hospitalares subdividem-se em: diretos, custo com diagnóstico, exames, tratamento e medidas de precauções; indiretos, que são custos preventivos, como a implantação com Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), que vai desde o custo com funcionários até custo com espaço físico; e intangíveis, que são custos imensuráveis, equivalentes ao sofrimento e dor do paciente e sua família (IZAIAS, DELLAROZA, ROSSANEIS & BELEI,2014).

A análise do sistema de custos é baseada em (1) informações adequadas à necessidade da empresa; e (2) informações importantes que devem ser fornecidas. O custeio trata-se do método para alcançar este objetivo, apresentando-se em: (1) Absorção; (2) Variável; (3) Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit (RKW); (4) Custeio Baseado em Atividades(ABC); e (5) Unidade de Esforço de Produção (UEP) (Fontoura & Cardoso, 2015).

Assim, com a finalidade de representar as dificuldades relacionadas ao controle

de custos e impactar, positivamente, uma gestão hospitalar, esta pesquisa objetivou avaliar os métodos de custeio hospitalar utilizados na literatura.

2. METODOLOGIA

A Prática Baseada em Evidências resultou em metodologias de trabalho para a revisão bibliográfica sistemática, sendo estas: (1) meta-análise, (2) revisão sistemática, (3) revisão qualitativa e (4) revisão integrativa. Por meio da revisão integrativa, método de pesquisa aplicado neste estudo, é possível resumir a aprendizagem elaborada na literatura passada (BOTELHO, CUNHA & MACEDO,2011).

Trata-se de um tema com poucas publicações citando o método de custeio. Com base nisso, para guiar a pesquisa, criou-se a seguinte questão norteadora: Quais os métodos de custeio hospitalar pertinentes na atual literatura científica?

Entre os critérios de inclusão, apresentou-se o termo de busca "Custo Hospitalar" na base de dados Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(Capes), publicados no período de primeiro de janeiro de 2014 até primeiro de janeiro de 2019, exclusivamente em português. Foram excluídos artigos repetidos, que não estavam disponíveis na íntegra on-line e que não fizeram referência aos critérios de rateio (Figura1).

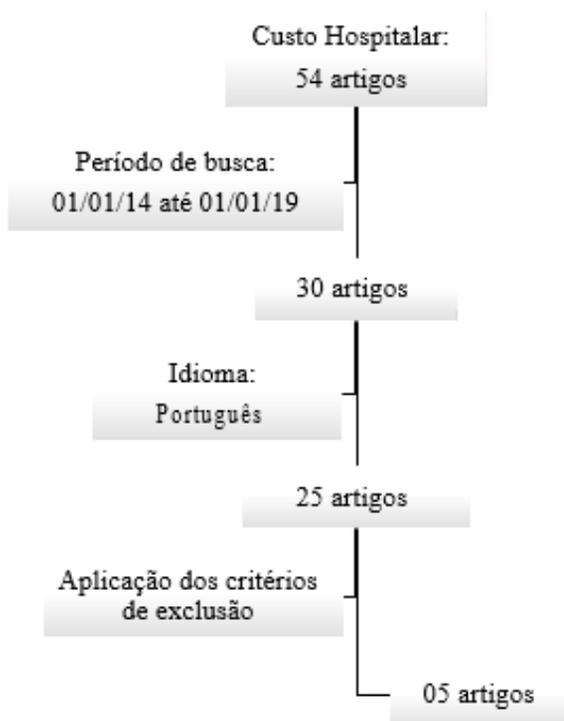


Figura 1. Aplicação dos critérios de inclusão e exclusão na base Capes
Fonte: dados coletados pelos autores.

As pesquisas científicas selecionadas foram caracterizadas quanto a título, ano, local de publicação, metodologia de pesquisa e objetivo da pesquisa (Tabela1).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente revisão integrativa. Analisaram-se 5 artigos, que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão

previamente estabelecidos. A seguir, apresenta-se um panorama geral dos artigos avaliados.

TABELA 1

n	Título / Ano	Local de publicação	Metodologia de pesquisa	Objetivo da pesquisa
01	Modelo Conceitual de Mensuração de Desperdícios em Hospitais Privados / 2014	Revista de Gestão em Sistemas de Saúde	Estudo exploratório	Apresentar um modelo de custeio por absorção ideal aplicável à gestão decustos hospitalares.
02	Custo de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS): Estudo de Caso da Unidade de Terapia Intensiva de Infectologia de um Hospital Público em São Paulo / 2015	Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade	Estudo transversal	Estimar o custo das fases de manejo de RSS da unidade de terapia intensiva (UTI) para o setor público.
03	Pós-operatório imediato de cirurgia bariátrica em unidade intensiva versus unidade de internação. Estudo retrospectivo com 828 pacientes / 2017	Revista Brasileira de Terapia Intensiva	Estudo retrospectivo	Comparar a incidência de complicações e a duração da hospitalização de pacientes submetidos à cirurgia bariátrica internados na unidade de terapia intensiva ou de internação pós-cirúrgica.
04	Análise do Custo Econômico do Transplante Renal / 2014	Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Medicina e Ciências da Saúde.	Estudo quantitativo decoorte retrospectivo	Analisar os custos hospitalares do transplante renal, identificar o custo hospitalar do transplante com doador falecido e vivo e compará-los, e avaliar a associação importante entre as variáveis clínicas e ocusto.
05	Costs of hospitalization in preterm infants: impact of antenatal steroid therapy / 2016	Jornal de Pediatria	Estudo retrospectivo de coorte	Estimar os custos da internação hospitalar de prematuros cujas mães receberam ou não corticoide antenatal (CEA)

Fonte: dados coletados pelos autores.

Entre os estudos analisados, 3 (60,0%) foram analisados com base em dados retrospectivos; 4 (80,0%) eram artigos;

1 (20,0%) uma dissertação; 3 (60,0%) eram pesquisas originadas da área de saúde; 2 (40,0%) da área de gestão;

e 4 (80,0%) apresentavam no objetivo principal a análise dos custos (Tabela 1).

TABELA 2

Categorização dos estudos selecionados

n	Ano	Excerto do resumo	Critério de rateio
01	2014	Pesquisadores constataram que 20% a 30% dos serviços e produtos hospitalares são penalizados por desperdícios e sua eliminação não afetaria a qualidade dos serviços prestados. Esse estudo tem por objetivo a demonstração da utilidade do custeio por absorção ideal para a mensuração de desperdícios de ociosidade em hospitais, visando o aumento da rentabilidade com a sua redução ou eliminação.	Método Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit
02	2015	É sabido que os recursos existentes não são infinitos, logo, a redução dos custos ambientais pode contribuir na gestão do custo hospitalar. Conhecer o custo de uma atividade permite analisar estratégias de negociação de preço do serviço.	Custeio Baseado em Atividades
03	2017	Os pacientes dos dois grupos possuíam características demográficas semelhantes, sem diferença significativa dos dados antropométricos e comorbidades. No entanto, o grupo admitido na unidade de terapia intensiva teve maior tempo de internação (mediana de 3 dias versus 2 dias; $p < 0,05$) e custo hospitalar 8% maior.	Custeio por Absorção
04	2014	O custo é menor no transplante do doador vivo e pode-se relacionar por ser um procedimento eletivo, com a escolha de um doador com maior compatibilidade. No doador falecido, o custo com as diárias de internação, UTI, a função retardada do enxerto foram significativos, já no doador vivo prevaleceram o custo com as diárias de unidade de internação e UTI.	Custeio por Absorção
05	2016	O CEA reduz o custo hospitalar de prematuros que sobrevivem à internação após o parto, principalmente naqueles abaixo de 1.500 g e 30 semanas de idade gestacional.	Microcosting

Fonte: dados coletados pelos autores.

Todos os estudos apresentaram a importância de uma boa administração de recursos para redução dos custos e a possibilidade de ofertar o tratamento com a mesma qualidade e menor custo para o hospital (Tabela 2).

Inicialmente, avaliaram-se os artigos quanto à qualidade, levando em consideração a relação entre metodologia e questão de pesquisa; se os sujeitos foram descritos detalhadamente; se houve aprovação ética; e se as conclusões apre-

sentadas são com base na interpretação dos dados (Tabela 3).

TABELA 3

Avaliação qualitativa dos estudos

Título / Ano	Congruência entre a metodologia de pesquisa e a questão de pesquisa ou objetivo?	Os sujeitos do estudo foram descritos detalhadamente?	Há evidências de aprovação ética?	As conclusões tiradas no relatório de pesquisa fluem da análise ou interpretação dos dados?
Modelo Conceitual de Mensuração de Desperdícios em Hospitais Privados / 2014	Sim	Não	Não	Sim
Custo de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS): Estudo de Caso da Unidade de Terapia Intensiva de Infectologia de um Hospital Público em São Paulo / 2015	Sim	Sim	Sim	Sim
Pós-operatório imediato de cirurgia bariátrica em unidade intensiva versus unidade de internação. Estudo retrospectivo com 828 pacientes / 2017	Sim	Sim	Sim	Sim
Análise do Custo Econômico do Transplante Renal / 2014	Sim	Sim	Sim	Sim
Costs of hospitalization in preterm infants: impact of antenatal steroid therapy / 2016	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: dados coletados pelos autores.

3.1 Critérios de Rateio

3.1.1 Custeio Baseado em Atividades

Investigou-se o estudo de Rosa, Mathias e Komata (2015), que trata sobre o método de custeio baseado em atividades, conhecido como ABC. Essa pesquisa avaliou o custo real mensal no processo de manejo dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) em uma unidade de terapia intensiva (UTI) de doença infectocontagiosa através da apresentação do método ABC.

Concerne a estudo de caso realizado no Instituto de Infectologia Emilio Ribas (IIER), com coleta de dados executada no período de agosto a dezembro de 2013 por meio de perguntas, observações in loco e entrevistas a equipe de limpeza, ao apoio administrativo e a equipe assistencial (ROSA, MATHIAS & KOMATA, 2015).

Na pesquisa descreveram e mapearam as atividades de cada fase de manejo dos RSS, identificaram os recursos financeiros e os dados não financeiros, determinaram os direcionadores de recursos, alocaram os recursos às atividades e distribuíram os custos das atividades ao IIER (ROSA; MATHIAS & KOMATA, 2015).

ABC é uma metodologia que auxilia na análise estratégica de custos relacionados com as atividades que mais influenciam o consumo de recursos de uma empresa; e tem como pressuposto que os recursos são consumidos pelas atividades da empresa e, não, pelos produtos fabricados, pois os produtos são consequência das atividades (NAKAGAWA, 2011).

A segunda versão do método ABC trabalha duas visões: a econômica e de aperfeiçoamento do processo, por meio dos seguintes passos: definir os objetivos, o escopo e os produtos, estabelecer uma

nova visão de negócio, definir o meio de coleta de informações, escolher direcionadores de custos, escolher o nível de detalhes das atividades, e listar as atividades (NAKAGAWA, 2011).

O custeio ABC basicamente utiliza os custos das várias atividades da empresa para compreender o negócio e encontrar bases que retratem as relações entre os produtos e essas atividades. O método supõe que as atividades formam os custos, cujos produtos usam as atividades e absorvem os custos gerados por elas (BORNIA, 2002).

Inicialmente, objetivou suprimir as distor-

“ O custeio ABC basicamente utiliza os custos das várias atividades da empresa para compreender o negócio e encontrar bases que retratem as relações entre os produtos e essas atividades ”

ções causadas pelos métodos convencionais na utilização de bases de rateio que desconsideram os custos de complexidade. Logo, as informações geradas pelo custeio ABC orientam a gerência para visualizar os impactos das decisões e controlar os custos fixos (BORNIA, 2002).

O ABC apoia-se na observação das atividades desenvolvidas na empresa para distribuir os custos diretos e indiretos.

Além disso, o diferencial do ABC é o modo como aloca os custos indiretos. Tem como principais etapas: identificar as atividades relevantes de cada departamento, selecionar os direcionadores de custos e atribuir os custos às atividades (MARTINS, 2018).

A pesquisa de Rosa, Mathias e Komata (2015) desenvolveu as principais etapas do sistema de custeio ABC, considerando os custos diretos relacionados aos RSS, incluindo mão de obra, material de consumo, equipamentos de proteção individual, depreciação e aluguel. mas desconsiderou os custos indiretos, como água e energia elétrica, pois precisaria custear todas as atividades do setor para posteriormente ratear.

3.1.2 Custeio por absorção

Foram analisados dois artigos que abordavam o custeio por absorção: a pesquisa de Penna, Fonseca e Nobre (2017) e a dissertação de Conrad (2014).

O estudo de Penna, Fonseca e Nobre (2017) comparou a incidência de complicações e a duração da hospitalização de pacientes que realizaram a cirurgia bariátrica internados na unidade de terapia intensiva (UTI) ou na unidade de internação pós-cirúrgica e, também, analisou, comparativamente, o custo das duas unidades.

Refere-se a um estudo observacional retrospectivo que incluiu dados de janeiro de 2010 a fevereiro de 2015; o custo total de cada paciente correspondeu à soma dos produtos diretos (medicamentos e materiais), procedimentos (cirurgia e exames) e diárias (cobrada pelo hospital). Os honorários dos cirurgiões não foram incluídos (PENNA, FONSECA & NOBRE, 2017).

O estudo de Conrad (2014) analisou os custos de um transplante renal, em um hospital, com o doador falecido e o doador vivo, comparando-os posteriormente. Concerne a um estudo quantitativo de coorte retrospectivo realizado entre outubro de 2012 e agosto de 2013.

A coleta ocorreu por meio de análise da prescrição médica e registros dos prontuários. Buscaram-se, no faturamento do hospital, dados da análise da prescrição médica, da folha de cirurgia da sala cirúrgica, folha de órteses, próteses e materiais especiais, o serviço auxiliar de diagnóstico e terapia. Os honorários médicos não foram incluídos no estudo (CONRAD, 2014).

Custeio por absorção é a apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados e deverá integrar o custo de produção (1) a matéria-prima, gastos com seguros e transportes e, também, o tributo, exceto ICMS e IPI (quando recuperáveis pela empresa); são ratificados pelo Fisco: (2) Custo com pessoal de produção, incluindo ainda supervisão direta, guarda e manutenção das instalações futuras; (3) Custo de manutenção, locação e reparo e encargos de depreciação dos bens de produção; (4) Amortização, quando diretamente relacionado a produção; e (5) Exaustão de recursos naturais utilizados na produção (MARTINS, 2018).

Assim, incorporam-se os custos diretos e indiretos à produção, entretanto, por meio desse método, é aberto mão de gastos como da administração de produção geral ou departamento de compras, que, devido à flexibilização da lei, permite a separação destes como despesas (MARTINS, 2018).

O estudo de Penna, Fonseca e Nobre (2017) não consulta a contabilidade do hospital para informações detalhadas sobre o preço da diária, o qual apresenta a inclusão de lucro e despesas, além dos custos, diferente do feito por Conrad (2014); não apresenta custos com serviços auxiliares separados, como Conrad (2014). Ambas as pesquisas não incluem custos com manutenção, locação e reparo e depreciação dos bens. Não foi apresentado se há custo com amortização ou exaustão.

“ Esse estudo demonstrou um método para mensurar os desperdícios e ociosidades nos hospitais e aumentar a sua rentabilidade. Aplicaram o custeio RKW para apurar os custos, determinaram a capacidade produtiva de cada centro de custo e, por meio do método proposto, aferiram os desperdícios com ociosidade ”

3.1.3 Método Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit

Analisou-se a pesquisa de Asta e Barbosa (2014), que entre outros conteúdos, também discorre sobre o custeio Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit, no Brasil conhecido como RKW ou método dos centros de custos.

Esse estudo demonstrou um método para mensurar os desperdícios e ociosidades nos hospitais e aumentar a sua rentabilidade. Aplicaram o custeio RKW para apurar os custos, determinaram a capacidade produtiva de cada centro de custo e, por meio do método proposto, aferiram os desperdícios com ociosidade (ASTA & BARBOSA, 2014).

Refere-se a um estudo de caso aplicado em um hospital que utilizou os custos diretos e indiretos dos centros de custos auxiliares (farmácia, nutrição, lavanderia) e dos centros de custos produtivos (pediatria, maternidade, centro cirúrgico, internamento geral) (ASTA & BARBOSA, 2014).

O método dos centros de custos caracteriza-se, principalmente, por dividir a organização em centros de custos. Utiliza somente os custos de transformação, por meio das seguintes etapas: separação dos custos em itens, divisão da empresa em centro de custos, identificação dos custos com os centros, redistribuição dos custos dos centros indiretos até os diretos, distribuição dos custos dos centros diretos aos produtos (BORNIA, 2002).

ORKW tem como premissa a utilização dos custos para fixar preços e consiste no rateio dos custos de produção e das despesas aos produtos, revelando o gasto total no processo de obtenção de receita (MARTINS, 2018).

Comparando-se a caracterização do RKW com a pesquisa de Asta e Barbosa (2014), percebe-se que não utilizaram o método de custeio RKW, pois desconsideraram as despesas na apuração.

3.2 Outro método utilizado: Micro costing

Apenas uma pesquisa científica utilizou o método microcosting: o artigo de Ogata, Fonseca, Miyoshi, Almeida e Guinsburg publicado em 2016.

O estudo de Ogata, Fonseca, Miyoshi, Almeida e Guinsburg (2016) analisou o custo hospitalar da internação em nascidos prematuros em um hospital universitário público brasileiro exposto à corticoide terapia antenatal, comparando com os não expostos. O corticoide ante natal é um método de intervenção utilizado para reduzir complicações da prematuridade. Supõe-se que, em países de baixa renda, o efeito do corticoide poderia ser ainda maior para redução da morbi mortalidade neonatal.

Trata-se de uma retrospectiva de corte de entre janeiro de 2006 e dezembro de 2009. A pesquisa dividiu os custos em medicamentoso, exames, respiratório, laboratorial, nutricional, diárias hospitalares e custo total, definidos a seguir (OGATA, FONSECA, MIYOSHI, ALMEIDA & GUINSBURG, 2016):

Custo de medicamentos: calculou-se o custo do material usado para administração dos medicamentos, se em bomba de infusão ou administração direta. Verificou-se também, junto à enfermagem, o tempo de duração dos antibióticos e das drogas reusadas após abertura do frasco. A média do custo dos medicamentos foi estimada com base na tabela da Anvisa 16 (lista de conformidade), consultada

em março de 2013, considerando-se o preço máximo de venda ao governo;

Custos de exames de imagem e outros: anotaram-se todos os exames de imagem (raios-X, ultrassonografia, tomografia, ressonância magnética e exames contrastados), ecocardiograma e eletrocardiograma, fundo de olho, emissões otoacústicas e triagem neonatal para erros inatos do metabolismo. Os custos

“O micro-costing é um método de estimativa de custos que envolve a enumeração direta, e o custo de cada entrada consumida no tratamento de um paciente em particular é bastante utilizado em pesquisas para avaliar o custo de novas intervenções ou tratamentos.”

foram estimados baseados no sistema de pagamento do Sistema Único de Saúde (SUS);

Custo respiratório: avaliação do tempo de uso de ventilação mecânica, CPAP (continuous positive airway pressure) e

oxigenoterapia inalatória, além da necessidade e número de doses de surfactante empregadas. A estimativa do custo respiratório foi baseada nos custos de manutenção dos ventiladores mecânicos, do circuito do CPAP, consumo dos gases (oxigênio) pelos equipamentos de ventilação e metro cúbico do oxigênio. Sendo assim, calculou-se uma diária de ventilação mecânica, de CPAP e de oxigenoterapia inalatória, além do custo da dose do surfactante (lista de preço de medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária [Anvisa]);

Custo laboratorial: anotaram-se todos os exames laboratoriais feitos durante a internação e os seus custos foram fornecidos pelo laboratório central do hospital. Foram estimados também custos dos exames feitos na própria unidade com oglicemia e hematócritocapilar elevou-se em conta apenas o custo dos materiais fornecidos pelo setor de compras do hospital;

Custo nutricional: levou-se em conta a diária de nutrição parenteral neonatal, cujo valor foi fornecido pela farmácia do hospital, e da dieta enteral, calculada com o auxílio da nutricionista da unidade por meio da média de consumo de fórmula de prematuro e termo e o preço de mercado da fórmula;

Diária hospitalar: tomando por base tabela fornecida pela contabilidade do hospital, foram verificados os custos diretos (salários) do centro de custo da unidade neonatal e os custos indiretos (energia elétrica, água e esgoto), assim como os gastos com material de limpeza e escritório e rateios de demais setores do hospital. Na época do estudo, a equipe contava com 54 profissionais de enfermagem, dois fisiotera-

peutas e cinco médicos plantonistas contratados que faziam parte da planilha de custos do hospital. Quanto aos demais membros da equipe médica (assistentes, docentes e residentes) e outros profissionais (fonoaudiólogas, nutricionistas, assistentes sociais e farmacêuticos), esses não entraram na planilha de custos da unidade por serem contratados da universidade. Assim, foi feita a média dos custos no período do estudo e dividiu-se pelo número de pacientes internados na unidade no mesmo período. Chegou-se ao valor de uma diária por paciente, estimada em US\$142. Para o cálculo desse componente do custo, multiplicou-se o número de dias de internação do paciente pela diária hospitalar estimada;

Custo total: levou em conta os custos respiratórios, de medicamentos, nutricional, laboratorial e de exames, além de outros custos com hemoterapia, fototerapia, custo de cateteres, cirurgias e outros procedimentos eventuais, somando-se ainda o custo da diária hospitalar.

O micro-costing é um método de estimativa de custos que envolve a enumeração direta, e o custo de cada entrada consumida no tratamento de um paciente em particular é bastante utilizado em pesquisas para avaliar o custo de novas intervenções ou tratamentos. Há uma necessidade de padronizar os métodos e técnicas para conduzir e relatar uma análise de microcosting. Os resultados podem não ser amplamente generalizáveis, pois os dados podem refletir apenas a prática em locais selecionados com populações específicas. Portanto, nem sempre é viável ou desejável usar o microcosting em avaliações econômicas (XU, NARDINI & RUGER, 2014).

Segundo Clement, Ghali, Donaldson e Manns (2009) é considerado padrão-ouro em custeio hospitalar, combinando e alocando todos os custos diretos e indiretos, desde a internação do paciente até o momento em que é liberado, incluindo custos como enfermagem, eletricidade, materiais utilizados e outros. Assim, é possível analisar que o método micro-costing é similar ao método ABC, pois calcula de maneira detalhada, busca uma correlação entre os valores dos custos e fatores causadores destes.



Nenhuma pesquisa utilizou o critério de rateio variado. Todos os artigos apresentaram déficits quanto a análise de custo hospitalar.

Assim, observa-se que Okata, Fonseca, Miyoshi, Almeida e Guinsburg (2016) desconsiderou o custo indireto da mão de obra para realização de exames, mas levou em consideração demais custos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No total, foram analisados 5 artigos (2 de gestão e 3 de saúde), o que evidencia uma maior necessidade de produção do assunto. Os subtemas abordados acerca dos métodos de custeio segundo a literatura foram: Custeio Baseado em Atividades; Custeio por absorção; Método Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit; e Microcosting. Nenhuma

pesquisa utilizou o critério de rateio variado. Todos os artigos apresentaram déficits quanto a análise de custo hospitalar.

Esta revisão produziu dados relevantes acerca da necessidade de um gerenciamento melhor do custeio hospitalar e a aplicação deste na pesquisa científica. A Ciência Contábil é uma área de abrangente aplicação, necessitando uma maior participação dos profissionais da área em temáticas de sua abrangência.

Foi observado que nenhum dos autores da literatura analisada pertencia à Ciência Contábil, o que, supõe-se, gerou equívocos, como desconsiderar custos indiretos no rateio por ABC, não inclusão de depreciação, amortização ou exaustão no rateio por absorção, inclusão de lucros e despesas nos custos na análise de custos. Também, no rateio por absorção, no RKW apenas realizaram a departamentalização dos custos e, quanto ao método micro-costing, trata-se de uma metodologia que tende a inovar, mas se assemelha a uma existente. Não apresentar inovando em sua aplicação no artigo encontrado desconsidera o custo indireto da mão de obra para realização de exames, assim como o ABC, mas leva em consideração os demais custos.

É recomendada, para pesquisas futuras, a aplicabilidade correta de um método de custeio que apresente resultados mais precisos e, assim, possa contribuir para uma melhor gestão de custos e resultados hospitalares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASTA, D. D., & BARBOSA, A. P. (2014). Modelo Conceitual de Mensuração de

- Desperdícios em Hospitais Privados. *Revista de Gestão em Sistemas de Saúde*, 3(1), 40-56.
- BORNIA, A. C. (2002). *Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas*. Porto Alegre: Bookman.
- BOTELHO, L. L. R., DE ALMEIDA CUNHA, C. C., & MACEDO, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e sociedade*, 5(11), 121-136.
- CLEMENT, F. M., GHALI, W. A., DONALDSON, C. A. M., & MANNS, B. J. (2009). The impact of using different costing methods on the results of an economic evaluation of cardiac care: microcosting vs gross-costing approaches. *Health economics*, 18(4), 377-388.
- CONRAD, A. T. (2014). *Análise do custo econômico do transplante renal*.
- FONTOURA, F. B. B. D. (2009). Mudanças de métodos de custeio e o impacto no sistema de informação gerencial: um estudo qualitativo (Tese).
- HARTMANN, M. (2016). *Mapeamento de Custos Através do Método RKW Aplicado em uma Indústria Termoplástica (Trabalho de Conclusão de Curso)*.
- IZAIAS, É. M., DELLAROZA, M. S. G., ROSSANEIS, M. Â., & BELEI, R. A. (2014). Custo e caracterização de infecção hospitalar em idosos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19, 3395-3402.
- MARTINS, E. (2003). *Contabilidade de custos (Vol. 9)*. São Paulo: Atlas.
- NAKAGAWA, M. (1994). *ABC: custeio baseado em atividades*.
- OGATA, J. F. M., FONSECA, M. C. M., MIYOSHI, M. H., DE ALMEIDA, M. F. B., & GUINSBURG, R. (2016). Costs of hospitalization in preterm infants: impact of antenatal steroid therapy. *Jornal de Pediatria (Versão em Português)*, 92(1), 24-31.
- PENNA, G. L. D. A., VAZ, I. P., FONSECA, E. C., KALICHSZTEIN, M., & NOBRE, G. F. (2017). Pós-operatório imediato de cirurgia bariátrica em unidade intensiva versus unidade de internação. *Estudo retrospectivo com 828 pacientes*. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, 29(3), 325-330.
- QUEIROZ, J. A. D., & RENTES, A. F. (2010). Contabilidade de custos vs. contabilidade de ganhos: respostas às exigências da produção enxuta. *Gestão & Produção*, 17(2), 377-388.
- DA ROSA, C. D. P., MATHIAS, D., & DA CUNHA KOMATA, C. (2015). Custo de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS): Estudo de Caso da Unidade de Terapia Intensiva de Infectologia de Um Hospital Público em São Paulo. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 4(2), 127-143.
- CHUTZ, V., & DE SIQUEIRA, B. T. (2011). A enfermagem e o custo com os materiais hospitalares: uma revisão bibliográfica. *Cogitare Enfermagem*, 16(1), 148-153.
- DA SILVA SUZART, J. A. (2012). Sistema federal brasileiro de custos: uma análise comparativa à luz das recomendações da IFAC. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 2(3), 39-55.
- XU, X., NARDINI, H. K. G., & RUGER, J. P. (2014). Micro-costing studies in the health and medical literature: protocol for a systematic review. *Systematic reviews*, 3(1), 47.
- ZULIANI, L. L., DE CARVALHO JERICÓ, M., DE CASTRO, L. C., & SOLER, Z. A. S. G. (2012).



O papel dos incentivos fiscais para o desenvolvimento socioeconômico

Cheila Fernandes de Andrade, Jânio Fernandes de Andrade, Gisele Leite Padilha, Irineu Vagner, Junior Valoeis

RESUMO

O Brasil é um dos países que possuem a maior carga tributária do mundo e, em razão disso, o Estado do Tocantins encontra-se atualmente em primeiro lugar quando se trata de recolhimento de tributo. Esse impacto gerado pela carga tributária infelizmente atinge de forma negativa o desenvolvimento econômico e financeiro. Assim, no intuito de fomentar o desenvolvimento econômico social, surgiram incentivos fiscais, que são benefícios cedidos pelo Governo federal e estados para contribuir no desenvolvimento regional do País, pois, além de promover a geração de empregos, ainda possibilita a redução da carga tributária das sociedades empresariais em diversos setores. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo demonstrar o papel dos incentivos fiscais para o desenvolvimento socioeconômico no Estado do Tocantins, seguindo pela

apresentação do impacto da alta carga tributária brasileira no desenvolvimento econômico. Além disso, visa demonstrar a redução da carga tributária mediante a criação de incentivos fiscais e mostrar a importância das políticas públicas econômicas para geração de emprego e renda. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizada quanto à abordagem a pesquisa qualitativa; a classificação dos objetivos deu-se de forma exploratória e descritiva; e quanto aos procedimentos técnicos, foi feita a pesquisa bibliográfica, utilizando trabalhos científicos, especialmente da área contábil e fiscal, além da análise de jornais e revistas on-line para melhor compreensão dos fatos atuais. Os resultados possibilitaram identificar que os incentivos fiscais desempenham papel essencial para crescimento e desenvolvimento de empresas e, conseqüentemente, possibilita a geração de empregos e rendas as pessoas

envolvidas, causando significativo impacto socioeconômico no Estado do Tocantins.

Palavras-chave: Incentivos fiscais. Desenvolvimento Socioeconômico. Tocantins.

“O Brasil é um dos países que possuem a maior carga tributária do mundo e, em razão disso, o Estado do Tocantins encontra-se atualmente em primeiro lugar quando se trata de recolhimento de tributo.”

1. INTRODUÇÃO

A elevada carga tributária existente no Brasil e a resseção economia têm feito com que as empresas, para se manterem rentáveis e atrativas, busquem cada vez mais reduzir o impacto dos tributos, criar novas estratégias de gestão empresarial e, no setor fiscal, entre elas, encontrar-se o aproveitamento de incentivos cedidos pelo Governo federal e estados que têm como função básica o desenvolvimento de algumas regiões do País e a diminuição da carga tributária para as sociedades empresariais dos mais diversificados setores.

Assim sendo, o presente trabalho buscou de forma clara reunir dados e informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual o papel dos incentivos fiscais para o desenvolvimento socioeconômico no Estado do Tocantins?

Para tanto, a presente pesquisa tem como objetivo geral demonstrar o papel dos incentivos fiscais para o desenvolvimento socioeconômico no Estado do Tocantins, seguindo pela apresentação do impacto da alta carga tributária brasileira no desenvolvimento econômico; demonstrar a redução da carga tributária mediante a criação de incentivos fiscais; e mostrar a importância das políticas públicas econômicas para a geração de emprego e renda.

A pesquisa pretende abordar o papel dos incentivos fiscais focada no desenvolvimento socioeconômico, delimitando-se a abordar as políticas públicas que refletem diretamente na sociedade e economia local.

De forma geral, os incentivos fiscais caracterizam-se como um dos principais meios para se obter sucesso na diminuição da carga tributária das empresas, por meio das alternativas criadas pelo Governo com o objetivo de

alavancar a economia em determinadas regiões, ou seja, o Governo utiliza os incentivos fiscais como estratégia para desenvolver determinadas regiões do país, concedendo incentivos para que empresas se instalem nessas regiões e as desenvolvam principalmente por meio da geração do emprego e da renda.

Este estudo é importante porque demonstra o importante do papel dos incentivos fiscais para o desenvolvimento sócio econômico e também porque evidencia, de forma sucinta, as principais particularidades que norteiam o tema

“ A elevada carga tributária existente no Brasil e a resseção economia têm feito com que as empresas, para se manterem rentáveis e atrativas, busquem cada vez mais reduzir o impacto dos tributos ”

escolhido. Assim sendo, o estudo possui grande relevância, uma vez que apresenta um tema de interesse coletivo tanto da parte discente quanto por parte daqueles que pretendem ter conhecimento acerca desse assunto. Além disso, serve de base para aqueles que almejam realizar futuros trabalhos voltados nessa linha de estudo.

Este trabalho foi desenvolvido e dividido em introdução; uma revisão de literatura onde são abordados temas pertinentes ao objetivo e a solução do problema da pesquisa; a metodologia, onde aborda

os métodos que serão utilizados para desenvolvimento; os resultados; e as considerações finais, onde são abordados o que se alcançou com a pesquisa. Por fim, apresentam-se as referências bibliográficas que serviram de suporte para dar científica ao trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Tributária

Segundo Zanluca (2018), Contabilidade Tributária é uma ciência que está diretamente relacionada à apuração e à análise dos tributos de uma determinada organização. Como bem nos assegura Cefis (2018), contabilidade tributária é compreendida como a seguinte expressão "Contabilidade Fiscal" e normalmente é utilizada para a escrituração de fatos que automaticamente geram as obrigações tributárias e fiscais. "Contabilidade Tributária permite ampliar as estratégias operacionais da empresa e dos controles e processos fiscais, bem como a eficiência dos sistemas e dos dados da empresa" (ZANLUCA, 2018, p. 15).

Como se pode verificar nessa citação acima, contabilidade tributária se aplica na área fiscal da empresa, especialmente na apuração e controle dos tributos da empresa. Evidentemente a aplicação pode ser utilizada para cálculo das guias de imposto dela. Ela atende aos regimes de tributação e exige a apuração, o pagamento dos tributos e a anotação dos recebimentos e pagamentos dos seus livros caixas.

A contabilidade tributária é uma prática que pode fazer toda a diferença dentro de qualquer empreendimento. Ela é responsável por apurar e conciliar os tributos, permitindo assim uma melhor relação da empresa com o Fisco. Cita-se, como exemplo, a apuração do ISS, ICMS, PIS, Cofins, IRPJ e CSLL— isso conforme cada tipo de empresa (CEFIS, 2018).

Ainda para Zanluca (2018, p. 13);

A contabilidade tributária, por sua vez, é a disciplina que associa contabilidade com administração tributária e o próprio direito tributário. Por isso, ela representa muito mais do que a simples contabilização de impostos. Isso porque contempla a aplicação do direito tributário enquanto norma sobre os fatos ou atividades e operações das empresas. Nesse sentido, Contabilidade Tributária permite encontrar alternativas para reduzir a carga tributária e cumprir as obrigações acessórias exigidas pelo fisco.

Logo, é importante compreender a atuação do contador que se dedica à gestão tributária das organizações, pois ele representa importante papel no mercado de trabalho. Nesse sentido, vamos exemplificar contabilidade tributária como uma forma de definição do regime tributário mais adequado e de aplicação da contabilidade tributária, colocando assim um estudo aprofundado de suas características e faturamento. Observados os limites da lei, seu gestor pode optar pelo Lucro Presumido em vez do Lucro Real. Isso reflete um bom planejamento tributário que foi feito em consequência da contabilidade tributária bem-feita, o que gera uma situação capaz de render uma excelente economia de impostos para a organização (CEFIS, 2018).

2.1.1 Tributos

Segundo Zanluca, (2018), tributos correspondem a impostos, taxas de serviços públicos específicos e divisíveis e contribuição de melhoria (decorrente de obras públicas). Como bem nos assegura o CTN, 1966, art. 3º);

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor

nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Já no art. 5º, ainda do CTN, os tributos podem ser agrupados em: impostos, taxas, contribuições, contribuições de melhoria, contribuições para fiscais e empréstimos compulsórios.

“O Governo cobra os tributos, que devem ser revestidos em serviços à população em geral. Cita-se, como exemplo, o retorno em serviços, como educação, saúde, transporte e bem-estar das pessoas”

Os impostos são destacados com os valores mais relevantes, já que ele é cobrado sem que o contribuinte possa escolher, como descreve o art.16º do CTN. As taxas são citadas no art.77 do CTN, que as sintetizam como tributos que têm “como fato gerador o exercício regulador do poder de polícia, ou a utilização efetiva e potencial, de serviço público específico e divisível”.

Já as contribuições são tributos que têm um desígnio específico. Logo, essas cobranças são constituídas para solucionar uma demanda já existente. Como esclarece o art. 81 do CTN, a contribuição

de melhoria “é um tributo cobrado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, na esfera de suas respectivas atribuições, para bancar os custos de obras públicas de que decorra a valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado”.

Ainda conforme o CTN (1966), as contribuições para fiscais são valores que são recolhidos para que se torne possível uma série de atividades públicas, como os tributos do Senac, Senai, Sesc e Sebrae, para mencionar alguns.

O empréstimo compulsório é destacado no art. 148 da Constituição Federal brasileira, que, por sua vez, restringe essa espécie de tributo exclusivamente para casos especiais. A lei demonstra os possíveis cenários em que a cobrança poderia ser cobrada, como durante uma guerra com outra nação ou sua iminência e calamidade pública (BRASIL, 1988).

Para Moreira e Machado (2015), tributos são ônus ligados à necessidade do ser humano em viver em uma sociedade organizada. Tratam-se de contribuições presentes em nosso meio desde a formação dos Estados Nacionais, na transição da Idade Média para a Idade Moderna. Seus percentuais variam de país para país, mas suas funções são basicamente as mesmas em todos os locais: financiar o Estado para que ele possa manter a chamada “máquina pública”, além de promover benfeitorias sociais de uso comum.

Como se pode verificar nessa citação, tributos é aplicado a todos os indivíduos e serviços, da sociedade. Evidentemente a aplicação pode ser utilizada para manter

os serviços básicos a todos os cidadãos e para o seu desenvolvimento. O Governo cobra os tributos, que devem ser revestidos em serviços à população em geral. Cita-se, como exemplo, o retorno em serviços, como educação, saúde, transporte e bem-estar das pessoas (MOREIRA e MACHADO, 2015).

Para que o Governo possa distribuir a prestação de serviços de forma adequada e consequentemente desempenhar suas obrigações, ele retira dos indivíduos uma parcela de suas riquezas por meio dos impostos. Teoricamente, o retorno que a sociedade teria com o montante destinado aos impostos seriam atendimentos e serviços públicos de qualidade e eficientes, pelos quais ela pagou em forma de tributos. Isto em tese, porque, na maioria dos casos, o que se observam no Brasil são serviços ineficientes ou mesmo inexistentes. Nesse sentido, tributos permitem a arrecadação e distribuição de serviços à sociedade. Logo, é importante compreender que se esses repasses do Governo não forem bem fiscalizados, eles podem não chegar a população em geral. Nesse sentido, vamos exemplificar tributos como todos os pagamentos obrigatórios de pessoas físicas e jurídicas previstos por lei que devem ser recolhidos pelo Governo (JUNIOR e CUNHA, 2015).

2.1.2 Evasão e Elisão fiscal

Segundo Zanluca (2018), a elisão fiscal, segundo Carlin (2014, p. 40), “representa a execução de procedimentos, antes do fato gerador, legítimos, éticos, para tentar reduzir, eliminar ou postergar tipificação da obrigação tributária, caracterizando, assim, a legitimidade do planejamento tributário”.

A evasão fiscal, conforme definido por Zanluca (2018, p. 65), “é um ilícito tributário

sobre o qual caem as normas pautadas de Lei que dispõe sobre crimes contra a ordem tributária – Lei n.º 8.137/1990, conjugada com a Lei n.º 9.249/1995”.

Na visão de Borges (2015), a figura da evasão sempre está presente as figuras de simulação ou dissimulação. Tal

“ Pratica crime tributário quem suprime ou reduz tributo por meio de supressão de informações ou por meio de informação falsa, ou através da inserção de dado inexato em livros ou documentos fiscais, ou mesmo pela falsificação ou alteração de nota fiscal ou negar-se a emití-la ”

alegação é compartilhada por Zanluca (2018), que conceitua a evasão como toda ação ou omissão que tende a reduzir, elidir ou mesmo que retardar o cumprimento de obrigação tributária.

Pratica crime tributário quem suprime ou reduz tributo por meio de supressão de informações ou por meio de informação falsa, ou através da inserção de dado inexato em livros ou documentos fiscais, ou mesmo pela falsificação ou alteração de nota fiscal ou negar-se a emití-la, ou através de outras condutas consideradas fraudulentas (CARLIN, 2014).

2.1.3 O processo de Planejamento

De acordo com Siqueira, Cury e Gomes (2011, p. 13), “o planejamento tributário aborda qualquer setor ou atividade de uma empresa de forma que resulte em maior segurança ou, até mesmo, em ganho econômico financeiro. Na prática, quanto maior e mais dinâmica for a empresa, mais sofisticado será seu planejamento fiscal”.

Para Pohlmann (2010, p. 286), “As decisões de planejamento tributário são parte do processo decisório geral das organizações. Como regra geral, o processo decisório na gestão das organizações envolve uma sequência de passos, que inicia com a identificação do problema e termina com a implementação da solução escolhida”.

Seguindo o pensamento de Pohlmann, (2010), o processo de planejamento segue da seguinte forma:

- Percepção de uma situação problemática envolvendo aspectos tributários. É o evento que desencadeia o processo de planejamento tributário.
- Definição do problema e dos objetivos do planejamento tributário. A partir dessa fase, a participação do tributarista passa a ser fundamental. A correta identificação do problema e sua delimitação constitui o passo inicial na busca de resoluções.
- Análise do problema à luz das normas e princípios aplicáveis. Definido o problema e estabelecidos os objetivos do planejamento tributário, passa-se ao processo de execução propriamente dito, com a identificação e a análise exaustiva da legislação aplicável.
- Identificação de todas as alternativas possíveis de solução. A análise da legislação aplicável permitirá ao tributarista identificar e detalhar o

maior número possível de alternativas de solução do problema buscando alternativas como: redução pura e simples do preço; oferecimento de bônus em mercadorias; assunção do ônus do transporte da mercadoria até o cliente; oferecimento de maior prazo para pagamento aos clientes.

- Avaliação e ordenação dos méritos das soluções. O tributarista deverá avaliar o resultado econômico de cada uma das alternativas possíveis, utilizando instrumentos como simulações, planilhas, cálculos, demonstrativos, projeções etc.
- Escolha da melhor alternativa. A alternativa que alcançar o melhor escore decorrente da ponderação do resultado econômico e dos riscos associados deve ser a recomendada pelo tributarista para os gestores responsáveis.
- Formalização da decisão. Implica a elaboração de um documento, em forma de relatório, contendo uma descrição concisa e objetiva de todos os aspectos descritos nas fases anteriores.
- Implementação da decisão. Consiste na adoção das medidas concretas, indicadas no relatório de planejamento tributário.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Borges (2014), a maior parte dos economistas acredita que mercados concorrentes, deixados por si mesmos, administrariam naturalmente ao desenvolvimento econômico. Porém, não há razões teóricas para acreditar que uma ordem espontânea agencie o funcionamento econômico de forma harmônica na sociedade moderna. Isto nos conduz absolutamente à discussão do papel institucional do Estado no sistema econômico e no desenvolvimento, qual seja: Qual o papel do Estado no sistema

econômico? O Estado pode atuar de modo a favorecer o desenvolvimento?

Porém, entre os economistas, não é dado grande valia ao papel do Estado no sistema econômico e no progresso, seja nos arranjos institucionais, seja no local institucional. A atenção maior recai sobre as políticas econômicas adotadas pelo Estado, especialmente sobre a monetária e fiscal. O motivo da menor atenção conhecida ao papel institucional do Estado é resultado de abordagens em que qualquer interferência do Estado na economia é percebida como especialmente nociva ao bom desempenho do sistema econômico, causando distorções. Porém, é bastante rúptil teoricamente a ideia



Para deliberar as políticas públicas que serão seguidas pelo estado, é imprescindível estabelecer antecipadamente os objetivos a seres priorizados



de uma única sociedade econômica articulada especialmente a partir de mercados, apesar de que esses mercados sejam todos perfeitamente competitivos (BORGES, SILVA, et al., 2013).

Para Silva, Mota, et al. (2017, p. 9), "Com a expansão econômica e a formação de uma nova forma de produção, estabeleceu-se uma discussão mais amplas sobre o papel que o estado deveria cumprir perante a sociedade, especialmente no campo econômico".

Por outro lado, Junior e Cunha (2015) reforçam que, para deliberar as políticas públicas que serão seguidas pelo estado, é imprescindível estabelecer antecipadamente os objetivos a seres priorizados, pois as políticas econômicas fiscais são criadas pelos Governos para fomentar determinados setores da economia, a fim de promover desenvolvimento econômico, a criação de empregos e uma melhor distribuição de renda, essas políticas podem ser criadas para desenvolver uma atividade econômica específica ou uma determinada região.

O exemplo disso pode-se citar diversos momentos em que o Governo agiu por meio de políticas fiscais a fim de minimizar os efeitos sobre a economia brasileira, de acordo com Araujo e Gentil (2010, p. 17),

O Governo federal pôs em marcha, no ano de 2009, instrumentos fiscais anticíclicos que foram importantes para compensar os efeitos (negativos) da política de juros (ainda elevados e congelados no patamar de 8,75% da taxa Selic) e de câmbio valorizado em meio à recuperação da crise. Em outros termos, a política fiscal teve de atuar de forma a conter a queda brusca da taxa de crescimento do PIB que poderia resultar da continuidade da adoção do regime de metas de inflação numa fase de forte desaceleração da economia.

No Estado de Tocantins, existem os chamados incentivos fiscais, que são políticas fiscais implementadas pelos Governos, a fim de atrair empresas para o estado. Por um lado, o Governo oferece redução das suas cargas tributárias dando isenções ou redução de alíquotas e em contrapartida às empresas que se instalam no Estado promovem o crescimento e o desenvolvimento

local, garantindo a empregabilidade da população e a melhor distribuição da renda (T1NOTÍCIAS, 2018).

Desse modo, o estado tem um desafio bem grande, que é fazer com que esses mercados continuem sendo competitivos e, conseqüentemente, promova desenvolvimento e crescimento a economia local, assim como também a geração de empregos e renda a um setor ou atividade econômica (CDE - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - TO, 2006).

O Estado do Tocantins, procurando gerar novas oportunidades econômicas que possam aumentar sua dinamização da sua economia e, conseqüentemente, seu desenvolvimento, tem lançado mão de um arranjo institucional de políticas públicas, voltadas para a atração de investimentos e empreendimentos que procuram promover a economia estadual. Uma dessas políticas é a tributária, em que o Estado oferece benefícios fiscais às empresas que almejem se instalar ou ampliar seus negócios em seu território, com o objetivo de geração de emprego e renda, assim como também os investimentos locais (ARAÚJO, 2014).

Os incentivos fiscais são instrumentos utilizados pelo Governo para impulsionar uma região ou setor econômico. No Tocantins, o Proindústria representa o maior programa de incentivo fiscal, voltado para implantação e expansão das indústrias, fomentando a economia, diminuindo o desemprego, melhorando a renda e a qualidade de vida da população (FEITOSA e CARNIELLO, 2011).

A principal fonte de arrecadação de tributos do estado é, em especial, o ICMS, pois é um dos tributos constituídos, que garante ao estado a obtenção de renda para manutenção do estado. Por outro lado, é a melhor forma de instituir

benefício às empresas instaladas, e até mesmo para aquelas que querem iniciar suas atividades no estado. Desse modo, o benefício pode atrair as empresas pelo motivo de crescimento econômico, assim como também distribuir rendas e empregos a população local (BORGES, 2014).

“ No ano de 2017, o brasileiro teve que trabalhar o equivalente a 153 dias para pagar impostos. Um total de 41,80% de todo o rendimento está sendo destinado aos cofres públicos, mostrando ainda que a corrupção no país consome 29 dias de trabalho de cada brasileiro ”

2.3 INCENTIVOS FISCAIS

O Brasil é considerado o país com carga tributária elevada, principalmente quando se trata do retorno desses impostos à população. De acordo com o IBPT (2018), no ano de 2017, o brasileiro teve que trabalhar o equivalente a 153 dias para pagar impostos. Um total de 41,80% de todo o rendimento está sendo

destinado aos cofres públicos, mostrando ainda que a corrupção no país consome 29 dias de trabalho de cada brasileiro.

O incentivo fiscal pode ser entendido como uma forma de intervenção do Estado na economia para alcançar objetivos que invariavelmente tem caráter social ou econômico e para isso Governo impõe algumas medidas, com base nas leis que regulamenta, podendo excluir total ou parcialmente o valor do tributo a creditar, a favor do desenvolvimento de certa região ou de um setor de atividade do contribuinte (POHLMANN e IUDÍCIBUS, 2006).

Os incentivos fiscais abdicam de parte das receitas do Governo para favorecer o desenvolvimento econômico em benefícios a entidades públicas ou privadas. Com os benefícios dessas entidades, a sociedade acaba ganhando com a geração de emprego e renda e desenvolvimento econômico (XAVIER, MATOS, et al., 2015).

De acordo com Borges, Silva, et al. (2013), as leis surgiram com o objetivo de incentivar os contribuintes a promoverem doações as empresas e ao estado, com a intenção de impulsionar a ampliação de projetos culturais e socioeconômicos através dos incentivos ofertados pelos Governos.

O princípio da uniformidade geográfica, regulamentado no art.151, I, da Constituição Federal de 1988, estabelece o seguinte:

Art. 151. É vedado à União:

I - Instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação à Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio

do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

Percebe-se então que, desde a promulgação da Constituição Federal, existe a preocupação em promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as regiões do país através dos incentivos fiscais, principalmente para algumas regiões do país, as quais necessitam de desenvolvimento econômico e estão em desigualdade com relação as demais regiões.

Portanto, os incentivos fiscais são

benefícios relacionados à carga tributária concedidas da administração pública para algumas empresas com o objetivo de estimular alguns setores específicos ou uma atividade-fim. O incentivo pode vir na forma de redução da alíquota do imposto, das compensações no valor a recolher ou, até mesmo, da sua isenção (XAVIER, MATOS, et al., 2015).

Já para Hack (2007), os incentivos fiscais são de ampla relevância para o Brasil, se analisarmos sob o aspecto dos valores envolvidos. O direito tributário, entretanto, não tem dado

a devida atenção ao assunto, por se tratar de dinheiro público, no entanto ele deve seguir todos os critérios legais. Dentre os vários tipos de incentivos, encontramos aqueles destinados ao progresso regional, que se destinam a produzir o progresso de regiões mais carentes, de maneira que estas possam atingir as mais abundante no que se refere à economia e às condições de vida da indivíduos.

Quadro 1 - Vantagens e desvantagens das políticas de benefícios fiscais.

Incentivar o desenvolvimento de setores econômicos considerados estratégicos.	Impedir o livre funcionamento do mercado, isto é, os benefícios tributários podem ser a causa de ineficiência econômica.
Equilibrar o desenvolvimento das diferentes regiões do país, induzindo investimentos onde, de outra forma, eles não realizariam.	Representar um desperdício de recursos governamentais, visto que, por vezes os empresários acabariam realizando seus investimentos mesmo na ausência de qualquer incentivo.
Favorecer grupos de cidadãos, necessitados de atenção especial mediante algum critério de justiça socialmente compartilhado.	Elevar a complexidade da legislação tributária, ampliando os custos de sua imposição.
Reduzir o próprio gasto público.	Ser menos transparente, visíveis e expostos, do que os gastos diretos, que são contemplados regularmente no orçamento público.
Encorajar a participação do setor privado em programas sociais e culturais.	Tornar o sistema tributário mais regressivo, favorecendo desproporcionalmente os mais bem providos, em lugar dos mais pobres.
Resultar, com o tempo, em aumento da arrecadação, por causa do incremento da atividade econômica por eles proporcionado.	Ser de difícil remoção, uma vez concedidos, por causa da ação políticas de interesse empresariais organizados que defendem sua preservação, mesmo quando não se justificam pelo critério de eficiência.

Xavier, Matos, et al., (2015) afirmam que, repetidamente, a classe empresarial crítica a alta carga tributária atribuída pelo Poder Público à sociedade brasileira e, em específico, aos empresários, significando que estas críticas ganham grande destaque tanto nos discursos dos representantes desta classe quanto na mídia especializada. Apesar disso, não se nota a mesma evidenciação quando o contexto são os benefícios tributários conferidos aos setores empresariais.

2.3.1 Incentivos Fiscais na Região Nordeste

A iniciativa do Governo federal de criar política de incentivos fiscais para fomentar a desenvolvimento econômico no País visa, especialmente, minimizar as diversas desigualdades regionais. Essa ação tem proporcionado verdadeiros avanços no que tange aos aspectos socioeconômicos, como saúde, educação, moradia, infraestrutura e geração de postos de trabalhos (SUDENE, 2018).

Conforme relatório da Sudene (2017), atualmente existem diversos incentivos fiscais sendo oferecidos por essa superintendência para as industriais e demais estabelecimentos instalados, modernizados ou com diversidade de insumos. Os benefícios promovidos pela Sudene são na região Nordeste, os quais compreendem:

I - Redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis para empreendimentos que venham a se instalar, ampliar, modernizar ou diversificar sua linha de produção na área de atuação da Sudene. O prazo de fruição do benefício é de 10 anos. A redução é calculada com base no lucro da exploração da atividade.

II - Isenção do imposto sobre a renda e do adicional é exclusivamente para pessoas jurídicas fabricantes de

máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos baseados em tecnologia digital, voltados para o Programa de Inclusão Digital, de que trata a Lei n.º 12.546, de 14/12/2011, calculado sobre o lucro da exploração.

III - Depreciação Acelerada Incentivada e Desconto do PIS/Pasep e da Cofins beneficia titulares de empreendimentos que já usufruem da redução de 75%. A depreciação acelerada incentivada

“ Depósitos para reinvestimento de 30% do Imposto devido beneficia titulares de empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, que estejam, ou não, usufruindo das reduções do imposto de renda”

consiste na depreciação integral no próprio ano da aquisição, ou até o 4º (quarto) ano subsequente à aquisição para bens adquiridos de 1º/1/2006 até 31/12/2018 por pessoas jurídicas situadas em microrregiões menos desenvolvidas na área de atuação da Sudene enquadradas em setores prioritários para o desenvolvimento regional.

IV - Depósitos para Reinvestimento de 30% do Imposto Devido beneficia titulares de empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene,

que estejam, ou não, usufruindo das reduções do imposto de renda. Essas empresas podem reinvestir na modernização ou complementação de equipamentos, incluídos os custos de montagem e instalação, uma parcela correspondente a 30% do imposto devido, calculado exclusivamente sobre o lucro da exploração durante os períodos de apuração e até 31.12.2018, acrescida de parcela de 50% de recursos próprios.

É importante salientar que, no exercício social de 2017, a diretoria da Sudene sancionou a aprovação de 313 pleitos de incentivos fiscais, os quais foram distribuídos da seguinte maneira: 257 foram voltados para o benefício da redução de 75% do IR; 52 eram para ações de reinvestimento do IRPJ cuja base é de 30% e os outros quatro foram para o projeto de incentivo de depreciação incentivada acelerada. Além disso, ressalta-se ainda que os empreendimentos favorecidos com os respectivos programas de incentivos colaboraram para a geração e/ou sustentação de 139.423 empregos diretos e indiretos (SUDENE, 2017).

2.3.2 Incentivos Fiscais no Tocantins

O Tocantins é o estado mais jovem do Brasil, criado pela Constituição Federal de 1989. Em termos de desenvolvimento, pode-se dizer que se compõe a partir de uma gama de desafio, em parte por seus administradores e investidores e sociedade geral. Diante desse desafio, o Estado instituiu regulamentos voltados aos incentivos fiscais no intuito de facilitar a aproximação com empreendedores dos campos do comércio, indústria, comércio via eletrônica ou por correspondência, confecção, atacadista, agronegócio, logística, classificação de produtos e transportes (SEDEN, 2018).

Em virtude de o Tocantins ser formalmente

incluído na região da Amazônia Legal brasileira, este estado pode aprovar benefícios de incentivos fiscais para investidores, conforme especificações da Lei Federal n.º 9.532/1997. Pela referida lei, foi criado o Fundo de Investimento na Amazônia, que determina a implantação, ampliação, inovação e, sobretudo melhoramentos dos planos da ação privada para fomentar o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Assim, os empreendimentos tributados no regime

“o Conselho De Desenvolvimento Econômico (CDE –TO) (2006), o Estado do Tocantins conta com um total de onze incentivos fiscais de acordo com o código tributário estadual, distribuídos nas mais diversas atividades econômicas”

do lucro real ou estimado podem optar pela utilização do Finam designando 18% do IR a esse Fundo de investimento, sendo retornados depois em valorização e rentabilidade. Além disso, a Lei n.º 9.532/1997 possibilita ainda a oportunidade de obtenção de vantagens na redução de 75% do valor do IRPJ (SEDEN, 2018).

Na contramão da carga tributária elevada, conforme o Conselho De Desenvolvimento Econômico (CDE –TO) (2006), o Estado do Tocantins conta com um total de onze incentivos fiscais de acordo com o código tributário estadual, distribuídos nas mais diversas atividades econômicas, conforme segue:

1. Comércio Atacadista de Medicamentos: voltado para empresas do comércio atacadista de produtos farmacêuticos.
2. Comércio Atacadista: voltado para empresa com atividades econômicas no comércio atacadista em geral.
3. Complexo Agroindustrial: voltado para empresa ou grupo de empresas que desempenham atividades de produção agrícola.
4. E-Commerce: voltado para empresas inscritas no cadastro de contribuintes do Tocantins, que pratiquem atividade comercial, exclusivamente, via internet ou de vendas por correspondência.
5. Indústria Automotiva: voltado para indústrias automotivas e de fertilizantes.
6. Indústria da Confecção: voltado para empresas do setor da indústria de confecção de artigos do vestuário e acessórios.
7. Produção de Carnes: voltado para frigoríficos e abatedouros devidamente regularizados.
8. Produção de Frutas e Pescado: voltado para empresas dos ramos de indústria, comércio, extração e produção rural.
9. Pró-indústria: voltado para empresas com atividade econômica no setor da indústria, cujos projetos apresentem viabilidade econômico-financeira, com interesse em implantação ou expansão.

10. Pró-logística: voltado para empresas de logística e de transporte aéreo.

11. Prosperar: voltado para empresas com projetos de implantação, revitalização ou expansão de unidade industrial, agroindustrial, comercial atacadista e turística.

2.3.2.1 Proindústria

O Proindústria é um programa de benefícios regido pela Lei n.º 1.385, de 9/7/2003, que estabelece algumas regras básicas para aqueles que querem participar do benefício e assim poder obter crescimento empresarial.

As empresas que podem ser beneficiadas são aquelas com atividade econômica no setor da indústria; que possam apresentar um projeto de viabilidade econômico-financeira; que tenham interesse em crescer e expandir suas atividades; e que assim possam estimular a utilização e a modificação de matérias primas-primas da região local, buscando gradualmente reduzir os custos da produção, gerando novos postos de empregos e renda, promovendo a atividade industrial.

Entre os benefícios, está a isenção do ICMS, especificamente na aquisição de matérias primas e insumos nas operações internas; as vendas internas destinadas a órgãos públicos; a energia elétrica consumida pela empresa; as operações internas e as importações de equipamentos e bens destinados ao ativo fixo; e o ICMS devido por diferencial de alíquota das operações com bens destinados ao ativo fixo. Além da inserção o estado, também pode conceder crédito presumido de 100% do valor do ICMS nas prestações de serviços interestaduais com produtos industrializados.

Ainda como benefícios, a empresa pode ter uma redução de 75% sobre o valor do ICMS apurado, e apenas contribuir com 0,3% (s/faturamento mensal), ao Fundo de Desenvolvimento Econômico.

Os benefícios serão concedidos por meio de uma análise e aprovação de toda documentação exigida, da Carta Consulta e do projeto de viabilidade econômico-financeira do empreendimento, pela Secretaria Executiva e pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins. Desse modo, a finalização do processo se dá pela formalização de Termo de Acordo de Regime Especial (Tare).

2.3.2.2 Prosperar

Assim como para o agronegócio, o Tocantins tem aptidão natural para o turismo, especialmente o ecoturismo e o turismo de aventura, pela sua natureza exuberante e ecossistema, que incluem cerrado, mata ciliar e áreas alagadas. A indústria do turismo é favorecida com incentivos fiscais previstos na Lei Estadual n.º 1.355, de 19 de dezembro de 2002, que institui o Programa Prosperar, com o objetivo de crescer a atividade turística como instrumento de geração de emprego, renda e remanejamento igualitário das riquezas no Estado.

O programa “Prosperar” beneficia aquelas empresas que apresentam projetos que tenham viabilidade econômico-financeira, com interesse em implantação, revitalização ou expansão de unidade industrial, agroindustrial, comercial atacadista e turística.

A finalidade do programa é financiar o imposto devido, fazendo que contribua para a geração de emprego e renda e que possa desenvolver a distribuição de riquezas no Estado.

O incentivo pode ocorrer por financiamento de até 75% do ICMS devido no período da concessão a projetos de implantação e da revitalização e na isenção do ICMS, favorecendo a empresa credenciada pelo órgão estadual de turismo, que pode ser na aquisição de bens destinados ao ativo permanente, ou no consumo de energia elétrica e o uso de serviços de

“ O programa “Prosperar” beneficia aquelas empresas que apresentam projetos que tenham viabilidade econômico-financeira, com interesse em implantação, revitalização ou expansão de unidade industrial, agroindustrial, comercial atacadista e turística. ”

comunicação nos primeiros cinco anos de fruição do incentivo do programa Prosperar. A isenção também pode ser no ICMS devido por diferencial de alíquota nas aquisições de bens destinados ao ativo fixo, com as operações internas de equipamentos e bens destinados ao ativo fixo, mantido o crédito do ICMS para o remetente; e nas importações de equipamentos e bens destinados ao ativo fixo.

O incentivo pode ocorrer também na redução do ICMS em favor de empresa credenciada pelo órgão estadual de turismo, após cinco anos de sua implantação, em até 50% do valor do ICMS incidente sobre o consumo de energia elétrica e serviços de comunicação, ou até 95% do valor da parcela incentivada para pagamento à vista.

A empresa adquire esses benefícios, mas em contrapartida o estado exige uma contribuição de 0,3% (s/faturamento mensal) ao Fundo de Desenvolvimento Econômico.

Para a empresa conseguir esses benefícios, ela deve passar por uma análise e aprovação, da documentação exigida, da Carta Consulta e do projeto de viabilidade econômico-financeira do empreendimento, pela Secretaria Executiva e pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins, e assim parte para a formalização do Termo de Acordo de Regime Especial (Tare).

2.3.2.3 Comércio Atacadista

O benefício para os comércios atacadistas são regidos pela Lei n.º 1.201, de 29/12/2000, que se destina àquelas empresas que desejam ampliar suas vendas se assim puderem concorrer com as grandes empresas em relação ao preço de venda como também distribuir emprego e renda a sociedade.

Para as empresas poderem adquirir o benefício, devem atender a alguns requisitos, pois devem apresentar inscrição regular no Cadastro de Contribuintes do Estado, possuir

estabelecimento localizado no território do Estado e prever, entre os objetivos sociais, atividade econômica vinculada ao comércio atacadista. Além disso, não podem ter débitos de sua responsabilidade inscritos em Dívida Ativa, inclusive ajuizado, exceto o parcelado.

O benefício não se estende aos produtos primários, aos produtos industrializados pelo próprio estabelecimento e a produtos sujeitos à substituição tributária; também não se aplica às saídas de mercadorias para o consumo final.

O benefício será um crédito presumido de 80% sobre o valor apurado, fazendo com que a carga tributária se torne baixa em relação ao ICMS, que só pode ser utilizado após sair o Termo de Acordo de Regime Especial (Tare). O estado também exige uma contribuição de 3% (s/faturamento mensal) ao Fundo de Desenvolvimento Econômico.

2.3.2.4 Produção de Carne

O benefício que é regulamentado a partir da Lei n.º 1.173, de 2/8/2000, com o intuito de desenvolver a produção de carnes, incentivar a industrialização do couro, estimular a exportação do produto local e assim poder gerar emprego e renda, é concedido aos frigoríficos e abatedouros devidamente cadastrados e que possuam Termo de Acordo de Regime Especial (Tare) e que possam seguir as seguintes exigências: estejam em dia

com as suas obrigações tributárias e com as determinações da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (Adapec-TO); e estar adimplente com o pagamento da Contribuição de 0,3% (s/faturamento mensal) ao Fundo de Desenvolvimento Econômico.

O estado concede um crédito fiscal presumido de 75% do imposto devido nas saídas de couro curtido (couro wet blue) e industrializado, sebo, osso, miúdo, chifres, casco de animais e outros subprodutos ou resíduos não comestíveis; 12% do valor da operação, nas saídas interestaduais realizadas por estabelecimento abatedor com carnes de gado (bovino, bufalino e suíno) em estado natural, resfriadas ou congeladas; 9% do valor da operação, nas saídas interestaduais com carne desossada resultante do abate de gado (bovino, bufalino e suíno), embalada a vácuo e com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura; 9% do valor da operação, nas saídas interestaduais praticadas por produtores regularmente cadastrados, com gado vivo (bovino, bufalino e suíno), destinado ao abate em outra Unidade da Federação; 7% do valor da operação nas aquisições de estabelecimento abatedor, por contribuinte deste Estado, de carnes em estado natural, resfriadas ou congeladas e dos subprodutos comestíveis resultantes do abate de gado (bovino, bufalino e suíno); e 5% do valor da operação, nas saídas interestaduais de gado vivo (bovino, bufalino e suíno), praticadas por produtor deste Estado.

O ICMS terá uma carga tributária de 3% nas operações internas, com gado vivo (bovino, bufalino e suíno) destinado ao abate, com carne desossada ou fracionada, resultante do abate de gado (bovino, bufalino e suíno), embalada a vácuo e com registro no Serviço de Inspeção Estadual (SIE), com gado (bovino, bufalino e suíno) destinado ao abate, por conta e ordem do açougue. E terá uma contribuição de 0,3% (s/faturamento mensal), ao Fundo de Desenvolvimento Econômico. Todos esses benefícios serão concedidos mediante formalização de Termo de Acordo de Regime Especial (Tare).

2.3.2.5 Produção de frutas e pescado

A Lei n.º 1.303, de 20/3/2002, regulamenta e estabelece as diretrizes do benefício, sendo destinada aos contribuintes estabelecidos no Estado do Tocantins, nos ramos de indústria, comércio, extração e produção rural, e à prestação de serviços de transportes rodoviário de passageiros.

O benefício tem a finalidade de desenvolver as atividades industriais, comerciais, de produção rural e de transportes, provocando assim a geração de emprego e renda.

Uns dos benefícios é a isenção do ICMS até 31 de dezembro de 2015, em específico, para as operações



internas, realizadas por produtores rurais, com algodão, amendoim, cana-de-açúcar, feijão, gergelim, girassol, hortifrutigranjeiros, mamona, mandioca, milho, sorgo, tomate e frutas frescas, todos em estado natural e produzidos no Estado, assim como também o pescado de água doce e produtos primários destinados à ração animal nas operações entre produtores rurais e nas operações com máquinas e implementos agrícolas destinadas a produtores rurais.

A incidência do benefício se dá pela carga tributária do ICMS de apenas 12% para contribuintes da indústria e do comércio e 7 % nas saídas interestaduais de pescado de água doce, realizados por produtores rurais, produtos resultantes do beneficiamento do arroz em casca, realizadas por estabelecimentos industriais, derivados do leite, realizados por indústria de laticínios; e para contribuintes da indústria e do comércio, nas saídas de arroz e de derivados do leite, para extratores e produtores, na agricultura e pecuária; para contribuintes do comércio, nas saídas de produtos comestíveis em estado natural, resfriados, congelados ou temperados, resultantes de abate de bovinos, bufalinos e suínos.

2.3.2.6 Indústria Automotiva

Esse incentivo vem financiar até 85% sobre o valor do imposto sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS devido ao estado–, ou até mesmo isentar o ICMS nas operações internas com matéria-prima, insumos industrializados, acabados ou semi elaborados empregados no processo de industrialização, veículos, máquinas e equipamentos destinados a integrar o ativo fixo, nas operações interestaduais para o diferencial de alíquotas, na

aquisição de bens destinados a integrar o ativo fixo; c) nas importações de: 1. Matéria-prima, insumos, produtos industrializados, acabados ou semi elaborados utilizados no processo de industrialização; 2. Máquinas e equipamentos destinados ao ativo fixo; d) sobre energia elétrica; e) nas vendas internas destinadas a órgão público; f) na prestação interna de serviços de transporte com produtos industrializados;

III – créditos presumidos de 100% sobre o valor do ICMS nas prestações interestaduais de serviços de transporte com produtos industrializados;

IV – a inexigibilidade do ICMS na substituição tributária em operação que destine a estabelecimento mercadorias para utilização em processos de produção ou industrialização;

V – redução de 95% do valor da parceria incentivada, para liquidação antecipada, a título de subvenção para investimentos, mediante depósito em conta corrente do fundo estadual de desenvolvimento.

1º O incentivo fiscal previsto: I – nos itens 1 e 2 da alínea “a” do inciso II deste artigo garante a manutenção do crédito do ICMS para o remetente; II - no item 2 da alínea “a” do inciso II deste artigo não se aplica aos veículos sujeitos ao regime de substituição tributária; III – nos incisos II, alínea “f”, e III alcança as prestações de transporte intermunicipal e interestadual efetuados por prestadores de serviços autônomos ou pessoas jurídicas distintas dos estabelecimentos beneficiários desta lei.

2º Em substituição ao incentivo previsto no inciso V deste artigo, o beneficiário poderá optar pelo pagamento de financiamento previsto no inciso I deste mesmo dispositivo em parcelas mensais proporcionalmente ao período de incentivos sem correção monetária

“ O complexo agroindustrial (...) tem a finalidade de promover o desenvolvimento do campo agropecuário no estado; de expandir os processos de exportações da agroindústria, novos mercados;



acrescido de juros de 1% ao mês capitalizáveis.

1- Subvenção de 85% do valor do ICMS; 2- Diferimento do ICMS devido na importação de matérias-primas e insumos de fabricação.

A quem beneficia

Indústrias automotivas instaladas no Estado

LEGISLAÇÃO

Lei n.º 1.349, de 13/12/2002 Incentiva a instalação de indústrias automotivas no Estado do Tocantins e adota outras providências

Alterações

Lei n.º 2.354, de 19/5/2010.

2.3.2.7 Complexo Agroindustrial

O complexo agroindustrial é um programa de benefícios regulamentado pela Lei n.º 1.695, de 13/6/2006. Este programa institui alguns requisitos básicos que precisam ser preenchidos para adquirir

as vantagens instituídas em sua base. Embora tenha sido instituído em 2006, esse programa sofreu alterações dadas pela Lei n.º 1.772, de 20/3/2007, e Lei n.º 2.043, de 18/5/2009 (FIETO, 2010).

Esse programa tem a finalidade de promover o desenvolvimento do campo agropecuário no estado; de expandir os processos de exportações da agroindústria, mediante captação de novos mercados; de criar postos de trabalhos; e principalmente de propiciar a melhoria da distribuição de renda (FIETO, 2010).

Conforme afirma o Conselho de Desenvolvimento Econômico (2006), as empresas favorecidas por esse programa obtêm como benefícios: a Isenção do pagamento do ICMS nas vendas internas de ração; as prestações de serviços de transporte interestaduais e internas com aves vivas, pintos e ovos que estejam férteis, ou não; e produtos provenientes de abate de aves, ovinos caprinos, suínos, e ração,

Nesta perspectiva, FIETO (2010) reforça que o Complexo Industrial favorece ainda aos que possuem fábrica de rações balanceadas e aos que usem de preferência insumos e matérias-primas gerados dentro do próprio estado.

Além dos créditos do ICMS normal, são concebidos por este programa ainda créditos de compras interestaduais do ICMS Substituição Tributária, pelo qual o valor a ser pago é feito considerando a margem de 7% sobre o valor dos produtos que são adquiridos nas regiões Sudeste e Sul, com exceção do Espírito Santo e de 12% as compras vindas das regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste e do Estado do Espírito Santo, independentemente do imposto apresentado na nota fiscal (CDE, 2006).

Em relação ao modelo de concessão dos

benefícios do complexo agroindustrial, estes são realizados por meio da análise e aprovação de documentos básicos, na qual envolvem: carta consulta e do projeto de viabilidade financeira econômica da empresa no Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins e pela Secretaria Executiva. A finalização do processo se dá pela oficialização do Tare (CDE, 2006).

“ O benefício cedido pelo comércio Atacadista de Medicamentos é a isenção do pagamento do imposto de Substituição Tributária nas saídas ”

2.3.2.8 Comércio Atacadista De Medicamentos

O Comércio Atacadista de Medicamentos é mais um do programa que compõem o pleito de incentivos fiscais do Tocantins. As instituições beneficiadas por essa ação são as empresas cuja atividade econômica seja voltada para o comércio atacadista de medicamentos. O objetivo deste projeto é promover a utilização da capacidade logística do Estado e, conseqüentemente, gerar emprego e renda (SEDEN, 2006).

O benefício cedido pelo comércio Atacadista de Medicamentos é a isenção

do pagamento do imposto de Substituição Tributária nas saídas. A incidência desse benefício se dá pela margem de 3% para as operações internas; de 1% nas operações interestaduais; e de 1% nas operações que importem do exterior produtos destinados a comercialização (FIETO, 2010).

Especifica o SEDEN (2006) que, para ter direito a esse benefício, é necessário que seja aprovada toda a documentação exigida, que consiste em uma análise e anuência da carta-consulta e do projeto de viabilidade econômico-financeira do empreendimento na Secretaria Executiva e pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins. Desse modo, a finalização do processo se dá mediante a oficialização do Tare.

2.3.2.9 Indústria da Confeção

A Lei n.º 2.229, de 3/12/2009, regulamenta e estabelece critérios e providências vinculados aos benefícios fiscais cedidos à indústria de confecção no Tocantins (FIETO, 2010).

Assim sendo, o Seden (2018) complementa que toda indústria de confecção estabelecida no Tocantins é favorecida, a partir de 3 de dezembro de 2009, pela Lei n.º 2.229. Essa norma é de grande relevância social, pois confere benefícios fiscais dos quais podem se citar a isenção do ICMS nas operações internas e externas (importações) para insumos, matéria-prima, produtos industrializados, semi elaborados ou acabados ou usados durante a ação de industrial, equipamentos e bens designados a compor ativo fixo; e nas saídas internas destinadas aos agentes do setor público e nas prestações de serviços internos de transporte que envolva produtos industrializados.

Os benefícios cedidos por esse programa abrangem empreendimentos industriais que trabalham com a confecção de acessórios, artigos e vestuário registrados com CNAE correspondente a 1422300 e 1411801; e ainda a Cooperativa de fabricantes de acessórios e vestuário (FIETO, 2010).

2.3.2.10 Prologística

A Lei n.º 2.679 foi aprovada em dezembro de 2012. A referida norma define as especificações acerca do Programa de Apoio à Instalação, Ampliação e Operações ligadas a Empresas de Logística, Distribuição de produtos e Transporte aéreo no Tocantins - o Prologística. Esse é mais um dos programas de benefícios

do Tocantins cuja finalidade é promover concessão de crédito presumido de 75% nas operações interestaduais e internas para organizações de logística, transporte aéreo e de estocagem e distribuição de mercadorias sujeitas a registro, controle e fiscalização de Agências Reguladoras, aplicado sobre o saldo devedor do ICMS resultante das operações realizadas que envolvem arrecadação de imposto devido no prazo determinado em calendário fiscal (SEDEN, 2018).

É importante frisar que a Lei n.º 2.679/2012 sofreu alteração recentemente dada pela Lei n.º 3.074, de 7 de março de 2016, que trouxe como inovação o mais novo benefícios das instalações portuárias já estabelecidas no estado ou as que forem instaladas ao longo dos rios Araguaia e Tocantins (SEDEN, 2018).

3. METODOLOGIA

3.1 TIPOS DE PESQUISA

No presente estudo, foram utilizados alguns procedimentos metodológicos para dar base científica ao trabalho. Para tanto, foi realizada, quanto à abordagem, a pesquisa qualitativa, cuja classificação dos objetivos concerniu em pesquisas de caráter descritivo e exploratório; quanto aos procedimentos técnicos, foram empregadas às características da pesquisa bibliográfica para possibilitar o maior aprofundamento das questões relacionadas ao tema escolhido.

Esclarecem Gerhardt e Silveira (2009) que a pesquisa qualitativa é uma metodologia de investigação científica, que tem como foco central o caráter subjetivo do objeto estudado, examinando as suas particularidades e conhecimentos individuais. Essa

pesquisa trabalha principalmente com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondente a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para Gil (2007), a pesquisa descritiva tem como seu maior objetivo a descrição das particularidades de determinada população ou fenômeno, levando em consideração as variações variáveis. Nessa pesquisa estuda-se a característica de grupo, levando em conta o sexo, idade, nível de escolaridade, entre várias outras características.

Marconi e Lakatos (2010) consideram que a pesquisa exploratória é o elemento primário de todo trabalho científico. O objetivo dessa pesquisa, principalmente quando bibliográfica, é oferecer o máximo de informações relevantes acerca de determinado objeto de estudo.

Além das respectivas pesquisas, foram ainda utilizadas quanto aos procedimentos técnicos fontes bibliográficas. Conforme salientam Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa bibliográfica é aquela realizada a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documento impressos, como livros, artigos, teses revistas, inclusive de fontes eletrônicas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sabe-se que o Brasil possui a carga tributária muito alta e que o Estado do Tocantins está em primeiro lugar quando se trata de recolhimento de tributo, tornando assim cada vez mais difícil a sobrevivência dos empreendimentos em razão da carga tributária elevada.

“Sabe-se que o Brasil possui a carga tributária muito alta e que o Estado do Tocantins está em primeiro lugar quando se trata de recolhimento de tributo, tornando assim cada vez mais difícil a sobrevivência dos empreendimentos em razão da carga tributária elevada.”

Dessa forma, o desenvolvimento econômico fica comprometido, pois os tributos recolhidos pelo o estado, além de altos, não é devolvido para a sociedade de maneira adequada, comprometendo o desenvolvimento de infraestrutura e principalmente o econômico.

Os incentivos fiscais são alternativas criadas pelos Governos para fomentar a economia e assim ajudar os empreendimentos a diminuir a carga tributária, possibilitando a empresa ter mais recursos para novos investimentos, consequentemente promover melhorias econômicas e social para a população.

O Tocantins é um dos estados brasileiros que atualmente conta com uma quantidade favorável de incentivos fiscais visto que dispõe de 11 programas de incentivos fiscais abrangendo diversos segmentos econômicos, que buscam viabilizar o processo de geração de emprego e renda local.

O Nordeste é uma região propulsora de desenvolvimento regional, pois oferece atualmente 393 programas de incentivos fiscais aprovadas, que vêm beneficiando a sociedade, melhorando, dessa forma, os desafios provocados pelas disparidades socioeconômicas do País.

Os planos desenvolvidos pelas superintendências Sedene são os reflexos de que o papel dos incentivos fiscais têm sido significativo, pois as parcelas de contribuições oriundas dessa ação tem colaborado no processo de implementação do desenvolvimento socioeconômico, como exemplo disso pode-se citar o retorno promovido pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais no Nordeste, que divulgaram em seu último relatório de 2017 um total de 139.423 empregos gerados de forma direta e indiretamente à população estabelecida naquela região, ou seja, esse

é o retorno favorável promovido pelas políticas públicas.

Consoante a essa realidade, Alves (2010) justifica que a grande maioria dos municípios brasileiros possui suas capitalizações advindas da geração de empregos, e o fortalecimento da economia local, que se fazem cada vez mais necessários, possui o efeito multiplicador que é gerado na economia local e devem acompanhar os novos investimentos, como inversões na

“ Incentivos fiscais contribuem de forma satisfatória no desenvolvimento socioeconômico, já que a utilização desses benefícios não favorece somente a classe empresarial, mas também a toda a população que se encontra inserida no setor que são articuladas essa iniciativa. ”

infraestrutura da cidade, pavimentação e sinalização de vias e distintos fatores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi realizado no intuito de analisar o papel dos incentivos fiscais para desenvolvimento Socioeconômico, buscando evidenciar de que forma esse

instrumento contribui na gestão das políticas públicas atualmente em vigor, em especial as do Estado do Tocantins.

A partir da realização deste trabalho, foi possível identificar que incentivos fiscais contribuem de forma satisfatória no desenvolvimento socioeconômico, já que a utilização desses benefícios não favorece somente a classe empresarial, mas também a toda a população que se encontra inserida no setor que são articuladas essa iniciativa.

Por meio das fontes bibliográficas analisadas no referencial teórico deste trabalho, foi possível perceber ainda que tanto o Nordeste quanto o Estado do Tocantins possuem bastantes programas de incentivos relevantes para o desenvolvimento socioeconômico, pois como ficaram demonstrados no desenvolver do estudo, são muitos os incentivos sancionados pelas esferas governamentais para as empresas e/ou indústrias estabelecidas neste local.

Além disso, o estudo verificou ainda que esses incentivos levam o crescimento das empresas e consequentemente a geração de emprego e rendas para a sociedade em si.

Dessa forma, foi possível responder à problemática do trabalho, evidenciando que os incentivos fiscais fazem parte das políticas públicas, desempenhando um papel importantíssimo no desenvolvimento socioeconômico, contribuindo para o crescimento do Estado do Tocantins.

Os objetivos propostos nesse estudo foram alcançados, pois foi possível apresentar e demonstrar a importância dos incentivos fiscais para desenvolvimento socioeconômico no Estado do Tocantins, de demonstrar a redução da carga tributária mediante a criação de incentivos fiscais e ainda

de mostrar a importância das políticas públicas econômicas para a geração de emprego e renda.

O trabalho realizado não é conclusivo nem se pretendeu esgotar o assunto estudado. Por isso é que se recomenda a realização de futuros trabalhos, buscando demonstrar como os incentivos fiscais podem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. B. Impacto socioeconômico da universidade numa visão da economia do conhecimento: estudo de caso do campus canoinhas da universidade do contestado Unc. Canoinhas 2010. 179 p. Dissertação em desenvolvimento regional. Universidade do contestado, programa de me, 2010.

ARAÚJO, M. R. D. N. Análise Institucional da Concessão de Benefícios Fiscais como Política de Desenvolvimento do Estado do Tocantins de 1999a 2012, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/191/1/Maria%20Rosicleide%20Nascimento%20Ara%C3%BAjo%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>.

Acesso em: 12 Agosto 2018.

ARAÚJO, V. L. D.; GENTIL, D. L. AVANÇOS, RECUOS, ACERTOS E ERROS: UMA ANÁLISE DA RESPOSTA DA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA À CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL. IPEA, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1690/1/td_1602.pdf>. Acesso em: 15 Setembro 2018.

BORGES, C. F. S. et al. A IMPORTÂNCIA DO CONTADOR NA ANÁLISE DOS INCENTIVOS FISCAIS. Revista Diálogos em Contabilidade: teoria e prática (Online), Franca - SP, v. 1, n. 1, p. 1-28, Dezembro 2013.

BORGES, E. B. Incentivos fiscais e desenvolvimento socioeconômico de Goiás: análise de impactos dos Programas Fomentar e Produzir (1995-2011), 2014. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/Eduardo_Batista_Borges.pdf>. Acesso em: 12 Julho 2018.

BORGES, H. B. Planejamento Tributário. IPI, ICMS, ISS e IR. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Brasília, DF: Senado

Federal, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 Agosto 2018.

BRIZOLLA, M. M. B. CONTABILIDADE. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

CARLIN, E. L. B. Auditoria, Planejamento & Gestão Tributária - Teoria e Prática. 3ª. ed. [S.l.]: Juruá, 2014.

CDE - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - TO. Incentivos Fiscais. Portal Tocantins, 2006. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/238908/>>. Acesso em: 23 Agosto 2018.

CEFIS. O que é Contabilidade Fiscal e como ela funciona? CEFIS, 2018. Disponível em: <<https://blog.cefis.com.br/o-que-e-contabilidade-fiscal-e-como-ela-funciona/>>. Acesso em: 02 Outubro 2018.

CTN. Código Tributário Nacional. LEI N.º 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966., 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm>. Acesso em: 15 Outubro 2018.



Cheila Fernandes de Andrade

Docente, Bacharel em Ciências Contábeis – FABIC, Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional – UNITAU



Jânio Fernandes de Andrade

Bacharel em Ciências Contábeis – UNITINS



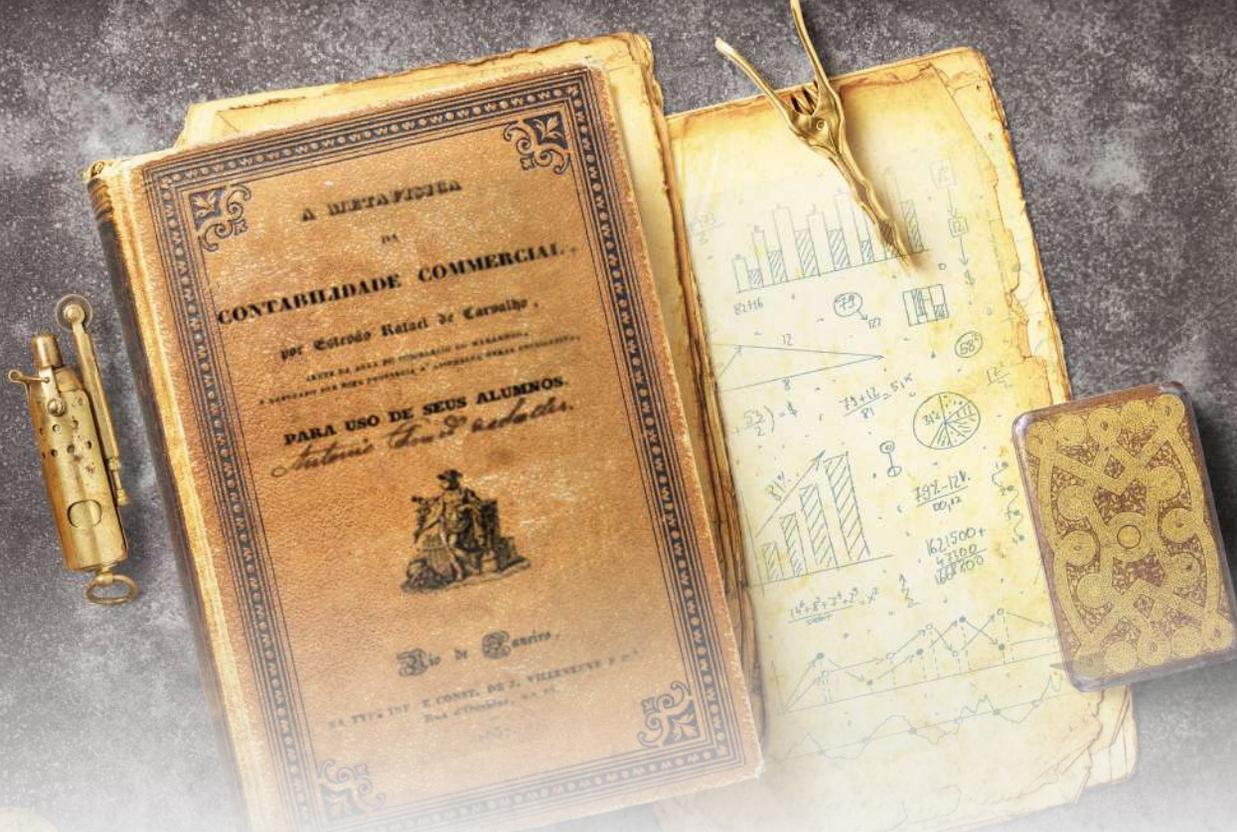
Gisele Leite Padilha

Docente, Bacharel em Ciências Contábeis – FABIC, Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional – UNITAU, Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração – FUCAPE.



Irineu Vagner Junior Valeois

Docente na Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, Bacharel em Direito, Mestrando em Ciências Ambientais – UNITAU



O primeiro livro brasileiro de Contabilidade: A Metafísica da Contabilidade Comercial

Francisco Patrik Carvalho Gomes, Thais Alves Lira

RESUMO

Os estudos em história da Contabilidade fornecem o resgate da construção da teoria e prática contábil em diversos contextos sociais, econômicos e políticos. Este artigo tem como objetivo realizar o estudo do primeiro livro brasileiro de Contabilidade, publicado em 1837 por Estevão Rafael de Carvalho. Para a consecução do objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa com uma abordagem historiográfica da obra "A metafísica da contabilidade comercial". A discussão apresentada no estudo evidencia o legado de Carvalho para o desenvolvimento da contabilidade nacional e seus pressupostos considerados incipientes para o Brasil do século XIX, como a contabilidade indo além de uma técnica de escrituração e

sendo considerada uma ciência.

Palavras chave: História da Contabilidade. Metafísica da contabilidade comercial. Estevão Rafael de Carvalho.

INTRODUÇÃO

A pesquisa historiográfica em Contabilidade oferece excelentes oportunidades para o desenvolvimento do conhecimento empírico sobre o funcionamento dos sistemas contábeis, tal como o aperfeiçoamento da teoria contábil (CARMONA, 2017). Sendo assim, entender o passado da Contabilidade é fundamental para a compreensão do pensamento e da prática contábil contemporânea,

permitindo, assim, o fortalecimento da apreciação das dimensões e impactos sociais da contabilidade em indivíduos, organizações e sociedade, possibilitando avaliar a contabilidade em seus modos atuais com mais eficiência (GOMES et al., 2011).

A Contabilidade brasileira do século XIX oferece um vasto campo para estudos historiográficos. Silva (2005) evidencia diversos fatos de forte relevância para a área da contabilidade que tiveram origem neste período. Um dos pontos levantados pelo autor é o estudo das obras que contribuíram para a divulgação da contabilidade ao longo do século XIX. As primeiras obras de contabilidade utilizadas para a instrução da escrituração mercantil desempenharam um papel fundamental para o desenvolvimento da

teoria e prática contábil. Para Carnegie e Napier (2000), a identificação do “primeiro livro didático de contabilidade” em diferentes países é uma etapa importante no registro da difusão da contabilidade, e não deve ser descartado de forma simplista como “antiquário”.

Pesquisas internacionais estudaram os primeiros atuantes em diversos contextos na área da contabilidade. Edwards (1954) pesquisou sobre as primeiras manifestações da contabilidade pública nos Estados Unidos. Já Carnegie e Parker (1994) abordaram o primeiro livro de contabilidade na Austrália. Carnegie e Williams (2001) dedicaram-se a aprofundar as discussões quanto aos primeiros professores de contabilidade na Austrália e Smith (2018) analisou o primeiro livro que formalizou a prática das partidas dobradas.

No Brasil, o primeiro livro nacional de contabilidade foi publicado em 1837 com o título de “Metafísica da Contabilidade Comercial” escrito pelo professor da Aula de Comércio do Maranhão Estevão Rafael de Carvalho. A obra apresenta discussões relevantes para o desenvolvimento do pensamento contábil no século XIX. Carvalho é Patrono da Cadeira n.º 20 da Academia Maranhense de Ciências Contábeis (AMCC) e sua obra foi escrita no contexto da Aula de Comércio e dedicado para uso dos seus alunos.

A Aula de Comércio da Corte foi instituída pelo alvará de 15 de julho de 1809 e estava voltada para a preparação em práticas contábeis e mercantis, de perfil estritamente prático. Na província do Maranhão, a Aula de Comércio foi criada em 1811, que seria suspensa em fevereiro 1820, após a destituição do professor Francisco Justino da Cunha,

cuja incapacidade foi considerada como principal motivo para a falta de alunos. No entanto, as atividades da aula foram retomadas no Maranhão em 1831, tendo como professor Estevão Rafael de Carvalho (CABRAL, 2011).

Diante do exposto, a pesquisa tem como objetivo realizar o estudo do primeiro livro brasileiro de contabilidade publicado em 1837 por Estevão Rafael de Carvalho. A pesquisa se justifica por resgatar o legado de Carvalho para o desenvolvimento da contabilidade nacional e por evidenciar as contribuições do autor com discussões consideradas incipientes para o Brasil do século XIX, como a contabilidade indo



além de uma técnica de escrituração e sendo considerada uma ciência. A relevância desse estudo também se pauta no destaque ao autor Estevão Rafael de Carvalho como um dos precursores da discussão da teoria da Contabilidade nacional, e que apesar da significância das suas contribuições ainda permanece pouco explorada em estudos históricos no Brasil.

Para operacionalizar o presente estudo, a discussão foi dividida em três seções: a primeira é dedicada a biografia de Estevão Rafael de Carvalho; a segunda

apresenta a análise da obra, subdividida em: Reflexão do termo metafísica; Contabilidade Arte e/ou ciência? Definição da contabilidade; Partidas dobradas e Apuração de Resultados e Balanço; ea última seção apresenta as considerações finais.

1 ESTEVÃO RAFAEL DE CARVALHO

Estevão Rafael de Carvalho nasceu na cidade de Viana, Estado do Maranhão no ano de 1800. Pertenceu a uma família tradicional maranhense; seus pais eram João de Carvalho Santos e Margarida Francisca de Araújo Carvalho. Ainda em sua adolescência foi estudar na Universidade de Coimbra (SOARES, 2018) e seu nome consta no Índice de alunos do Arquivo da Universidade de Coimbra do ano de 1825, matriculado de 1825-1826 (1º ano de Matemática e Filosofia); 1826-1827 (2º ano de Matemática e de Filosofia); 1827 (3º ano de Filosofia). Quanto à colação de grau, Carvalho a recusou, dizendo “que estudava para saber e não para receber grãos” (BLAKE, 1893, p. 296).

Após a conclusão dos estudos voltou ao Maranhão onde desempenhou com destaque na política, eleito deputado geral para a legislatura de 1834 a 1837 (MORAIS FILHO, 1987). Além da atuação política Morais Filho (1987) apresenta Carvalho como bacharel em Matemática, professor Catedrático de Cálculo e de Escrituração Mercantil e substituto de Geografia e História do Liceu Maranhense; Inspetor do Tesouro Público Provincial; Juiz Ordinário da Cidade de Viana; Vice-Presidente da Assembleia Provincial do Maranhão, além de poeta, jornalista e orador.

Na carreira no magistério, atuou como lente da Aula de Comércio no Maranhão em 1831, nomeado pelo Decreto de 2 agosto daquele ano. Carvalho também foi o primeiro professor de Comércio do Liceu Maranhense, sendo nomeado na fundação da escola em 1838. Um ano antes, já tinha publicado a obra "A metafísica da Contabilidade Comercial" em 1837, no Rio de Janeiro (MORAIS FILHO, 1987). O zelo pela disciplina no Liceu fica evidente no comunicado abaixo, por ele assinado e publicado no Jornal Maranhense, em novembro de 1841, defendendo-se de possíveis injúrias sobre tumultos na realização de exames de admissão:

(...) No Lyceu nunca houve contestação entre os professores, e muito menos perturbação nos exames. No dia em que o Sr. Presidente da Província se dignou comparecer naquele Estabelecimento, era eu então que presidia aos exames e afirmo sem receio de ser contestado que a melhor ordem, a mais rigorosa disciplina, e o mais profundo respeito e silêncio reinavam naquele ato. E se o Sr. Presidente da Província compareceu, foi por ser este o estilo de todos eles, e não para reprimir desordens que nunca existiram. Para abono da verdade, rogolhes o obséquio de publicar estas linhas (Jornal Maranhense, 1841 p.30).

Na carreira de jornalista, fundou o Jornal "O Bem-te-vi", em 1838, considerado um dos jornais mais polêmicos de sua época. O Bem-te-viera um jornal bem escrito, o que identificava a formação cultural do seu editor. Nos seus mais de três meses de atividades, deixou um rastro de inquietação, controvérsias, sendo alvo de insultos, acusações e defesas (JORGE, 1987). De acordo com Serra (1948),

o jornal teve forte influência sobre a Balaiada (revolta popular ocorrida no Maranhão entre os anos de 1838 e 1841), sendo Estevão Rafael de Carvalho principal responsável intelectual da Balaiada (SERRA, 1948).

Carvalho foi ameaçado de morte por diversas vezes, pelas opiniões liberais que trazia em seu jornal e só não perdeu o emprego de professor no Liceu Maranhense pelo amparo da vitaliciedade, como concursado (SOARES, 2018). Para combater a linguagem atrevida do jornal Bem-te-vie na tentativa de diminuir sua popularidade, opositores criaram dois periódicos: O Despertador e O Caçador de Bem-te-vi – este último trazia em seu cabeçalho um homem fazendo a mira com uma arma de fogo para um bem-te-vi (SERRA, 1948).

Estevão Rafael de Carvalho faleceu no dia 26 de março de 1846, em São Luís. Em seu perfil biográfico traçado por Serra (1948, p. 235), Carvalho foi uma "Figura muito curiosa da história política do Maranhão". Por suas críticas publicadas em seus periódicos e pelo desempenho de suas funções, principalmente no ensino da Contabilidade, tornou-se uma figura importante não só para a política, mas também para a educação contábil no Maranhão. Na cidade de Viana, ele é o patrono da Cadeira n.º 10 da Academia Vianense de Letras, fundada em 2002 (SOARES, 2018).

Sua principal contribuição para a contabilidade foi a obra A Metafísica da Contabilidade Commercial, considerado o primeiro livro de contabilidade publicado no Brasil (SOARES, 2018). Destacam-se, na seção seguinte, os principais pontos de contributos da obra para o ensino da Contabilidade nacional.



2 - ANÁLISE DA OBRA

A obra "A Metafísica da Contabilidade Commercial", escrita pelo maranhense Estevão Rafael de Carvalho foi publicada em 1837 no Rio de Janeiro pela Typografia Imperial e Constitucional, a qual pertencia a Junius Villeneuve, proprietário do Jornal do Commercio, considerado um dos mais importantes jornais impressos da corte (MOLINA, 2015). Apesar da publicação, em 1837, o livro é uma continuação da obra escrita por Carvalho em 1833, quando anunciou sua publicação no jornal o *Publicador Official* conforme mostrado na Figura 3. Possivelmente foi escrito em formato de apostilas para alunos da Aula de Comércio do Maranhão, em que era professor. Observa-se uma particular contribuição do autor para a Contabilidade brasileira, no que diz respeito ao seu pioneirismo ao conceitua-la como ciência em pleno ano de 1833.

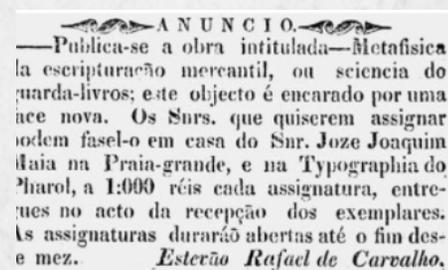


Figura 3: Anúncio da obra Metafísica da escripturação mercantil

Fonte: O Publicador Official (MA), julho de 1833, edição 176

PARTE	TÍTULO	PÁGINA
Primeira	Advertência aos estudantes	I - XIII
	Huma reflexão sobre o título deste escripto, a palavra Metafísica	XIX - XIX
	Introdução	1
	Da Comptabilidade Natural	6
Segunda	Das transações à vista	6
	Das transações à tempo	14
	Das Transações á vista e atempo conjuntamente	19
	Da Contabilidade Artificial. Primeira transformação. Da escripturação parcial, ou partidas singelas.	25
	Das transações à tempo.	25
	Das transações à vista	36
	Das transações à vista e à tempo conjuntamente	43
Terceira	Do balanço	45
	Da segunda transformação. Da escripturação recíproca, ou partidas dobradas.	57

Figura 4 – Divisão do livro “A Metafísica da Contabilidade Commercial”.

Fonte: Carvalho (1837).

Carvalho inicia a obra com uma Advertência aos Estudantes expondo algumas reflexões sobre as diferenças entre arte e ciência que se estendem por cerca de dezenove páginas providas de argumentos, de elevado cunho filosófico, possivelmente essa linguagem provém da sua formação em filosofia. Um artigo publicado no jornal *O Chronista* (1837, p. 3) aponta a Advertência aos Estudantes como a “causa que muitos não leiam a obra” por não ser de fácil entendimento. No entanto, a leitura da obra é recomendada por desenvolver com grande felicidade e perspicácia os princípios da escripturação comercial.

Entrando em materia, o auctor desenvolve com grande felicidade e agudeza os principios da escripturação commercial, começando pelas mais simples transações, e successivamente conduz o leitor até os preceitos da mais complicada escripturação mercantil.

Figura 5. Crítica a obra “A Metafísica da escripturação mercantil”

Fonte: *O Chronista*(RJ), outubro de 1837, edição 104, p. 3.

Com a leitura da advertência, é possível atestar que a obra seria uma continuação do exemplar “Metafísica da escripturação mercantil, ou sciencia dos guarda-livros” ao explicar que o conteúdo estava quase igual ao publicado em 1833. Por ser um livro dedicado aos alunos da aula

de comércio, a falta de alguns conteúdos seria suprida durante suas aulas

Já de antemão vos advirto; que eu mesmo acho obscuridades e desalinhos neste escripto; elle está quasi qual existia em 1833, quando annunciei a sua publicação [...].

Não me importando mais de rever o que estava escripto desde 1833, apenas o li ás carreiras, e ás carreiras compuz as taes tabelas (CARVALHO, 1837 p. vij).

Para escrever o livro, Carvalho (1837 p. vij) afirma “Quando quiz organizar esta theoria, trabalhei muito, consultei

infinitos autores que de nada me servirão” o que revela a sua criticidade as obras até então escritas. Portanto, o resultado da obra seria fruto da sua meditação

“E quem sabe se tudo isto hemetafísica!” (CARVALHO, 1837 p. vij).

No entanto, Carvalho indica dois autores: Degrange, que nas palavras do autor “que he autor muito estimável; e aquelles que não souberem o francez, podem lêr Jaclot, que está traduzido em portuguez” (CARVALHO, 1837 p. xi). A obra de M. Edmond Degrange, “Methodo fácil de escriturar os livros, por partidas simples, ou partidas dobradas” foi mais tarde publicada em Portugal, traduzida por M. J. da Silva Porto, e anunciada em terras brasileiras em 1838 (JORNAL DO COMÉRCIO, 1838. ed. 261. p. 3). Já o livro de J. Jaclot “Sciencia do Guarda Livros, ensinada em 21 lições, e sem Mestre, ou Tratado Completo de Escripuração dos livros, em partidas simples e dobradas”, teve sua publicação no Rio de Janeiro, em 1835, traduzido por João Cândido de Deus e Silva (SILVA, 2005). Contudo, essa tradução foi criticada, por ser incompreensível para brasileiros e portugueses (REVISTA NACIONAL E ESTRANGEIRA, 1839, edição 2, p. 332).

2.1 Reflexão sobre o título “Metafísica”

O autor Estevão Rafael de Carvalho dedicou-se também a justificar a utilização do termo “metafísica” presente no título do livro. Os argumentos utilizados estão presentes no tópico intitulado de “Huma reflexão sobre o título deste escripto, a palavra metafísica”. Carvalho apresenta duas definições de metafísica sob duas perspectivas observadas por ele. A primeira definição explana que metafísica é um termo utilizado para uma ciência

(que não é física nem natural), enquanto a segunda é definida como a ciência das causas.

Por outro lado, Carvalho (1837) argumenta que as duas perspectivas estão equivocadas e apresenta os motivos de as definições serem errôneas. Na primeira definição, o autor explana que é impossível uma ciência não possuir uma estrutura teórica em fatos materiais. Na segunda, o autor expõe que para existir

“O termo física significa “fatos” e é por onde o estudo da ciência deve sempre iniciar, ele define metafísica como “estudo sobre os factos, he pois sinônimo de teoria”. Nesse sentido, o autor apresenta em seu livro a teoria e o estudo dos fatos da contabilidade comercial do século XIX.”

ciência também é necessário um alicerce desses fatos. Portanto, para Carvalho (1837 p. xjx), o termo física significa “fatos” e é por onde o estudo da ciência deve sempre iniciar, ele define metafísica como “estudo sobre os factos, he pois sinônimo de teoria”. Nesse sentido, o

autor apresenta em seu livro a teoria e o estudo dos fatos da contabilidade comercial do século XIX.

O autor ainda apresenta no tópico em questão a justificava da mudança do título do livro, visto que, anteriormente, pensou em chamá-lo de “Ensaio sobre a sciencia da comptabilidade comercial”, e ressalta que, mesmo tendo anunciado a publicação em 1833, esta não aconteceu. Possivelmente o autor estivesse se referindo ao anúncio feito por ele mesmo no Jornal “O Publicador Official” de 13 julho de 1833 exposto na Figura 1.

2.2 Contabilidade Arte e/ou Ciência?

No contexto internacional, a discussão da Contabilidade como ciência foi amadurecida na obra do francês J. P. Coffy, em 1836, e corroborada com os estudos do italiano Francesco Villa, em 1840. Parma (1991) e Carqueja (2014) fazem referência ao trabalho defendido por Costaz à Academia de Ciências da França em 1834, no qual a Contabilidade passou a ser considerada uma ciência, e que distinguiu no campo contábil as linhagens mestras filosóficas entre o saber e o fazer, visto que, durante muito tempo entre os estudiosos da Contabilidade, havia uma discussão sobre esta ser uma Ciência e/ou Arte (SÁ, 1997).

No contexto nacional, Estevão Rafael em sua Obra a Metafísica da Contabilidade Comercial apresenta suas reflexões sobre essa discussão. Nesse sentido, Carvalho (1837) foi um dos precursores para o amadurecimento do pensamento da Contabilidade como uma ciência, visto que, ainda no século XIX, já argumentava em seu livro, no capítulo denominado “Advertência aos Estudantes”, as diferenças entre arte e ciência e seus reflexos no campo da Contabilidade:

“Que todas as sciencias baseião-se em factos e só em factos, no que ellas se tocão; saibão que as leis que presidem á formação, deducção e subordinação delles constituem as theorias; saibão que quanto maior he o numero de factos que humatheoria abrange, tanto mais rica he a sciencia a que ella pertence; saibão finalmente, que todas as sciencias são igualmente exactas e rigorosas” (CARVALHO, 1837 p.v)

De acordo Carvalho (1837 p. 3) “Sepois a comptabilidade comercial hearthe, ella deve necessariamente ser filha de huma sciencia; E esta dir-se-há nascida, se pela Analyse de hum factu daquella se concluirem com precisão e evidencia os outros”. Nesse sentido o autor defendia que mesmo se a contabilidade for considerada uma arte ela nasceu de uma ciência, pois a Ciência Contábil provém do campo científico, visto que, analisa com precisão os fatos a partir das evidências (relatórios, demonstrações contábeis, inventários).

Carvalho (1837 p. xvj) reforça ainda que “Se para existir a ciência é necessário o alicerce dos fatos; se a ciência não pode abandonar o país da realidade para desempenhar-se em teorias sem retificação”. O autor busca evidenciar a relevância dos fatos e das teorias na construção dos conhecimentos científicos e, dessa forma, acredita que a “Arte não dá razão do que faz, no entanto, a ciência demonstra a verdade do que diz” Carvalho (1837 p. 3), ou seja, a ciência busca evidenciar a verdade e a objetividade a partir do conhecimento e a arte possui uma abordagem subjetiva. Portanto, na visão de Estevão Rafael, a Contabilidade a partir de seus controles patrimoniais é uma ciência, pois tem como foco a racionalidade a partir da análise e dos registros dos fatos contábeis.

Outros autores também corroboram a discussão sobre a classificação da Contabilidade entre os ramos do conhecimento humano. Schmidt (1998) expõe que os defensores da Contabilidade como uma arte (DEGRAGENS,1972; BOCCARDO,1863; SENEUIL, 1866; BARRÉ, 1870) argumentam que esta

“Carvalho (1837) argumenta sobre a necessidade dos gestores em possuírem informações mais detalhadas sobre os negócios para tomarem suas decisões. Nesse sentido, a contabilidade possui uma perspectiva objetiva para a análise das transações comerciais, tendo como foco o desenvolvimento dos negócios.”

nomenclatura não traduz a expressão do belo, mas a capacidade de os atores colocarem em prática uma ideia e, para isso, centram-se na faculdade de dominar a matéria, ou seja, além de exprimir a beleza a arte, também busca o belo por

meio do científico e suas implicações no conhecimento humano.

As discussões da contabilidade como uma arte e as críticas sobre essa classificação são discutidas até mesmo no século XXI. No estudo de Almeida (2012) são vistas com um olhar de uma metáfora sem conteúdo. O autor expõe que o argumento da contabilidade ser uma arte advém de uma conexão acrítica dos estudiosos. Almeida (2012) defende que a contabilidade não é uma arte em nenhum contexto, visto que não cumpre qualquer dos requisitos associados ao termo arte.

No âmbito da Contabilidade como uma ciência, Farias e Martins (2015) discutem o desafio da Contabilidade em desenvolver-se como uma ciência social e, não apenas, como uma técnica utilizada nas organizações. Com esse enfoque, as reflexões dos autores partem da necessidade da contabilidade em se tornar madura como uma ciência social e desenvolver teorias (sistema de hipóteses) que sejam capazes de pautar e explicar os fatos científicos.

A relevância da reflexão sobre a classificação da contabilidade na obra A Metafísica da Contabilidade Comercial reside no âmbito da quebra de paradigmas e o desenvolvimento da discussão da Contabilidade como uma ciência. Portanto, as discussões da contabilidade e sua classificação como uma arte ou ciência evidenciam a evolução do pensamento contábil e a estruturação da teoria da Contabilidade.

2.3 Definição de Contabilidade

A definição de contabilidade foi construída a partir da acumulação do conhecimento e da discussão do pensamento contábil por estudiosos ao longo dos anos. O professor Estevão Rafael em sua obra

a Metafísica da Contabilidade Comercial expõe a necessidade dos negócios em possuir uma forma de controle do patrimônio, que também forneça informações para fundamentar as decisões dos comerciantes. Sob esse prisma, Carvalho (1837) argumenta que a contabilidade nasce como uma necessidade para a gestão dos negócios:

“Sem o novo espediente, em vão qualquer indivíduo pretenderia escripturando observar o curso do seu commercio de modo que ele podesse conhecer as vantagens e alternativas resultantes de tal' industria, pois cada permutação referia-se a huma unidade particular; inconveniente que não offecerece o negocio onde todas as transações referem-se a huma mesma unidade invariável” (CARVALHO, 1837 p.4).

Carvalho (1837) argumenta sobre a necessidade dos gestores em possuírem informações mais detalhadas sobre os negócios para tomarem suas decisões. Nesse sentido, a contabilidade possui uma perspectiva objetiva para a análise das transações comerciais, tendo como foco o desenvolvimento dos negócios, o que reforça o aspecto científico da Contabilidade e se opõe ao argumento da contabilidade como uma arte.

Para Carvalho (1837), a contabilidade tem por objetivo a boa disposição das contas de um indivíduo para ele conhecer o estado do seu negócio a todo o tempo que lhe achar necessário. Essa definição é importante, pois evidencia a essência da contabilidade para os negócios e pode ser considerada atual, visto que é considerado o papel tempestivo da contabilidade ao fornecer informações para a tomada de decisão nas organizações.

Nesse contexto, Carvalho (1837 p. 4) expõe em sua obra que a contabilidade

possui o papel de “Assentar todas as transações, que o indivíduo faz com a clareza, concisão e ordem em relação à mesma unidade, eis o que se chama contabilidade comercial”. Nesse sentido, evidencia-se a relevância da discussão apresentada para a Aula de Comércio, pois os conteúdos expostos estão além da perspectiva técnica, e

“ Na primeira transformação da contabilidade, as transações à vista e a tempo são independentes entre si, e que a sua simplicidade não exigia meditação nem análise para a sua execução ”

permitem os estudantes a vislumbrarem a contabilidade como uma ciência que auxilia no direcionamento da tomada de decisão nos negócios.

É importante ressaltar a contribuição de Carvalho (1837) para o desenvolvimento da teoria da Contabilidade, visto que o manuscrito “A metafísica da contabilidade commercial” foi o primeiro livro de contabilidade publicado no Brasil (RICARDINO, 2001; RODRIGUES E SANGSTER 2013; SOARES, 2018). A obra evidencia discussões incipientes para a teoria contábil, visto que Carvalho já discutia a Contabilidade como uma ciência antes mesmo da publicação

do livro de Francesco Villa, em 1840 – considerada a principal obra do período científico da contabilidade, publicada três anos depois da obra de Carvalho (1837). No entanto, apesar da relevância das discussões de Estevão Rafael de Carvalho, o autor não é mencionado em estudos anteriores (e.g., PARMA, 1991; FONSECA, 2009; BARBOSA, 2009) como um dos precursores desta discussão.

2.4 Partidas Dobradas

A Metafísica da Contabilidade Comercial possibilitou a divulgação do método das partidas dobradas no Brasil. Embora o uso deste método já estivesse sendo praticado desde 1780, sua consolidação aconteceu gradativamente, começando pelo Édito Real de 28 de junho de 1808, em que D. João VI ordenava que a escrituração da Real fazenda Portuguesa se fizesse por meio de partidas dobradas (RICARDINO, 2001). No Brasil, durante o século XIX, as partidas simples também eram usadas e ensinadas. Na própria obra de Carvalho (1837), na parte da Contabilidade Artificial, o autor explana sobre a escrituração parcial ou “partidas singelas”, equivalente a partidas simples. A própria contabilidade pública só deixou as partidas simples no início do século XX (SILVA E SILVA, 2018).

Carvalho chama a atenção sobre a denominação de partidas simples e partidas dobradas, fazendo uma crítica aos autores práticos: “Parece-me que os autores práticos não entendem bem estas denominações” (Carvalho, 1837 p. 74).

Degrange, o decano dos práticos, dizia - A guarda dos Livros (contabilidade) em partidas simples tem por objecto o abrir contas por debito e credito a cada huma das pessoas com as quaes se

faz transações a termo. Em outro lugar tão bem diz, fallando sobre partidas dobradas, que alem da parte das contas por partidas simples que lhe he comum - O segundo objecto das partidas dobradas he - de abrir demais, huma conta por debito e credito, a cada natureza de efeitos que hesusceptível de ser recebida e fornecida, e a seus ganhos e perdas.

Na primeira transformação da contabilidade, as transações à vista e a tempo são independentes entre si, e que a sua simplicidade não exigia meditação nem análise para a sua execução. Esta

contabilidade (primeira transformação) é o que o autor chama de partidas simples, no entanto, segundo Carvalho, na descrição dada pelos práticos da época, parece ser partida dobrada. Já a partida dobrada (segunda transformação) estabelece a dependência das duas transações, resultando em que cada parcela de conta tenha pela menos uma dupla denominação, enquanto que na partida simples cada parcela só tem um nome. Carvalho finaliza sua reflexão citando "Veja-se que diferença de entender. E nem se diga que eu quero

fazer huma inovação; antes concorde-se que por falta de analyse do objecto, os praticos não são exacto" (CARVALHO, 1837 p. 75).

Essa definição é semelhante a defendida pelo acadêmico Louis Costaz, em 1834, traduzido por Carqueja (2014 p. 2): "No método em partidas simples, a soma transferida só é escrita numa conta, no método por partidas dobradas o valor é sempre escrito em duas contas, a saber: na do devedor como encargo, na do credor como seu benefício".

2.5 Apuração de Resultados e Balanço

Sobre a apuração dos resultados, Carvalho (1837) menciona que "balancear casa" é conhecer o estado do negócio de qualquer indivíduo:

(...) mui fácil he conhecer o estado do negocio de qualquer individuo, o que se chama balancear casa, isto he, examinar se o capital está augmentado, ou diminuido ou estacionario. Para isto tudo se reduz a somar os ganhos com o capital, e a diminuir deste as perdas (CARVALHO, 1837 p. 8).

Carvalho (1837, p. 9) argumenta que quando os gêneros comprados fossem vendidos imediatamente, logo era possível encontrar o resultado do negócio, no entanto, quando da existência de gêneros não vendidos, ele apresenta duas formas de se chegar ao resultado: o "primeiro modo consiste em avaliar os 'generos restantes, diminuir a sua importancia do valor total do emprego, e comparar este resultado com o total da quantia vendida", ou seja, encontra-se o custo do produto vendido diminuindo o valor do estoque existente do custo total de aquisição. Logo após, confrontam-se

as receitas das vendas realizadas no período com o custo do produto vendido chegando-se ao resultado (ganhos ou perdas).

O segundo método "consiste em avaliar os generos restantes, ajuntar o seu valor á quantia vendida, e comparar este resultado com o total da quantia empregada"(CARVALHO, 1837 p.9), ou seja, neste método, o estoque final é somado ao total das receitas do período e logo após é deduzido o capital empregado, chegando-se assim ao mesmo ganho ou perda. No primeiro método, estoque

Primeiro Método	Segundo Método
Capital empregado..... 100\$00 rs.	Capital empregado..... 100\$00 rs.
Estoque Final..... 22\$020 rs.	Estoque Final..... 22\$020 rs.
Produtos Vendidos..... 77\$980 rs.	Produtos Vendidos..... 77\$980 rs.
Vendas..... 104\$070 rs.	Vendas..... 104\$070 rs.
(-) Custo produtos vendidos... 77\$980 rs.	(-) Custo produtos vendidos... 77\$980 rs.
Ganho..... 26\$090 rs.	Ganho..... 26\$090 rs.

Figura 6. Métodos de apuração de resultado

Fonte: Carvalho (1837 p. 10-13).

Nota: Esquematizado a partir dos dados fornecidos na obra de Carvalho (1837).

“Como sugestão para pesquisas futuras, indica-se o estudo de outras obras de contabilidade que tiveram um papel histórico fundamental para o desenvolvimento do pensamento contábil no Brasil.”



final é considerado como parte do capital empregado, e que ainda não foi vendido, enquanto, no segundo, estima-se o estoque final como vendido pelo preço de custo fazendo parte da receita total. “E bem se vê, que tanto em hum como em outro só se procura a relação entre o emprego vendido, e o valor produzido por ele” (CARVALHO, 1837 p. 9). Ou seja, nos dois métodos, o objetivo é encontrar a relação entre custo dos produtos vendidos e a receita gerada por ela. Na ausência de outros dados essenciais, esse procedimento é o que o autor chama de “balancear huma casa”.

É importante ressaltar que as parcelas de ganhos ou perdas apuradas devem ser evidenciadas no balanço. Para esse procedimento, Carvalho (1837 p. 10) sugere duas formas de transferir o resultado do período para o balanço:

Ou somando as perdas com a quantia empregado, e os ganhos com a vendida, isto conforme o segundo methodo que

he o mais expedito; Ou fazendo logo a comparação entre os ganhos e perdas quando se dê o seu concurso, e levando o resultado dellas para a presença do capital, segundo qualquer dos dous methodos estahellecidos (CARVALHO, 1837 p. 10).

Carvalho chama a atenção ao fato de que este ganho não é líquido, pois, no exemplo que o autor apresenta, não estão sendo considerados outros fatos de uma operação de negócios (e.g. despesas, perdas, e outros ganhos, etc.), que também entrarão no cálculo. Neste caso, poderia considerar os métodos citados anteriormente, considerando as despesas como perdas, o que aumentaria o valor da compra dos gêneros, e, por conseguinte, a sua importância deve ir para o assento das compras. O contrário se diz dos ganhos e por esta razão seu valor vai figurar no assento das vendas.

De acordo com Carvalho (1837 p. 47), “Balancear he não só conhecer o estado do capital de huma casa como tão bem conhecer o estado da comptabilidade dos livros dessa casa”. Assim, o significado do balanço é a operação pela qual se conhece o estado de um negócio, como também a operação que mostra a exatidão da escrituração dos livros desta casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

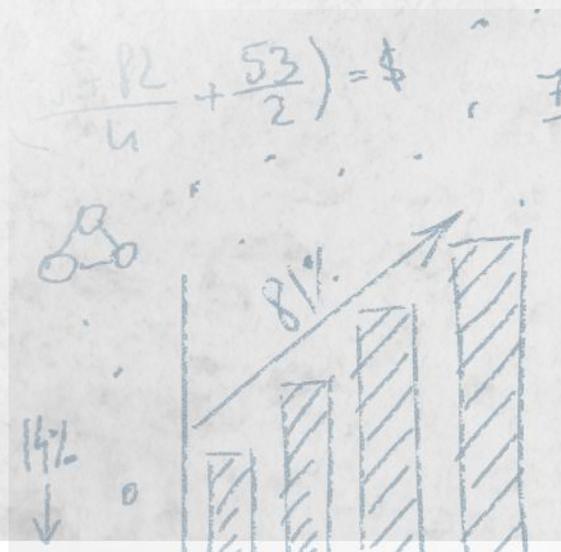
Estevão Rafael de Carvalho exerceu várias funções, com destaque para o cargo de professor da Aula de Comércio e do Liceu Maranhense. Foi também autor, jornalista e político no Maranhão, que chegou a ocupar o cargo que correspondente atualmente ao de deputado federal. A sua principal contribuição para a contabilidade nacional foi o livro “Metafísica da Contabilidade Comercial”, no qual o autor discute a Contabilidade como uma ciência, sendo essa discussão considerada incipiente para o século XIX.

Além disso, Carvalho (1837) contribuiu para a divulgação do método de partidas dobradas no Brasil.

O autor revela que não possuía mais o interesse em publicar a obra, uma vez que partedo texto já estava escrito desde 1833, no entanto a continuidade da escrita foi motivada por pedidos de amigos. O livro é indicado ao uso dos alunos do próprio autor, assim seria utilizado em suas próprias aulas de Comércio que aconteciam no Liceu Maranhense. O autor reconhece algumas limitações da obra, porém afirma que essas lacunas iriam ser supridas durante suas aulas.

Destaca-se que a História da Contabilidade no Brasil do século XIX, construída por sujeitos e suas contribuições ao longo dos tempos, deva ser conhecida e discutida para que possamos compreender a sociedade através das pessoas e desuas vivências, buscando compreender as necessidades da sociedade brasileira da época, uma vez que é preciso reconsiderar o lugar da contabilidade na educação do passado para compreendê-la no presente.

Como sugestão para pesquisas futuras, indica-se o estudo de outras obras de contabilidade que tiveram um papel histórico fundamental para o desenvolvimento do pensamento contábil no Brasil.





Thais Alves Lira

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Pará.



Francisco Patrik Carvalho Gomes

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Pará.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. J. M. Reflexões Acerca do Conceito de Contabilidade como Arte. *Journal of Accounting, Management and Governance*, v. 15, n. 3, 2012.

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (Lisboa, Portugal). Registro: PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/C/003785 - Estevão Rafael de Carvalho. Datas de produção 1825-10-05 - 1825-10-07. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=154562>

BARBOSA, P. F. A ciência e arte na contabilidade. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, 2009.

Blake, A. V. A. S. *Diccionario Bibliographico Brasileiro* (2th ed.). Typographia Nacional. 1893.

CABRAL, D. Aula de Comércio da Corte. *Dicionário Da Administração Pública Brasileira Do Período Colonial* (1500-

1822). 2011. Disponível em: <https://goo.gl/2TNYWi>

CARMONA, S. Accounting history research: Scope, topics and agenda. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 28, p. 321-325, 2017.

CARNEGIE, G. D.; NAPIER, C. J. Exploring comparative international accounting history: nineteenth century account of agriculture. In: 23rd Annual Congress of the European Accounting Association, Munich. 2000.

CARVALHO, E. R. *A Metafísica da Contabilidade Commercial*. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional, 1837.

EDWARDS, James Don. The Emergence of Public Accounting in the United States, 1748-1895. *The Accounting Review*, v. 29, n. 1, p. 52-63, 1954.

FARIAS, M. R. S.; ANDRADE, M., G. Contabilidade como ramo de conhecimento: Ciência, tecnologia e prática. *Revista*

Univ. Contábil, v. 11, n. 3, p. 27-42, 2015.

FONSECA, N. P. da. A contabilidade como ciência. *Contabilidade Vista & Revista*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 43-48, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/11>. Acesso em: 23 dez. 2021.

GOMES, D., CARNEGIE, G. D., NAPIER, C. J., PARKER, L. D., WEST, B. Does accounting history matter?. *Accounting History*, v. 16, n. 4, p. 389-402, 2011.

JORGE, S. *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão*. São Luís, PPPG/EDUFMA, 1987.

JORNAL DO COMMERCIO (1830-1839). Anúncio de vendas de obras. Edição 261. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e constitucional. 1838. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/10703

Conversa Afinada

+ + + + +

Entrevista com Aloisio Rodrigues da Silva

Presidente da AMACIC

+ + + + +



Como iniciou nesta área e quais foram os mais relevantes aprendizados que a Contabilidade lhe proporcionou até os dias atuais?

Costumo dizer que a Contabilidade entrou por acaso na minha vida pessoal e profissional. Meu desejo inicial era cursar eletrotécnica no ensino médio para no futuro estudar Engenharia Elétrica no ensino superior e já estava tudo dando certo, pois já tinha passado no exame da Escola Técnica Federal em Cuiabá (MT) para fazer o segundo grau em Eletrotécnica. Na época eu trabalhava como auxiliar administrativo numa empresa de seguro de vida, que se denominava: Círculo dos Oficiais Intendentes das Forças Armadas (Coifa) e por esta fui convidado para assumir a gerência de um escritório que estaria sendo aberto em Campo Grande (MS). Aceita a proposta, deixei de fazer a minha matrícula no curso referido, eis que, dias depois de ter perdido a matrícula, veio a notícia que a empresa não mais abria o escritório naquela cidade. Consequência, perdi a vaga na Escola Técnica Federal e não encontrei vaga para o curso científico nas escolas públicas de Cuiabá. Foi então que, por meio do Padre Antônio (pároco da Igreja de São Gonçalo) na qual eu era coroinha, consegui uma vaga e bolsa integral para estudar o primeiro ano do curso Técnico

em Contabilidade. Nesse curso cada aluno recebeu uma pasta que se denominava "Escritório Modelo". No primeiro mês de aula, devorei aqueles documentos e lançamentos fiscais e contábeis que compunham aquela pasta, lógico, com base no livro 'Estante do Contador de Carlos de Carvalho' e passei ao meu Prof. Altamiro Reis Barbosa para ele corrigir as atividades previstas. Para a minha surpresa, na aula seguinte ele me nomeou como seu monitor. A partir desse momento, nasceu a paixão e o brilho nos olhos pelas Ciências Contábeis e pela docência. Entender a importância do aprendizado contínuo e exercer a profissão em compliance com os princípios éticos relevantes devem ser ações prioritárias de todo profissional da contabilidade. Estes são os maiores legados que a Contabilidade me proporcionou até os dias atuais.

Neste início de mandato, como presidente na Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis (Amacic), quais são os principais objetivos e ações?

Dirigir a Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis (Amacic), na condição de seu presidente, é uma Dádiva Divina. Sou membro fundador da Amacic e, desde a sua fundação, desempenhei, por três

mandatos a função de vice-presidente. Nesta gestão, entre outros, temos como objetivos: intensificar e incentivar a produção científica por meio da criação de grupos de pesquisas envolvendo nossos acadêmicos e as universidades e faculdades de Ciências Contábeis que atuam em Mato Grosso. Outra ação que entendemos fundamental é o alcance da meta de 100 (cem) associados na Amacic. Além disso, procuraremos melhor aproveitar o potencial de conhecimentos de nossos associados a fim de implementarmos educação profissional continuada para os profissionais da contabilidade.

Tratando das transformações na área contábil, principalmente após (e durante) a pandemia que estamos enfrentando, como fica o cenário da profissão contábil na sua opinião?

A profissão contábil, desde o seu surgimento há milhares de anos, vem demonstrando a sua essencialidade irrefutável e reconhecidamente consistente ao acompanhar as mudanças ocorridas, ao longo do tempo, nos cenários econômicos, político e social. Uma prova viva de tudo isso é o desempenho dos profissionais da contabilidade neste período em que o

mundo ainda vive os percalços da pandemia provocada pelo coronavírus. Diante desse cenário de insegurança, e porque não dizer de medo, a profissão contábil não parou, respondendo com integridade, zelo e competência profissional aos compromissos de agir em defesa da sociedade e da saúde financeira das organizações públicas e privadas. Dessa forma, contribui, decisivamente, na estabilidade econômica dos países.

Na sua visão, como está o desenvolvimento profissional da classe contábil de Mato Grosso e quais são as principais tendências no âmbito do aprimoramento acadêmico da área contábil nacional?

Mato Grosso tem sua economia essencialmente caracterizada pelas atividades produtivas centradas no agronegócio, que também foi uma das áreas da economia que não parou seu processo produtivo ao longo desses anos de pandemia. A diversificação da produção, o crescimento em tamanho e complexidade do processo produtivo, os rápidos avanços tecnológicos, em todos os segmentos econômicos, vêm exigindo o aprimoramento contínuo dos profissionais da contabilidade para que possam atender os usuários com informações relevantes para as tomadas de decisões operacionais, de investimentos e financiamentos. Essas assertivas também norteiam as necessidades de aprimoramentos nas políticas pedagógicas dos cursos de Ciências Contábeis no Estado de Mato Grosso e, também, em âmbito nacional. O aprimoramento da formação teórica e prática é fundamental para o desenvolvimento da profissão contábil, e a busca de uma matriz curricular que possibilite a formação de contadores/consultores deve ser prioridade no meio acadêmico e profissional.

RELATO INTEGRADO: RELEVÂNCIA NA GERAÇÃO DE VALOR

A Contabilidade é a linguagem dos negócios. Em uma visão de longo prazo, as principais práticas de negócios nos setores público e privado vislumbram para um cenário cada vez mais competitivo em que o pensamento integrado aponta para a adoção de uma nova tecnologia que permita a alocação eficiente e produtiva de capital de modo a promover a estabilidade financeira e a sustentabilidade dos negócios das organizações. O Conselho Federal de Contabilidade, por meio de seu Plenário, em 2020, aprovou o CTG 09, que trata sobre a Correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado enquanto metodologia baseada no pensamento integrado que dá sustentação à integração e correlação de informações de natureza financeira e não financeira que visa mostrar aos stakeholders como dá a geração de valor, isto é, aumentos, reduções ou transformações de capitais, originados pelos negócios e produtos de uma entidade. Entende-se que a Contabilidade, por meio de seus atores, deve assumir o protagonismo na implementação desta nova tecnologia de comunicação e evidenciação, bem como se responsabilizar pela assecuração das informações divulgadas no relato integrado e relatório de sustentabilidade. Essas novas tecnologias, além de serem caminhos sem volta, se apresentam como oportunidades para contadores e auditores independentes. Além disso, constituem campos férteis para o desenvolvimento de investigações científicas por parte de professores e pesquisadores rumo ao desenvolvimento das Ciências Contábeis e consolidação da Contabilidade enquanto sistema de informação. Dentre os objetivos essenciais do Relato Integrado se destacam: (1) melhorar a qualidade da informação disponibilizada aos provedores de capital financeira o que assegura a

alocação de recursos com mais eficiência e produtividade; (2) promover a coesão e eficiência do relato corporativo mediante o aproveitamento das várias vertentes de relato e auxilie na comunicação e evidenciação dos fatores que impactam substancialmente a capacidade da organização gerar valor ao longo do tempo; e (3) aperfeiçoar a prestação de contas e destacar a responsabilidade pela boa gestão de capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, de relacionamento e natural) e discernir suas interdependências. Sete são os princípios de orientação para a elaboração do Relato Integrado quais sejam: (a) foco estratégico e orientação para o futuro; (b) conectividade das informações; (c) relação com as stakeholders; (d) materialidade; (e) concisão; (f) confiabilidade e completude; e (g) uniformidade e comparabilidade. Ressalta-se que à elaboração do Relato Integrado esses princípios podem ser aplicados individualmente e/ou coletivamente, exigindo, portanto, o emprego de julgamento profissional sempre que houver algum tipo de conflito entre eles. A consecução dos objetivos e o emprego adequado dos princípios de orientação do Relato Integrado exige que o profissional da contabilidade responsável por sua elaboração deve obter uma visão geral da entidade e de seu ambiente externo e, além disso, conhecer o comprometimento de sua governança, os modelos de negócios, identificando-se os riscos e oportunidades, suas estratégias de alocação de recursos, desempenho e perspectivas futuras. Assim, pode-se inferir que dominar a tecnologia do Relato Integrado é mais um dos diversos fatores que ressalta a essencialidade da Contabilidade moderna, bem como assegurar a longa perenidade das Ciências Contábeis, para o mundo dos negócios e a continuidade de sua atuação em defesa da sociedade e estabilidade econômica.



O mestrado foi ótimo, agora "quero mais"

Filho de Pedro Zacarias Paludo e de Estela de Barba Paludo, nasci em São Domingos (SC), mas fui criado no interior do Paraná, nas cidades de Três Barras e Verê. Em dezembro de 1979, mudei-me para Curitiba (PR, bairro de Santa Felicidade). Sou casado e tenho três filhos.

Os meus primeiros anos de estudos foram cercados de dificuldades, pois muitas vezes fui de "pé no chão" para a escola (5km), colocando o chinelo de dedo apenas quando chegava na escola.

Em 1985 fiz meu primeiro concurso, para a Justiça Federal do Paraná, sendo aprovado em 12º lugar. Assumi o cargo em 1986 e lá permaneci até maio de 2007, quando assumi o cargo de Analista de Finanças e Controle da CGU-RS, e, em novembro de 2007, assumi o cargo de

Analista do Tribunal Regional eleitoral do Paraná (TRE-PR) (aprovado em 2º lugar), onde ainda trabalho.

Na CGU (2007) realizei auditorias na Secretaria de Saúde de Porto Alegre (recursos recebidos da União), no município de São Leopoldo (Programas de Alimentação e Transporte Escolar), no município de Erveiras (Programa Bolsa Família), e ministrei palestras na Semana Olho Vivo em Santa Maria (RS).

No TRE do Paraná faço serviços de auditoria: patrimonial orçamentária, financeira, contábil, de gestão e de governança.

Graduado em Administração pelas Faculdades SPEI, fiz a Especialização em Administração Pública nas Faculdades Unibrasil, em 2007, ano que iniciei a docência no Curso Aprovação Curitiba.

Essa pós-graduação serviu de base para meu primeiro livro: Orçamento Público e Administração Financeira e Orçamentária lançado pela editora Campus-Elsevier em setembro de 2009 (atualmente com LRF também, a 11ª edição sai até março de 2022).

Em 2013 fui contratado pela fundação Fernando Henrique Cardoso para ministrar dois cursos nacionais: Orçamento Público e Planejamento Estratégico.

Como servidor público e estudioso da Administração Pública, conhecedor de muitos problemas reais existentes: internos e externos a administração – sempre procurei em meus livros encontrar um espaço para sugerir melhorias. Mais tarde, fiquei indignado com a forma como era interpretada e supostamente implantada a governança em órgãos e

entidades públicas, mas minha titulação era um limitador para ampliar minha voz e meus escritos.

Assim, querendo contribuir para um melhor entendimento da Governança – específica para o ambiente público, e visando contribuir para a sua implementação adequada–, decidi que iria fazer um mestrado, direcionado também para a elaboração de um novo livro acerca desse tema.

O Mestrado em Planejamento e Governança Pública da UTFPR caiu como uma luva: agora era estudar e passar. Obtive a melhor nota na prova escrita e a segunda na lista final de aprovação. Foi uma experiência única e maravilhosa: estrutura boa, professores competentes e uma turma fantástica: conhecer o caminho da ciência foi uma grata surpresa, cujo principal aprendizado foi que “não existe uma única verdade”, mas teorias sustentáveis amparadas no conhecimento.

A maior dificuldade na elaboração da dissertação foi a inexistência de materiais científicos específicos para a construção do proposto “modelo para implementação da Governança em órgãos e entidades públicas”, mas com a orientação

“ Como servidor público e estudioso da Administração Pública, conhecedor de muitos problemas reais existentes: internos e externos a administração – sempre procurei em meus livros encontrar um espaço para sugerir melhorias



do prof. Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira, com o auxílio de bibliotecárias experientes e a troca de ideia com os demais mestrandos, aliado ao meu conhecimento prático de administração pública e pesquisas anteriores para os

livros que escrevi, consegui superar essa etapa, com sucesso.

A dissertação foi aprovada em novembro de 2020 e em março de 2021 já estava nas bancas o meu mais novo livro: Governança Organizacional Pública (contendo o primeiro modelo científico-prático para a sua implementação) e Planejamento Estratégico para Órgãos e Entidades Públicas – que também traz um capítulo específico destinado ao aperfeiçoamento da administração pública, denominado: Alerta, Críticas e Reflexão.

De fevereiro a dezembro de 2021, 350 vezes a dissertação foi baixada para estudos, em 9 (nove) países diferentes. Em abril de 2021, gravei pela JML um Curso Nacional de Implementação da Governança Organizacional para Órgãos e Entidades Públicas.

Mais que o título de Mestre e a conquista de amigos, o mestrado da UTFPR mostrou que eu tinha e tenho muito a aprender, e deixou um gostinho de “quero mais”.

Augustinho Vicente Paludo é Bacharel em Administração pelas Faculdades SPEI, Mestre em Planejamento Governança



**Augustinho
Vicente Paludo**



Antônio Lopes de Sá

In memoriam



Biografia

Nasceu em 9 de abril de 1927, em Belo Horizonte (MG).

Foi o segundo presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis na gestão de 1997 a 2004 e Acadêmico ocupante da Cadeira de n.º 13.

Foi igualmente membro de honra de outras academias na França, Espanha e Estados Unidos. Idealizador e coordenador de nove congressos internacionais de contabilidade do mundo latino, criou a maior corrente científica da contabilidade da atualidade, o neopatrimonialismo.

Foi o escritor que mais editou livros e artigos no Brasil e em vários outros países, como Itália, Espanha, Portugal, Argentina, Colômbia, Estados Unidos e Chile.

Possuía doutorado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi laureado doutor honoris causa em Letras pela Samuel Benjamin Thomas University de Londres. Venceu vários prêmios internacionais de literatura científica e da Medalha

de Ouro do Prêmio João Lyra Tavares, considerada a maior comenda que se outorga a um contador no Brasil.

Carreira

Foi Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade do Brasil, Doutor em Letras, H.C., pela Samuel Benjamin Thomas University, de Londres, Inglaterra, Administrador, economista, professor universitário e escritor com 183 livros publicados no Brasil e no exterior, com aproximadamente 10 milhões de exemplares vendidos e mais de 13.000 artigos, possuindo diversos prêmios internacionais de mérito e de literatura científica. Presidente de Honra da Associação Científica Internacional de Contabilidade e Economia, Primeiro Vice-Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, Vice-Presidente e Ouvidor Geral da Academia Nacional de Economia, Presidente de Honra do Centro de Estudos de História da Contabilidade, da Apotec, de Portugal.

Membro da Real Academia de Ciências Econômicas y Financieras, da Espanha, Membro da Academie des Sciences Com-

merciales, da França, Membro de Honra do International Research Institute of New Jersey, U.S.A. desde 1965.

Detentor da maior titulação contábil que o Conselho Federal de Contabilidade atribui a um profissional, oficialmente, no Brasil, a Medalha de Ouro João Lyra. Mérito profissional americano, conferido por todos os Países da América, na Conferência Interamericana de Contabilidade, pela Associação Interamericana de Contabilidade. Detentor da Cruz do Mérito Filosófico e Cultural, comenda oficial pública, constituída por decreto do Governo do Estado de São Paulo, outorgada pela Sociedade Brasileira de Filosofia, Literatura e Ensino.

Foi representante do Brasil no Conselho Econômico e Social da ONU, em Genebra, Comendador por Decreto do Presidente da República e ao seu nome se atribui hoje, internacionalmente, o Prêmio de Produção Científica em Contabilidade.

Faleceu em 7 de junho de 2010 em decorrência de um aneurisma dissecante da aorta.

Curso On-line Gestão de Custos e Formação de Preços

FICAA

DICA

ABRACICÓN

Reinaldo Luiz Lunelli

Contador, formado pela FAE Business School. Palestrante, auditor contábil, consultor de empresas. Professor em cursos de graduação e pós graduação, em diversas disciplinas na área de negócios. Autor de diversos livros técnicos e artigos de matérias, contábil e tributária.



GARANTA SUA VAGA



ACESSO
IMEDIATO



CERTIFICADO COM
PONTOS PEPC/CFC



TUTORIA COM O
INSTRUTOR



TREINAMENTO
ON-LINE

115

Minutos
comprovados de
videoaulas

100%

Satisfação
garantida

4

Meses de
acesso

PRINCIPAIS VANTAGENS DO CURSO



Conhecer os conceitos relacionados a gastos, custos, despesas e investimentos.



Entender o que seu cliente procura em termos de valor, faz toda diferença na formação do preço.



Conseguir tomar decisões gerenciais baseados na margem de contribuição dos produtos e serviços.



O ponto de equilíbrio, se corretamente apurado, dá informações relevantes para decidir sobre a viabilidade de produção ou prestação de um serviço.

CAPACITADORA:



CADASTRO PEPC/CFC
SOB N.º. PR-0113

**8 PONTOS
PEPC/CFC**

CÓDIGO DO CURSO NO CFC N.º. PR-02622



A Concentração do Conhecimento Produzido no Brasil: Desenvolvimento da Economia Regional

José Antonio de França

Resumo

Este artigo apresenta, de forma resumida, resultado de pesquisa que investiga a concentração de conhecimento produzido no Brasil, no horizonte de tempo 2013 a 2018, por Unidade da Federação, utilizando metodologia espectral, com o objetivo de avaliar como a produção de conhecimento está distribuída e como impacta a renda das famílias. Os resultados apontam significativas evidências da desigualdade regional da produção de conhecimento e do impacto na renda das famílias. A Unidade da Federação (UF) com melhor desempenho, por reduzir as desigualdades, é o Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave. Produção de conhecimento. Metodologia espectral. Desigualdade regional.

1. Introdução

Este artigo traz para discussão resultado de pesquisa que investiga a produção de conhecimento no Brasil. O conhecimento como uma vicissitude dos Seres Humanos, difuso na literatura, é construído em processo de aprendizagem, por meio da observação e da investigação, cujos benefícios trabalham em favor da vida e da melhoria da sociedade.

O conhecimento, como promotor de agrupamento de pessoas e da atividade econômica, estimula aparição de aglomerações urbanas, aumenta do nível renda e, conseqüentemente, produz bem-estar social, como abordado por Marshal (1890) e discutido por Haig (1920) e Florence (1929).

O conhecimento abordado neste texto é produzido por meio de processo contínuo e formal de aprendizagem, que acumula capital humano, intangível,

no contexto de uma política pública de educação, em nível stricto sensu. Esse processo, como observado por Richardson (1953-1), é imperfeito e fragmentado porque cada indivíduo conhece apenas uma pequena parte do que deveria conhecer. É também incerto porque vem de estimativas ou opiniões pessoais que podem diferir e não podem ser avaliadas como verdadeiras ou falsas, podendo ser até conflitantes.

A partir desta simples contextualização, avalia-se a concentração da produção de conhecimento no Brasil, como uma política pública, em nível stricto sensu, agregada por Grande Área, Deixar e região, no horizonte de tempo 2013 a 2018, com utilização de metodologia espectral em três dimensões, abordada pela literatura de aglomerações e aplicada ao desenvolvimento regional, como discutida por De França (2020) e De França e Sandoval (2021), com o

objetivo de investigar quão igual/desigual é o conhecimento é produzido no Brasil, por região, e como a renda das famílias é impactada. Os indicadores utilizados para avaliação são o quociente de locação (QL) e o índice de concentração de conhecimento (IC).

As Grandes Áreas e as Áreas são as definidas pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Região é cada uma das Unidades Da da Federação (UFs).

A concentração do conhecimento, em contexto estatístico, significa que quanto mais próximas das métricas dos indicadores estiverem as observações da produção de conhecimento, por região e unidade de tempo, menor será a desigualdade regional. Caso contrário, quanto mais distante, maior será a desigualdade. É neste contexto que se espera que os achados do artigo possam ser úteis para auxiliar gestores na avaliação de políticas públicas e pesquisadores em pesquisas relacionadas com o tema.

2. O conhecimento alavancando o desenvolvimento regional

O conhecimento é um insumo que alavanca o desenvolvimento de uma região e/ou de uma nação, como alocação de capital, porque capacita e especializa o capital humano, como argumenta Romer (1996), aumenta e melhora a produtividade pelo uso adequado da tecnologia, uso racional dos recursos naturais e pela melhoria dos processos, como discutem Quatraro (2010), Cooke et al. (1997) e Antonelli (2008) e, ainda, por interagir com outros setores da economia, como mostram os achados de Zabala-Iturriagagoitia, Voigt, Gutiérrez-Gracia e Jiménez-Sáez (2007) em estudo aplicado em parte da União Europeia.

A escolha local da alocação de capital, como abordada por Furtado (2006, pp. 232-233), é estimulada pelo ganho de produtividade e pela formação de preço. A combinação dessas duas variáveis impacta a instalação da atividade econômica de algum setor, em uma região mais do que em outra, e desafia as políticas públicas na busca de solução que minimize esse efeito com vista a equalização da produção regional.

“ O conhecimento, como promotor de agrupamento de pessoas e da atividade econômica, estimula aparição de aglomerações urbanas, aumenta do nível renda e, conseqüentemente, produz bem-estar social ”

Políticas públicas, neste contexto, resultam da dinâmica das relações de poder constituídas por grupos econômicos e políticos, classes sociais e outras organizações da sociedade civil, que direcionam as ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou investimentos, como abordadas por Boneti (2017).

3. Metodologia

A metodologia espectral, não paramétrica, é sustentada no Quociente de Locação (QL) estendido a três dimensões:

geografia, economia e tempo, definido pelo quociente das matrizes regionais de QL, e no índice de concentração do conhecimento (IC). Ambos indicadores medem a concentração dos setores da economia, representados pelas Grandes Áreas e Áreas, por região no horizonte de tempo, na perspectiva ótima, quando QL tende a 1 e IC tende a zero. Vide modelo completo em De França e Sandoval (2020).

4. Análise dos resultados

Para desenvolver a análise e obter os resultados foram utilizadas 471.308 produções de conhecimento, sendo 352.616 produções em nível de mestrado (dissertações) e 118.692 em nível de doutorado (teses), distribuídas em 6.877 programas de pós-graduação ofertados nas 27 Unidades Da da Federação (UFs) em 4.564 especialidades.

Os resultados obtidos sugerem que o conhecimento produzido no Brasil é regionalmente desigual porque o QL não tende a 1 e o IC não orbita nas proximidades de zero e sinalizam um abismo entre a UF com maior e a UF com menor produção de conhecimento, como documentam De França (2020) e De França e Sandoval (2021).

A distribuição dos resultados nas 27 UF's sinaliza que o Estado do Rio Grande do Sul é a única UF que se aproxima do estado ótimo de uma política pública de educação regionalizada, com QL tendendo a 1 e IC tendendo a zero. Também, na melhoria da distribuição da renda das famílias, a UF Rio Grande do Sul foi a única a obter score de eficiência em todas as abordagens.

Estes resultados, produzidos pela metodologia espectral, foram confirmados pela metodologia DEA e por

análise econométrica, utilizando modelo quantílico. Por isso estes resultados são robustos para assistir reguladores em políticas públicas de produção de conhecimento.

5. Conclusões

Os achados da pesquisa, com aplicação da metodologia espectral, são robustos e sugerem que o modelo pode ser aplicado para avaliar o resultado de políticas públicas de produção de conhecimento na melhoria da produtividade, renda e emprego.

Os resultados sugerem que a produção regional de conhecimento no Brasil é desigual e que o Estado do Rio Grande do Sul é a Unidade Da FederaçãoUF que mais se aproxima da eficiência na produção de conhecimento que esse conhecimento melhora a renda das famílias.

Por fim, por se tratar de um artigo resumido, que já uma limitação, sugere-se a leitura da análise completa em De França (2020) e De França e Sandoval (2021). Com isto, espera-se que os achados apresentados possam auxiliar gestores de políticas públicas no monitoramento das ações, bem como pesquisadores na exploração do tema no desenvolvimento regional.

Referências

- ANTONELLI, C., 2008. Localised Technological Change. Towards the Economics of Complexity. Routledge, New York.
- BONETI, L. (2017). Políticas públicas por dentro. São Paulo, Mercado de Letras.
- COOKE PHILIP;; URANGA, MIKEL GOMEZ E eAND ETXEBARRIA, GOIO. (1997). Regional innovation systems: Institutional and organizational dimensions. *Research Policy* 26, 475-491. doi: [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(97\)00025-5](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(97)00025-5).
- DE FRANÇA, José Antonio. (2020). Análise da concentração de setores produtivos: teoria e aplicações, 2020. Tese de Doutorado em Economia. Universidade Católica de Brasília, Brasília, jun/2020. Disponível em: <https://page.ucb.br/bc/producao.lista?tip=TeS&id1=107&id2=M>.
- DE FRANÇA, J.A.; Sandoval, W.S. (2021). Knowledge Economy in Brazil: Analysis of Sectoral Concentration and Production by Region. *International Journal of Economics and Finance*; Vol. 13, No. 11; 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355273414_Knowledge_Economy_in_Brazil_Analysis_of_Sectoral_Concentration_and_Production_by_Region.
- FLORENCE, P.S. (1929). *The Statistical Method in Economics and Political Science: A treatise on the quantitative and institutional approach to social and industrial problems*. Harcourt, New York.
- FURTADO, Celso. (2013). *Formação Econômica do Brasil*. 34.ed. São Paulo, Schwarcz.
- HAIG, Robert Murray. (1920). *Division of Research and statistics of New York State of Opportunity* (jun, 2017).
- MARSHAL, Alfred. (1920). *Principles of Economics*. 6.ed. MacMillan, Toronto.
- QUATRARO, Francesco. (2010). Knowledge Coherence, Variety and economic Growth: Manufacturing Evidence from Italian Regions. *Research Policy*, Elsevier. v. 39, pp.1289-1302.
- RICHARDSON, G.B. (1953). *Imperfect Knowledge and Economic Efficiency*. Oxford Economic Papers, New Series, v. 5, n. 2, pp. 136-156.
- ROMER, David. (1996). *Advanced Macroeconomics*. 4.ed. McGraw-Hill, U.S.A.
- ZABALA-ITURRIAGAGOITIA, JON M.; VOIGT, PETER; GUTIÉRREZ-GRACIA, ANTONIO E JIMÉNEZ-SÁEZ, FERNANDO. (2007). *Regional Innovation Systems: How to Assess Performance*. *Regional Studies*, v. 41, n. 5, pp. 661-672. <https://doi.org/10.1080/00343400601120270>.



José Antonio de França

Doutor em Contabilidade e em Economia; Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais Universidade de Brasília (UnB).
franca@itecon.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-8233-3620>



The Concentration of Knowledge Produced in Brazil: Regional Economy Development

José Antonio de França

Abstract

This article briefly presents the result of a research that investigates the concentration of knowledge produced in Brazil, from 2013 to 2018, by state, using spectral methodology, with the objective of evaluating how the production of knowledge is distributed and how it impacts the income of families. The results provide significant evidence of regional inequality in knowledge production and the impact on household income. The federation unit with the best performance, as it reduces inequalities, is the State of Rio Grande do Sul.

Key words. Knowledge production. Spectral methodology. Regional inequality.

1. Introduction

This article discusses the result of a research that investigates the production of knowledge in Brazil. Knowledge as a vicissitude of Human Beings, diffused in the literature, is built in a learning process, through observation and investigation, whose benefits work in favor of life and the improvement of society.

Knowledge, as a promoter of the grouping of people and economic activity, stimulates the appearance of urban agglomerations, increases the income level and, consequently, produces social well-being, as addressed by Marshal (1890) and discussed by Haig (1920) and Florence (1929).

The knowledge covered in this text

is produced through a continuous and formal learning process, which accumulates intangible human capital in the context of a public education policy, at the stricto sensu level. This process, as noted by Richardson (1953-I), is imperfect and fragmented because each individual knows only a small part of what he should know. It is also uncertain because it comes from personal estimates or opinions that may differ and cannot be evaluated as true or false, and may even be conflicting.

From this simple contextualization, the concentration of knowledge production in Brazil is evaluated, as a public policy, at a stricto sensu level, aggregated by Major Area, Area and region, in the time horizon 2013 to 2018, using spectral methodology in three dimensions,

addressed by the literature on agglomerations and applied to regional development, as discussed by De França (2020) and De França and Sandoval (2021), with the aim of investigating how equal/unequal knowledge is produced in Brazil, by region, and how household income is impacted. The indicators used for evaluation are the location quotient (LQ) and the knowledge concentration index (CI).

The Major Areas and Areas are defined by CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel). Region is each of the units of the federation (UF).

The concentration of knowledge, in a statistical context, means that the closer to the indicators' metrics the observations of knowledge production are, by region and time unit, the smaller the regional inequality will be. Otherwise, the further away, the greater the inequality. It is in this context that the findings of the article are expected to be useful to help managers in the evaluation of public policies and researchers in research related to the theme.

2. Knowledge leveraging regional development

Knowledge is an input that leverages the development of a region and/or a nation, as capital allocation, because it enables and specializes human capital, as Romer (1996) argues, it increases and improves productivity through the adequate use of technology, rational use of natural resources and the improvement of processes, as discussed by Quatraro (2010), Cooke et al (1997) and Antonelli

(2008), and also by interacting with other sectors of the economy, as shown by the findings of Zabala-Iturriagoitia, Voigt, Gutiérrez-Gracia and Jiménez-Sáez (2007) in an applied study in part of the European Union.

The local choice of capital allocation, as discussed by Furtado (2006, pp. 232-

“ Knowledge, as a promoter of the grouping of people and economic activity, stimulates the emergence of urban agglomerations, increases the level of income and, consequently, produces social welfare ”

233), is stimulated by productivity gains and price formation. The combination of these two variables impacts the installation of economic activity in some sector, in one region more than in another, and challenges public policies in the search for a solution that minimizes this effect with a view to equalizing regional production.

Public policies, in this context, result from the dynamics of power relations constituted by economic and political groups, social classes and other civil society organizations, which direct the administrative intervention actions of the State in the social reality and/or

investments, as addressed by Boneti (2017).

3. Methodology

The non-parametric spectral methodology is supported by the Location Quotient (QL) extended to three dimensions: geography, economy and time, defined by the quotient of regional QL matrices, and the knowledge concentration index (CI). Both indicators measure the concentration of sectors of the economy, represented by Major Areas and Areas, by region over the time horizon, in the optimal perspective, when QL tends to 1 and IC tends to zero. See complete model in De França and Sandoval (2020).

4. Analysis of results

To develop the analysis and obtain the results, 471,308 productions of knowledge were used, 352,616 productions at the master's level (dissertations) and 118,692 at the doctoral level (theses), distributed in 6,877 postgraduate programs offered in the 27 units of the federation (UF) in 4,564 specialties.

The results obtained suggest that the knowledge produced in Brazil is regionally unequal because the QL does not tend to 1 and the IC does not orbit near zero and signal an abyss between the UF with the highest and the UF with the lowest knowledge production, as documented by De France (2020) and From France and Sandoval (2021).

The distribution of results in the 27 UFs indicates that the State of Rio Grande do Sul is the only UF that comes close to the optimal state of a regionalized public

education policy, with QL tending to 1 and CI tending to zero. Also in improving the distribution of household income, UF Rio Grande do Sul was the only one to obtain an efficiency score in all approaches.

These results, produced by the spectral methodology, were confirmed by the DEA methodology and by econometric analysis using a quantile model. Therefore, these results are robust to assist regulators in knowledge production public policies.

5. Conclusions

The research findings, with the application of the spectral methodology, are robust and suggest that the model can be applied to assess the result of public policies for the production of knowledge in improving productivity, income and employment.

The results suggest that the regional production of knowledge in Brazil is uneven and that the State of Rio Grande do Sul is the unit of the federation that comes closest to the efficiency in the production of knowledge that this knowledge improves the income of families.

Finally, as this is a summarized article, which is already a limitation, it is suggested to read the complete analysis in De França (2020) and De França and Sandoval (2021). With this, it is expected that the findings presented can help public policy managers in monitoring actions, as well as researchers in exploring the topic in regional development.

References

ANTONELLI, C., 2008. Localised Technological Change. Towards the

Economics of Complexity. Routledge, New York.

BONETTI, L. (2017). Políticas públicas por dentro. São Paulo, Mercado de Letras.

COOKE PHILIP;; URANGA, MIKEL GOMEZ E eAND ETXEARRIA, GOIO. (1997). Regional innovation systems: Institutional and organizational dimensions. *Research Policy* 26, 475-491. doi: [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(97\)00025-5](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(97)00025-5).

DE FRANÇA, José Antonio. (2020). Análise da concentração de setores produtivos: teoria e aplicações, 2020. Tese de Doutorado em Economia. Universidade Católica de Brasília, Brasília, jun/2020. Disponível em: https://page.ucb.br/bc/producao_lista?tip=TeS&id1=107&id2=M.

DE FRANÇA, J.A.; Sandoval, W.S. (2021). Knowledge Economy in Brazil: Analysis of Sectoral Concentration and Production by Region. *International Journal of Economics and Finance*; Vol. 13, No. 11; 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355273414_Knowledge_Economy_in_Brazil_Analysis_of_Sectoral_Concentration_and_Production_by_Region.

FLORENCE, P.S. (1929). *The Statistical Method in Economics and Political Science: A treatise on the quantitative and institutional approach to social and industrial problems*. Harcourt, New York.

FURTADO, Celso. (2013). *Fornação Econômica do Brasil*. 34.ed. São Paulo, Schwarcz.

HAIG, Robert Murray. (1920). *Division of Research and statistics of New York State of Opportunity* (jun, 2017).

MARSHAL, Alfred. (1920). *Principles of Economics*. 6.ed. MacMillan, Toronto.

QUATRARO, Francesco. (2010). *Knowledge Coherence, Variety and economic Growth: Manufacturing Evidence from Italian Regions*. *Research Policy*, Elsevier. v. 39, pp.1289-1302.

RICHARDSON, G.B. (1953). *Imperfect Knowledge and Economic Efficiency*. *Oxford Economic Papers, New Series*, v. 5, n. 2, pp. 136-156.

ROMER, David. (1996). *Advanced Macroeconomics*. 4.ed. McGraw-Hill, U.S.A.

ZABALA-ITURRIAGAGOITIA, JON M.; VOIGT, PETER; GUTIÉRREZ-GRACIA, ANTONIO E JIMÉNEZ-SÁEZ, FERNANDO. (2007). *Regional Innovation Systems: How to Assess Performance*. *Regional Studies*, v. 41, n. 5, pp. 661-672. <https://doi.org/10.1080/00343400601120270>.



José Antonio de França
 Doctor in Accounting and Economics; Professor at DCCA/FACE/UnB.
franca@itecon.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-8233-3620>



Um up nas aulas de contabilidade: o uso das redes sociais no processo de aprendizagem

Lidiane

“Ensinar com as novas mídias será uma revolução, se mudarmos simultaneamente os paradigmas convencionais do ensino, que mantêm distantes professores e alunos. Caso contrário, conseguiremos dar um verniz de modernidade, sem mexer no essencial. A Internet é um novo meio de comunicação, ainda incipiente, mas que pode ajudar-nos a rever, a ampliar e a modificar muitas das formas atuais de ensinar e de aprender.(MORAN,2009, p.9).

Com a evolução da tecnologia da informação, existe um avanço nas relações interpessoais, cujos acessos são indiscutivelmente maiores que os das gerações passadas. A diversificação dessas tecnologias da informação e da comunicação propiciou uma informação maior e mais tempestiva, no entanto é importante ser avaliada a qualidade do resultado disso tudo. Por isso as possibilidades com a rede social são

incríveis, e a questão a ser abordada com o profissional da educação é de que modo podemos aprofundar os conhecimentos para os alunos, utilizando as redes sociais e transformando a realidade. As redes sociais acabam sendo representativas de pessoas que acabam unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados. No entanto a queixa de alguns profissionais da educação é que a internet é repleta de conteúdos “rasos”. Desse modo, existe um caminho a ser trilhado pelo professor, melhorando os conteúdos criticados. Há muito a se fazer. Vamos aos números?

De acordo com um estudo realizado pela agência We Are Social na plataforma de mídia Hootsuite, 150 milhões de brasileiros estão nas redes sociais, o que representa 70,3% da população nacional; desta população, 140 milhões de brasileiros acessam por dispositivos móveis, então, a maioria utiliza e acessa

pelo celular. A pesquisa mostra também que o brasileiro gasta em média 3 horas e 42 minutos por dia com as redes sociais, e a maioria tem 25 a 34 anos. O segundo grupo etário em maior quantidade tem de 18 a 24 anos. Na terceira posição, está a população de 35 anos a 44 anos e, em último lugar, encontram-se os idosos a partir de 65 anos. Esses números são importantíssimos, pois nos faz entender que o perfil do internauta brasileiro médio é jovem e passa a maior parte do tempo navegando pelas redes sociais com o celular.

Ainda utilizando a mesma pesquisa, foi possível perceber que a rede social mais acessada entre os brasileiros é o Facebook(130), seguido pelo Youtube(127%) e Whatsapp (120 mi). A liderança no cenário global é ocupada pelo Facebook, com 2,27 bilhões de usuários ativos. Dentro desses números, a rede Instagram não está entre as primeiras, no entanto como o engajamento é maior,

“Ensinar com as novas mídias será uma revolução, se mudarmos simultaneamente os paradigmas convencionais do ensino”

ela traz possibilidades gigantescas para o uso acadêmico. Diante desses números, entende-se que é oportuno o professor utilizar as redes sociais e produzir conhecimento, pois lá está o público-alvo.

As redes sociais podem trazer como resultados sinergias múltiplas, além de facilitar a informação. Com elas, é possível compartilhar documentos, imagens, vídeos e principalmente estabelecer relações, fortalecendo o envolvimento de alunos e professores, criando um ótimo canal de comunicação referente à disciplina e aos conteúdos. Mas o que pode ser feito de diferente com a utilização das redes que possa ser utilizado como estratégia na sala de aula?

É possível obter múltiplos benefícios quando a rede social é utilizada de modo estratégico, pois, com ela, é possível centralizar em um único lugar o aluno, o professor e as atividades de ensino. É possível ainda obter uma maior proximidade com a comunidade acadêmica, melhorar a comunicação, promover a motivação, incentivar o uso das tecnologias da informação e da comunicação. Inicialmente, é importante entender que, para utilizar as redes sociais, deve existir uma quebra de paradigmas e ter um olhar estratégico e de visão sobre o uso e

deve existir também uma abertura para aprendizagem nesse novo cenário. A seguir algumas aulas que podem ser propostas nesse ambiente:

1 – Publicação de vídeos e fotos dos trabalhos dos alunos em sala de aula, em que é feito o destaque das habilidades deles. Os estudantes se engajam muito quando são reconhecidos pelo trabalho realizado e quando o professor torna este trabalho visível.

2 – Criação de uma página da disciplina e criação de uma equipe responsável por administrar o perfil da conta.

3 – Compartilhamento de recomendações de leitura, com postagem resenhando o livro, ou compartilhamento de sugestão de podcasts, permitindo um spoiler dos melhores momentos.

4 - Mostre uma experiência científica acontecendo e o passo a passo.

5- Encontre um tema interessante e siga uma hashtag. Desse modo, os estudantes verificarão as últimas notícias sobre o tema. Você sabia que as redes sociais captam as informações até mesmo antes do Google?

6- Dê um spoiler do tema da aula pouco tempo antes de chegar na faculdade.

7- Fazer uma live com um convidado, trazendo-o para a sala de aula. Com o uso das redes sociais, é possível trazer um convidado internacional, por meio de uma live no Instagram.

8 - É possível a criação de grupos compartilhando apresentações, apostilas, e-books, vídeos, com o estudante interagindo quando quiser.

9 - Ao usaras redes sociais, é possível começar um debate no virtual e continuar em sala no real.

10 - Deve-se ter dicas, spoilers sobre avaliações, colocando o aluno no foco do conhecimento próximo aos momentos da prova.

Quando o professor entender que as redessociais podem ser aproveitadas para a aprendizagem, são inúmeras as vantagens possíveis de serem extraídas e uma oportunidade de propiciar conteúdo mais aprofundado e de qualidade para os estudantes. Existem tantas reclamações sobre o uso inapropriado da ferramenta pelos jovens, tantas desvantagens e tantos males causados pelo excesso, que talvez o uso deste ambiente com responsabilidade possa ser uma solução real na minimização destes problemas e na obtenção de resultados na aprendizagem.

Referências Bibliográficas:

LORENZO, E. M. A Utilização das Redes Sociais na Educação. 4ª ed., Rio de Janeiro, Clube de Autores, 2017.

MARTELETO, R. M.; TOMAÉL, M. I. A metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS). In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (Org.). Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação. São Paulo: Polis, 2005.

MORAN, Manuel José, A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Editora Papirus, p.89-111).

SOUSA, Paulo de Tarso Costa de. Metodologia de análise de redes sociais. In: MUELLER, S. P. M. (Org.) Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2007



Lidiane dos Santos Silva

Presidente da Academia Tocantinense de Ciências Contábeis- Atoccon

PERFIL

Aécio Prado Dantas Júnior

Presidente do Conselho Federal de Contabilidade



1) Na sua opinião, qual é a importância do CFC e quais são as suas expectativas para os próximos anos?

Os conselhos de classe são meios de proteção da sociedade. A nossa razão de existir é exercer a fiscalização profissional para que, dessa forma, possamos impedir que maus profissionais possam causar prejuízo a empresas e à sociedade de uma forma geral. Nosso trabalho de desenvolvimento e de revisão de inúmeras normatizações também é imprescindível, pois melhora o dia a dia de trabalho dos profissionais da contabilidade e ainda resguarda a classe e a sociedade.

Minhas expectativas são as melhores possíveis. Os profissionais que compõem o nosso Conselho Diretor, assim como os demais conselheiros formam um grupo consistente, competente e com preparo para fazer um ótimo trabalho

em favor de nossa classe. Além disso, o legado deixado por aqueles que nos antecederam deixa-nos mais fortes para cumprirmos a nossa missão.

2) Com a sua recente nomeação, como é estar à frente da Presidência do CFC e quais serão as primeiras ações da sua gestão?

O meu sentimento é de orgulho. Iniciei as minhas atividades classistas em um Conselho Regional de Contabilidade de porte menor, o de Sergipe, um conselho pequeno, do menor estado do Brasil em extensão territorial. Após 12 anos do meu começo na Presidência do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE), tenho a imensa alegria de representar o meu estado na maior entidade de classe da profissão. Eu fico feliz também por olhar para trás

e ver que minha caminhada ocorreu com dedicação, ética, responsabilidade e valorização dos meus relacionamentos interpessoais.

Sobre as atividades no biênio que se inicia, destaco que vamos dar continuidade ao trabalho consistente e organizado da gestão anterior, que foi liderada pelo presidente Zulmir Breda. Nosso objetivo também é estreitar ainda mais os laços com as instituições de interesse da classe contábil, o que fortalece o nosso Sistema. Nos últimos anos, por exemplo, estivemos bem próximos da Receita Federal. Esse relacionamento permitiu que transmitíssemos as necessidades e as dificuldades dos contadores para o órgão. Ao mesmo tempo, a Receita Federal estava sempre pronta para esclarecer as nossas dúvidas e para participar de nossos treinamentos virtuais como palestrantes.

Outra meta é apresentar outros horizontes aos profissionais da contabilidade, demonstrando as mudanças no perfil do

contador. Cada vez mais, somos menos executores e mais consultores e, além disso, não podemos nos esquecer de que a tecnologia é uma de nossas principais aliadas. Pretendemos contribuir para que as empresas contábeis trabalhem continuamente pela sua digitalização e que a classe domine esse universo. Por fim, manteremos nossa aproximação da classe para que, juntos, consigamos superar o período pandêmico e possamos orientar nossos clientes da melhor forma possível, entre outras iniciativas.

3) Quais desafios o profissional da contabilidade ainda terá que superar nos próximos anos?

Em um primeiro momento, a pandemia do coronavírus apresenta-se como um desafio para qualquer profissional, principalmente em função de seus impactos econômicos. Por outro lado e falando especificamente da Contabilidade, a Covid-19 também trouxe oportunidades. Em função de nossa atuação durante a proliferação dessa doença, estudando, analisando e aplicando, em um curto espaço de tempo, uma infinidade de normas publicadas pelo Governo voltadas, principalmente, para

a preservação do emprego e da renda, nossa essencialidade ficou ainda mais evidente.

Durante a pandemia, prestamos consultoria constante aos nossos clientes. Além disso, criamos planos estratégicos que envolviam o enfretamento aos efeitos da Covid-19 e a elaboração de ações para o pós-pandemia. Desse modo, preparamos as empresas para o futuro também. Nosso desafio é acompanhar esses negócios na caminhada rumo à recuperação econômica do país. No entanto, estamos preparados para isso. Outro ponto de atenção é mantermos a nossa atualização e nos prepararmos, a cada dia, para as transformações tecnológicas que ainda estão a caminho.

4) Na sua visão, como será o futuro do desenvolvimento do profissional da contabilidade?

A busca pela capacitação e pelo desenvolvimento profissional é parte da essência da Contabilidade. Em nossa profissão, somos estudantes durante toda a carreira; isso porque o mercado e a economia estão em constante construção e transformação e, desse modo, precisamos buscar atualização

contínua para oferecermos um trabalho de excelência aos nossos clientes. Assim, a tendência é termos, cada vez mais, oportunidades e ofertas de cursos de capacitação, com uma expansão, principalmente, na modalidade “a distância”, já que a pandemia do coronavírus acelerou esse processo de estabelecimento do digital.

Em termos da evolução e do desenvolvimento da profissão contábil, o destaque é para a digitalização e a presença de tecnologia nos processos que envolvem a contabilidade. Isso já era uma tendência. Contudo, também nesse aspecto, a Covid-19 tornou mais rápida essa transição para o mundo digital. Ressaltamos ainda as mudanças no perfil do profissional da contabilidade que já tem deixado de fazer apenas o trabalho funcional e migrado para atividades mais estratégicas, como a consultoria e as ações de inteligência de mercado. Analisamos os ambientes interno e externo, nos quais as empresas estão inseridas; construímos estratégias; e indicamos os caminhos mais assertivos para as empresas. Isso já ocorre e será intensificado no futuro.





Abraçamos o
conhecimento
para a contabilidade
seguir em frente



ABRACICON

ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Desenvolver, abraçando o saber

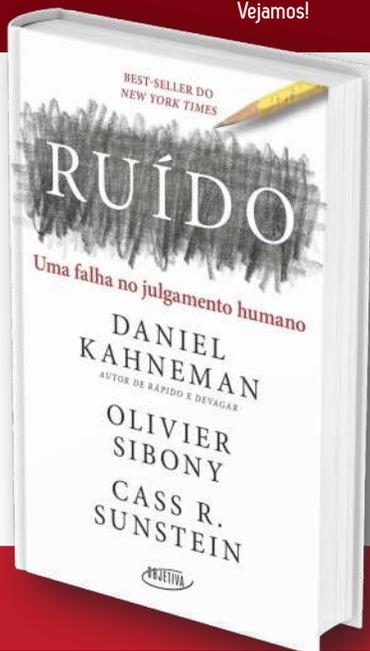


Editor: Clóvis Belbute Peres

Cara leitora e caro leitor,

As organizações devem se preocupar com a variabilidade das decisões que seus colaboradores tomam? Em um mundo onde se requer mais delegação, estamos preparados para entender e aperfeiçoar os mecanismos de tomada de decisão? Ou será que essa variedade de julgamentos é salutar e deve ser buscada por profissionais e suas organizações?

Que tal perguntarmos a um psicólogo ganhador do Nobel de economia e seus colaboradores? Vejamos!



Título: Ruído: Uma falha no julgamento humano

Título original: Noise: a flaw in human judgement

Autor: Daniel Kahneman, Olivier Sibony e Cass Sunstein

**Ed: Objetiva
Ano: 2021**

A abertura da obra explica de forma didática a diferença entre os dois principais tipos de erros em qualquer processo de medição: vies e ruído. A analogia do tiro- ao- alvo, bem conhecida por muitos, é utilizada mais uma vez para reforçar a diferença. Em sequência, os autores esclarecem a razão para escrever o livro. O julgamento humano, um processo de avaliação e compreensão, poderia ser analisado como um processo de medida em sentido amplo e, enquanto os vieses cognitivos têm sido estudados exaustivamente, a presença de ruído (variabilidade) tem obtido menor atenção, ainda que as consequências sejam igualmente relevantes.

O texto, tal qual outros da produção intelectual dos autores, não é uma discussão estéril. Traz questionamentos de impacto prático e casos relevantes em diferentes áreas. O impacto na variabilidade de julgamentos que diferentes atores demonstram em um mesmo contexto manifesta-se de forma relevante do ponto de vista social e econômico.

Se a iniquidade é mais clara nas questões que envolvem direito penal – imagine casos iguais resultando em sentenças que diferem em anos de aprisionamento – os impactos financeiros são também importantes quando uma organização precifica de forma muito distinta negócios, ou apólices de seguro semelhantes. Imagine um escritório contábil em que os valores de consultoria mudam muito com a avaliação da auditoria necessária.

Os autores deixam muito claro que julgar ou avaliar é ato incerto por natureza, pois tem no seu bojo a possibilidade de variabilidade, ou seja, ruído. Porém, as causas e a magnitude desse fenômeno precisam ser melhor entendidas para que o impacto em empresas e pessoas não seja desproporcional.

Em uma das pérolas do livro (spoiler alert!), os autores comparam o tratamento a ser dado a vieses e ruído ao tratamento em questões de saúde. Os vieses, de natureza tipicamente causal, devem ser entendidos e tratados de forma pontual: desviesamento. O ruído, de natureza aleatória, não pode ou não deve ser eliminado; deve ser tratado de modo profilático: o que os autores denominam higiene da decisão.

Quer saber mais? Boa sorte na leitura!



ABRACICON

ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS